

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JOÃO VITOR DE FREITAS

**A CIDADANIA DE ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA
UNIFAL-MG A PARTIR USO DO TERRITÓRIO DE ALFENAS (MG)**

Alfenas/MG

2025

JOÃO VITOR DE FREITAS

**A CIDADANIA DE ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA
UNIFAL-MG A PARTIR DE SEU USO DO TERRITÓRIO DE ALFENAS (MG)**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise Sócio-Espacial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto

Alfenas/MG

2025

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Unidade Educacional Santa Clara

Freitas, João Vitor de .

A cidadania de estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG a partir de seu uso do território de Alfenas (MG) / João Vitor de Freitas. - Alfenas, MG, 2025.

146 f. : il. -

Orientador(a): Gil Carlos Silveira Porto.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2025.

Bibliografia.

1. Estudantes Migrantes. 2. UNIFAL-MG. 3. PNAES. 4. Uso do Território. 5. Cidadania. I. Porto, Gil Carlos Silveira, orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

JOÃO VITOR DE FREITAS

A CIDADANIA DE ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG A PARTIR USO DO TERRITÓRIO DE ALFENAS (MG).

O Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Análise sócio-espacial e ambiental.

Aprovada em: 01 de abril de 2025.

Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto

Presidente da Banca Examinadora

Instituição: Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG

Prof. Dr. Fabio Betioli Contel

Instituição: Universidade de São Paulo - USP/SP

Profa. Dra. Denise Cristina Bomtempo

Instituição: Universidade Estadual do Ceará - UECE/CE



Documento assinado eletronicamente por **Gil Carlos Silveira Porto, Professor do Magistério Superior**, em 01/04/2025, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1473058** e o código CRC **2F7985CD**.

Dedico este trabalho a meu pai, minha saudade eterna, que me proporcionou tudo que tenho e que sou hoje em dia.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo, em primeiro lugar, a tudo que Deus permitiu e me concedeu nesses anos. Imensamente, agradeço a minha família de maneira geral, mas em especial, agradeço minha mãe, Márcia, meus avós, Izildinha, Jurandir e Inocência e minha tia, Graziela, assim como meu tio, Ricardo, que sempre foram um alicerce importante para minha trajetória até o momento, dentro e fora da academia.

Agradeço de todo coração a minha noiva, Giovanna, uma companheira para toda vida e que também foi muito importante para que essa etapa fosse concluída, sendo o melhor suporte que alguém poderia pedir. Também, alongo o agradecimento a meus amigos e colegas, dos diversos cursos da UNIFAL-MG e das diversas localidades de Alfenas (MG), que tornaram essa experiência tão interessante.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gil Porto, que durante 6 anos, foi uma peça fundamental na minha formação, como pesquisador, professor e pessoa, agradeço imensamente. Agradeço aos outros professores doutores que também foram extremamente marcantes nessas etapas, Ana Rute (minha quase conterrânea), Flamarion, Estevan, Sandra, Alexandre, Marcel, Rodrigo, Paulo, ou seja, todos os docentes, um imenso obrigado!

Por fim e mais importante, agradeço de forma especial ao meu pai, que partiu em 2021 e, mesmo assim, foi essencial para que essa etapa fosse concluída. Cada vez mais, a sensação de que estou no caminho certo é pintada pelos ensinamentos que ele me concedeu.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”, e também, estico o agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo PCE-00363-24.

“Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do Mundo. A literatura que glorifica a potência incluiu a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a "sua" civilização para o resto do mundo. Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos.”

(Santos, 1996, p. 220)

RESUMO

A Geografia estuda os movimentos migratórios estudantis há décadas, embora ainda existam aspectos pouco explorados. A migração caracteriza-se pela mudança quase definitiva de território, enquanto a mobilidade estudantil refere-se ao deslocamento para acesso à educação. Em ambos os casos, destaca-se o uso do território pelos estudantes em atividades cotidianas, como ir ao banco, supermercado ou universidade, mostrando sua participação na dinâmica local. Este trabalho analisou o uso do território por estudantes migrantes da UNIFAL-MG assistidos pela PRACE, buscando entender se a limitação desse uso compromete sua cidadania. Foram utilizados dados secundários, como o Censo IBGE (2022), registros da PROEC e DRGCA da UNIFAL-MG, além de informações do REGIC (2018) e do PNAES. Também foram aplicados questionários remotos aos estudantes, ampliando a abrangência da pesquisa. Os resultados permitiram operacionalizar o conceito de "território usado", demonstrando como a relação dos discentes com o espaço influencia o exercício de seus direitos e sua integração no território de destino.

Palavras-chave: Estudantes Migrantes; UNIFAL-MG; PNAES; Uso do Território; Cidadania.

ABSTRACT

Geography has studied student migratory movements for decades, although some aspects remain underexplored. Migration is characterized by a nearly permanent change of territory, while student mobility refers to displacement aimed at accessing education. In both cases, the use of territory by students in everyday activities—such as going to the bank, supermarket, or university—highlights their participation in the local dynamics. This study analyzed the use of territory by migrant students at UNIFAL-MG who are assisted by PRACE, aiming to understand whether limitations in this use compromise their citizenship. Secondary data were used, including the IBGE Census (2022), records from PROEC and DRGCA at UNIFAL-MG, as well as information from REGIC (2018) and PNAES. Remote questionnaires were also applied to the students, broadening the research scope. The results allowed the operationalization of the concept of "used territory," showing how students' relationship with space influences their exercise of rights and their integration into the destination territory.

Keywords: Migrant Students; UNIFAL-MG; PNAES; Territorial Use; Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Alfenas (MG), 2025.....	17
Figura 2 - Cidades Médias Mineiras e Belo Horizonte em 2018.	43
Figura 3 - Cidades Mineiras na Região de Influência de São Paulo, em 2007.	53
Figura 4 - Região de Influência de Ribeirão Preto (SP), em 2018.	54
Figura 5 - Rotas Migratórias no Brasil durante a década de 1980.	77
Figura 6 - Crescimento dos campi de Universidades Públicas em Minas Gerais por município entre 2002 e 2018	81
Figura 7 - Razão de Pendularidade Escolar para o Centro Sub-regional de Alfenas (MG) em 2021	84
Figura 8 - Território Usado de acordo com Milton Santos, 2021	109
Figura 9 - Municípios de Origem dos Estudantes Migrantes Assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG em 2025.	120
Figura 10 - Bairros de Alfenas (MG) de acordo com a Distribuição de Estudantes Migrantes da UNIFAL-MG em 2025.	124

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Classificação das Cidades Médias Mineiras entre 1986-1991	44
Quadro 2 - Comparação de Indicadores entre Capitais e Cidades Médias no Brasil a partir dos dados dos censos de 2010 e 2022.	60
Quadro 3 - As Oito Leis da Migração de Ravestein (1885).....	63
Tabela 1 - Cidades com Centralidade Definida Especificamente por Deslocamentos para Cursar Ensino Superior - 2018	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da População Urbana Brasileira em 1970.	38
Gráfico 2 - Participação dos Setores da Atividade na Economia de Alfenas (MG) em 2024	52
Gráfico 3 - Migrantes Internacionais em Alfenas entre 2010 e 2016.....	89
Gráfico 4 - A Relação entre a Distância de Alfenas (MG) e do Município de Origem na escolha de migrar em 2025	121
Gráfico 5 - Pretensão de estadia em Alfenas (MG) após a conclusão da graduação dos estudantes migrantes da UNIFAL-MG em 2025.....	121
Gráfico 6 - Bairros residenciais dos Estudantes Migrantes em 2025.....	122
Gráfico 7 - Principais Dificuldades no Uso do Território pelos Estudantes Migrantes em 2025.	126
Gráfico 8 - A dificuldade de acesso a serviços em Alfenas (MG) pelos estudantes migrantes da UNIFAL-MG em 2025	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EFOA	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
IES	Instituição de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas (Poços de Caldas)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTCI	Meio Técnico-Científico-Informacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PRACE	Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
REGIC	Região de Influência das Cidades
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
OBMinas	Observatório de Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
UNIFENAS	Universidade José do Rosário Velano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
2	MOVIMENTOS ESPACIAIS URBANOS E CIDADANIA EM CIDADES MÉDIAS	23
2.1	CONCEITO DE CIDADE MÉDIA.....	23
2.2	DISCUSSÃO SOBRE CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS E CIDADES MÉDIAS EM MINAS GERAIS.....	35
2.2.1	Cidades Médias Sul Mineiras e Alfenas (MG)	45
2.3	MIGRAÇÃO E CIDADANIA EM CIDADES MÉDIAS.....	56
3	MIGRAÇÃO E MOVIMENTOS ESPACIAIS INTERNOS DE ESTUDANTES	62
3.1	O CONCEITO DE MIGRAÇÃO: INTRODUÇÃO ÀS ABRODAGENS DOS ESTUDOS DE MOVIMENTOS ESPACIAIS	62
3.2	MIGRAÇÃO INTERNA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: CAUSAS, EFEITOS NO TERRITÓRIO NACIONAL E TENDÊNCIAS	71
3.3	MIGRAÇÃO INTERNA PARA MINAS GERAIS: FLUXOS POPULACIONAIS E IMPACTOS REGIONAIS	76
3.3.1	Quadro Geral da Migração Para Alfenas (MG)	88
3.3.2	Migração de Estudantes: movimentos acadêmicos e suas características	91
3.4	MIGRAÇÃO, CIDADANIA E USO DO TERRITÓRIO: RELAÇÕES E IMPACTOS DAS DINÂMICAS ESPACIAIS.....	95
4	O USO DO TERRITÓRIO POR ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG	106
4.1	SO DO TERRITÓRIO COMO ABRIGO E COMO RECURSO PELOS ESTUDANTES MIGRANTES ATENDIDOS PELA PRACE.....	106
4.2	POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEU PAPEL NO USO DO TERRITÓRIO.....	111
4.2.1	O Plano Nacional de Assistência Estudantil nas Dinâmicas Territoriais	111

4.2.2	A PRACE da UNIFAL-MG: condicionante no uso do território	115
4.3	USO DO TERRITÓRIO PELOS ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG.....	118
4.3.1	Perfil dos Discentes com auxílio permanência da UNIFAL-MG...	118
4.3.2	Acessibilidade e Limitações no Uso do Território	120
4.4	A CIDADANIA DOS ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	138
	APÊNDICE A.....	146

1 INTRODUÇÃO

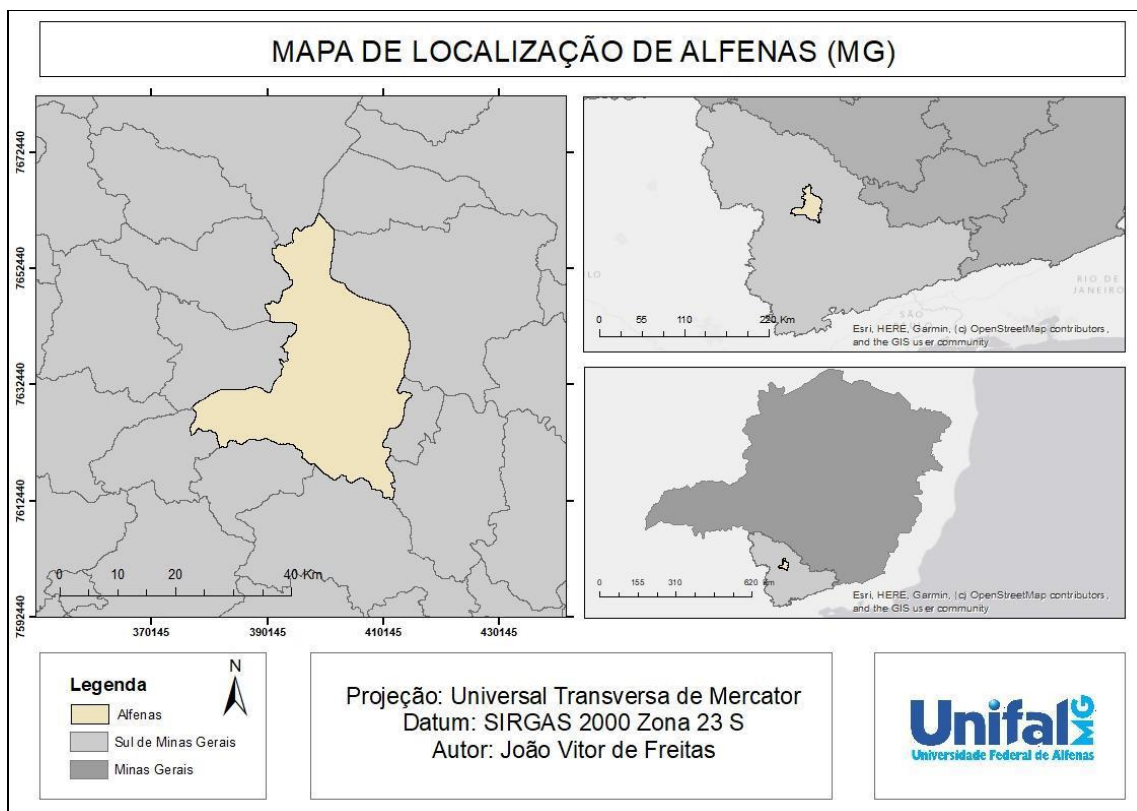
A migração não é objeto de estudo da Geografia. Durante os anos escolares, é comum o interesse com a migração, mas, ao tratar desse fenômeno dentro da Geografia, na academia, é preciso pensar que a migração está presente no espaço geográfico, assim, é possível trabalhar esses movimentos através dos cinco conceitos dessa ciência: espaço, território, lugar, paisagem e região.

Os movimentos migratórios também se tornaram mais plurais, sendo agora mais notável como grupos diferentes de pessoas migram em diferentes escalas pelo mundo. A saída do campo para cidade ou da cidade pequena para grande não são apenas os fluxos que vemos atualmente no território brasileiro. A grande migração de estudantes é um ótimo exemplo disso, onde cada vez mais estudantes migram para outras cidades em busca de acesso ao ensino superior ou, até mesmo, em busca de acesso ao ensino básico.

Isso vêm trazendo a necessidade de adequação de certas cidades à essa realidade. Pode-se pensar como um exemplo as cidades de São Carlos (SP), Uberlândia (MG), Maringá (PR), que contam com universidades públicas em seu território e, ao mesmo tempo, oferecem a estrutura imobiliária e urbana de modo geral que esses estudantes migrantes necessitam. Mas, e nos casos das cidades de porte menor? É possível pensar essa realidade no caso de Alfenas (MG).

O município de Alfenas (MG) se localiza na mesorregião do Sul de Minas, na microrregião homônima, como mostra a Figura 1, e é conhecida pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), que apresenta uma gama de cursos que englobam várias áreas do conhecimento, como áreas humanas, biológicas, saúde, entre outras. Apresenta uma população de 78.970 habitantes (IBGE, 2022) em uma unidade territorial de 850,446 Km², levantando assim uma importante característica do município: uma parcela dessa população é composta por universitários, que frequentam a UNIFENAS e a UNIFAL-MG.

Figura 1 - Localização de Alfenas (MG), 2025



Fonte: Freitas (2022).

Durante o ano de 1914, surge no município de Alfenas (MG) a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (MG), ou EFOA, que já na época se destacou pelo Brasil como referência na formação de dentistas e farmacêuticos. É apenas no ano de 2005 que a EFOA é promovida a Universidade Federal de Alfenas (MG), oferecendo diversos cursos, que atraiu ainda mais estudantes de todo o país.

Desse modo, essa pesquisa teve como principal objetivo discutir a cidadania dos estudantes migrantes da UNIFAL-MG a partir do uso do território feito por eles em Alfenas (MG) e como isso denota uma cidadania (possivelmente menos) mutilada (Santos, 1987). Cabe destacar que esse grupo se trata, na verdade, de migrantes internos (de diversas partes do país), e que a fim de tornar a amostra mais palpável, optou-se por compreender o uso do território pelos estudantes migrantes assistidos pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) da UNIFAL-MG, nos perfis de 0 a 7¹ (que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, recebendo

¹ Como informa a PRACE (2025) da UNIFAL-MG, os discentes podem ser classificados entre 15 perfis de vulnerabilidade socioeconômica, alterando assim os auxílios recebidos. Entende-se que o perfil 0 é o mais vulnerável, recebendo todos os auxílios, como auxílio permanência, auxílio creche, viagem de campo, alimentação, entre outros. Já o perfil 15 é o menos vulnerável, recebendo auxílios como

auxílio permanência), dentro dos quinze perfis existentes no programa.

Mais especificamente, a pesquisa teve também como objetivos discutir o conceito de cidade média e analisar o papel que desempenham ao analisar os movimentos migratório e o uso do território, desde um contexto geral do território brasileiro até o Sul de Minas e Alfenas (MG); Investigar os processos migratórios internos no Brasil, com foco na mobilidade estudantil, no período da Globalização (MTCI), de modo a analisar a influência da interiorização das universidades nesses movimentos espaciais e caracterizar as políticas estudantis e os estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG participantes da pesquisa, quanto a sua origem, e características demográficas e explicar o uso do território feito por esse grupo, levando em consideração o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O principal motor responsável por dar movimento para essa pesquisa é que o processo migratório vai além do movimento físico. Ele se inicia no pensamento, na ideia (Goméz, 2019), e se materializa no espaço. Do mesmo modo, a instalação do migrante faz parte do entendimento do processo migratório. Não basta buscar o motivo ou motivos que fazem alguém migrar, mas é preciso se interessar pelo que ocorre com o migrante quando ele se depara com o novo território.

Compreende-se que esses estudantes são importantes para Alfenas (MG), assim como Alfenas (MG) e a UNIFAL-MG são importantes para eles, e desse modo, é preciso que o município compreenda como adaptar escolhas políticas para saciar as necessidades dos alfenenses e dos estudantes migrantes, garantido assim condições de cidadania para todos os indivíduos que participam da vida no município pelo uso do território.

A presente pesquisa também foi importante pois permitiu desfiar a aplicação de fato do auxílio oferecido pelo Governo Federal através do PNAES, onde o uso do território e a instalação do estudante migrante só são possíveis pelas políticas de auxílio que são oferecidas pela PRACE, que é, portanto, um agente aplicador dos auxílios propostos pelo PNAES. É responsável por regularizar, fiscalizar e garantir que os discentes tenham seus direitos respeitados através dos auxílios estudantis entre todas as grandes áreas, Ciências Humanas e Letras, Ciências Sociais Aplicadas, Saúde e Ciências Exatas, da UNIFAL-MG de Alfenas (MG).

O REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das

trabalho de campo, creche e alimentação, mas possuindo menos prioridade. Apenas os perfis de 0 a 7 recebem o valor de R\$700,00 referente ao auxílio permanência.

Universidades Federais), criado em 2007, foi responsável por criar cerca de 14 Universidades desde sua implementação, assim como 126 novos campi (MEC, 2023). Desse modo, a UNIFAL-MG faz parte desse plano de interiorização da universidade, assim como outras universidades, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Universidade Federal de Itajubá, entre outras (MEC, 2009), que acabam por criar novos fluxos migratórios e novos usos do território, tornando-se essencial para esses espaços.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do materialismo histórico-dialético, como aponta Alves (2010), se embasa na oposição do idealismo dialético hegeliano, ou seja, ao optar pelo método marxista, a pesquisa se direcionou para trabalhar o concreto em suas diversas faces, em busca de sua totalidade, sendo a visualização dessa concreticidade o território.

Ainda como afirma o autor, reforça como a dialética compreende o movimento pelo qual as categorias, noções ou formas de consciência surgem umas das outras para formar totalidades. Assim, compreender os estudantes migrantes ou apenas o território, de maneira separada, impossibilita uma compreensão do todo, um entendimento da realidade, da concreticidade.

Fica ainda mais claro a escolha desse método quando se pensa o que, para Marx, não é a consciência que condiciona o meio, mas sim o meio que condiciona a consciência (*idem*). Pode-se relacionar essa ideia com a maneira com que o território é usado, como aponta Souza (2021), está diretamente ligado ao contexto histórico que o indivíduo se encontra, dado um modo de produção capitalista.

Esse método, como afirma Sposito (1999), vem de grande parte da filosofia de Marx, visto que a ideia de compreender a relação do capital e seu processo histórico de acumulação, serviram para dar espaço para uma discussão dialética sobre as transformações sociais e suas influências (sofridas e causadas) perante aos moldes econômicos capitalistas. Essa ideia acaba reforçando como o método materialista histórico-dialético esteve presente na pesquisa, onde o contexto de usar um território que responde às dinâmicas do capital automaticamente gera uma consciência a esses estudantes migrantes, condicionada pelo mesmo (Alves, 2010).

Ressalta também que a discussão do método dialético afirmando que o mesmo permite aos pesquisadores confrontar opiniões, abordando diferentes aspectos e

perspectivas de um mesmo problema (*idem*). É nisso que se pode criar uma grande interlocução do que foi abordado por Sposito (1999) com Souza (2020), onde para alcançar a realidade, o pesquisador precisa ser capaz de analisar todas as faces do objeto de pesquisa, deixando parcialmente de lado sua ideologia em prol do desenvolvimento da pesquisa do objeto.

Como reforça Branquinho (2023), é possível também visualizar como o materialismo histórico dialético se aproxima da Geografia. Como mostra o autor, ao tratar os limites de uma abordagem descritiva, é possível perceber o rompimento da ciência geográfica com o pensamento positivista clássico, denotando a defesa de uma síntese dentro de uma totalidade e concreticidade do materialismo histórico-dialético.

Ainda com as ideias do autor, é com a virada crítica da Geografia ao final da década de 1960 que a mesma começa a abordar, de um ponto de vista crítico, as relações presentes no espaço. Aqui, relata-se a importância da mesma nos estudos da migração, e justamente por isso que se faz importante para esse trabalho: a perspectiva crítica da análise das relações no espaço permite tratar os movimentos espaciais de maneira mais clara no período da Globalização.

Portanto, o trajeto metodológico adotado nesta pesquisa optou por utilizar mais de uma técnica para alcançar os objetivos específicos que foram anteriormente apontados. Desse modo, cada um desses objetivos é pensado de maneira a complementar o outro, sendo necessário uma análise diferente para cada objetivo mostrado, possibilitando a criação de um diálogo mais conciso e rico durante a pesquisa.

É interessante realizar, portanto, um caminhar de como foram realizados os procedimentos metodológicos durante a redação da dissertação. Como uma caracterização geral desta pesquisa, suas etapas envolveram revisão da literatura sobre o tema e conceitos da Geografia, coleta de dados, aplicação de questionários, tabulação de dados, realização de mapas, gráficos e tabelas e operacionalização de conceitos.

Desse modo, foram realizadas análises a partir de levantamento bibliográfico, utilizando-se com frequência do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde foram obtidos artigos que acrescentaram no debate do tema proposto, com grande foco na migração interna de estudantes e na cidadania. Desse modo, os artigos analisados foram utilizados de maneira a complementar a discussão da temática.

O levantamento bibliográfico também se fez importante a partir de obras específicas, como Contel (2010), Sposito (2007), Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007) e Santos (1979), que discutem as cidades médias e seus serviços relacionados com a centralidade, Bomtempo (2013), Francellino (2020) e Porto (2021), falando sobre a migração em contexto geral e específico dos estudantes migrantes, e também Santos (1987), Haguette (1982) e Margulis (1968), onde a migração ou a cidadania aparece como questão central da pesquisa de cada autor, possibilitando um respaldo teórico para a pesquisa.

Em seguida, o uso de dados secundários foi necessário a partir do momento que se discute o papel da UNIFAL-MG e de seus estudantes migrantes no funcionamento do município de Alfenas (MG) através do uso do território. Buscou-se, então, utilizar de dados oferecidos pelo Portal de Dados Abertos do Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico (DRGCA, 2024) para coleta de informações sobre os estudantes assistidos pela PRACE em diferentes níveis.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) também possui dados que se tornaram ricos para o debate realizado, acrescentando na discussão de estudantes migrantes a partir da Região de Influência das Cidades (REGIC, 2018), mostrando o papel desses indivíduos e a importância de seu uso do território. Também, a utilização de dados do Ministério da Educação (MEC, 2024) serviu para explicar o papel do PNAES e sua aplicação através da PRACE, levando em conta o uso do território pelos estudantes migrantes ².

A terceira etapa correspondeu à aplicação de questionários aos estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG. Como informado, o DRGCA (2024) apresenta que, em Alfenas (MG)³, existem uma totalidade de 450 alunos que recebem auxílio permanência (perfis de 0 a 7).

Foi escolhido, portanto, uma amostra de 10% dessa população, totalizando 45 discentes, número que foi suficiente para atender a necessidade de dados primários da pesquisa e permitiu uma elaboração concisa de debates acerca dos dados quantitativos. Desse modo, a aplicação ocorreu de maneira remota, utilizando a plataforma *Google Forms* para elaboração do questionário e aplicação.

Para a seleção dos indivíduos para esta pesquisa, foi realizada uma parceria

² É importante salientar que as etapas de pesquisa citadas acima estão sendo realizadas desde o início da pesquisa, ou seja, em abril de 2023.

³ Esse valor apresentado corresponde aos discentes que cursam a graduação da UNIFAL-MG em algum dos dois *campi* de Alfenas (MG): Campus I – Sede ou Campus II – Bairro Santa Clara.

com a PRACE, de modo que os questionários foram distribuídos por eles, respeitando assim os artigos 7º e 11º da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Os indivíduos foram contatados via *e-mail*, e selecionados de acordo com o perfil relatado à PRACE (alunos que possuem perfil com presença de auxílio permanência)

Desse modo, buscou-se atingir aos alunos que estão nos perfis de 0 a 7, cursando a graduação em Alfenas (MG), para que possam ser garantidos as 45 respostas propostas. Porém, mesmo tendo sido divulgado diversas vezes os questionários, ainda sim foram atingidos 20 discentes, que mesmo distantes da amostra proposta, tornaram possível a discussão da temática.

Os questionários passaram pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIFAL-MG, sendo realizado apenas uma devolução do documento, sendo assim, foi possível iniciar as aplicações dos questionários dentro do prazo. Porém, mesmo se mantendo dentro do prazo estipulado, optou-se por encerrar o período de coleta de respostas no dia 20 de fevereiro, possibilitando assim tempo para processar os dados primários coletados, devido a isso, obteve-se as 20 respostas acima citadas.

O DRGCA (2024) disponibiliza informações, em seu portal de dados abertos, sobre quais são os discentes que recebem o auxílio permanência em todos os seus *campi*, sendo assim, o ponto principal foi buscar aplicar os questionários de, pelo menos, um a dois estudantes de cada uma das grandes áreas, Ciências Humanas e Letras, Ciências Sociais Aplicadas, Saúde e Ciências Exatas, da UNIFAL-MG de Alfenas (MG).

Desse modo, a pesquisa se estruturou em três capítulos: o primeiro debateu o papel das cidades médias como pontos de atratividade no espaço geográfico pelos serviços oferecidos, o segundo explicou a questão da migração e como a mobilidade estudantil está diretamente ligada com as oportunidades presentes em um novo território e, por fim o terceiro relacionou o uso do território dos estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG, obtidas através da aplicação dos questionários, com a cidadania, destacando características mais ou menos mutiladas da mesma.

2 MOVIMENTOS ESPACIAIS URBANOS E CIDADANIA EM CIDADES MÉDIAS

As cidades médias possuem em seu cerne uma grande dificuldade em ser conceituada. Essa dificuldade está atrelada ao tardio estudo em relação às mesmas, assim como o complexo papel por elas desempenhado em sua rede urbana regional. Entende-se que essas cidades médias são espaços de grande oferta do setor terciário, ou seja, pelos serviços que apresentam, polarizam em seu espaço urbano regional, criando uma ponte entre as cidades de pequeno e grande porte.

Assimilar a dinâmica de uma cidade média se torna importante para compreender, justamente, porque se tornam alvos de intensos fluxos migratórios. A partir de Contel (2010), a cidade média apresenta, pelo desenvolvimento do setor terciário, um importante papel na oferta de serviços, o que a torna atrativa para a população ao seu redor. Desse modo, a migração para cidades médias vem se acentuando, principalmente a partir do final do século XX.

Essas cidades possuem um funcionamento que as tornam únicas, pois apresentam um desempenho intermediário em sua rede urbano regional e, neste capítulo, será apresentada a ideia de uma cidade média, assim como a importância da mesma na compreensão do uso do território⁴ de Alfenas (MG) por estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG.

Desse modo, o presente capítulo segue a seguinte estrutura: em um primeiro momento será feita uma caracterização das cidades médias para, em seguida, tratar especificamente desta tipologia de cidades no Brasil, em Minas Gerais, no Sul de Minas e em Alfenas. Posteriormente será feita uma abordagem dos parâmetros de cidadania presentes em cidades médias no Brasil, de modo a introduzir o debate sobre a presença da cidadania nas cidades médias.

2.1 O CONCEITO DE CIDADE MÉDIA

A dificuldade em conceituar a cidade média é fortemente advinda da necessidade de perceber, justamente, que cidades médias fogem da ideia classificatória a partir de demografia. Uma cidade média não necessariamente é

⁴ A categoria de análise uso do território (Santos, 1999, 2005; Santos; Silveira, 2001) é de extrema importância para essa pesquisa, e será discutida com maior ênfase no terceiro capítulo, onde será destrinchado o que é território usado e sua operacionalização.

aquela com cem mil habitantes ou mais, mas sim aquela que é capaz de fornecer, em sua hinterlândia, uma gama de bens e serviços que a torne, de certo modo, um pequeno polo regional.

Contel (2010) traz a necessidade de compreender o funcionamento da rede urbana, sendo assim, podendo abordar com maior clareza as cidades médias e seu papel na mesma. O autor abre o debate em relação ao setor terciário e como ele acaba por criar, de certo modo, uma classificação hierárquica para a cidade. Como mostra, certos tipos de serviços são ofertados em maior quantidade, com maior qualidade e diversidade, pois são necessários e consumidos de maneira equivalente - pode-se usar como exemplo itens relacionados à alimentação que, justamente por fazer parte de um consumo frequente, precisa estar à disposição da população diariamente.

Dessa maneira, pequenas cidades possuem oferta desse tipo de serviço, já que sua demanda é extremamente grande. Porém, serviços como saúde e acesso ao ensino superior (*idem*) acabam por ser menos acessados e, conseqüentemente, não são tão difundidos pela rede urbana, se concentrando em determinadas cidades.

Cria-se então a necessidade de abordar o “limite inferior” e “limite superior” da oferta de serviços, ou seja, o mínimo e o máximo para que eles sejam ofertados. Contel (2010) afirma que o “limite inferior” é o mínimo de consumo do bem ou serviço para que aquela atividade seja rentável, isto é, para que seja ofertado um serviço de saúde, é necessário que se tenha um determinado consumo que o mantenha sustentável financeiramente.

Complementando, o “limite superior” retrata a distância que o consumidor está disposto a percorrer para acessar tal serviço, sendo que a partir do momento em que ocorre um impedimento do acesso ao determinado serviço pela distância, é onde se encontra o “limite superior” (*idem*).

Aqui, fica evidente como a cidade média começa a ganhar forma, conforme aponta Contel (2010). A cidade média apresenta um “limite inferior” possível, por exemplo, ao imaginar que o acesso a determinadas especialidades médicas, como neurologistas, é mais rentável na cidade média do que na pequena, uma vez que o número de possíveis pacientes pode ser maior, ao mesmo tempo que também é mais viável que a grande cidade, analisando como a competitividade entre profissionais do ramo é menor.

O “limite superior” também se faz presente, uma vez que a acessibilidade dos serviços ofertados em uma cidade média é maior e, assim, as distâncias que são necessárias de serem percorridas para acesso desses serviços são menores na rede urbana. Para um habitante de uma cidade pequena, é mais acessível a distância até a cidade média mais próxima do que até uma cidade grande, que tende a ser mais afastado.

É possível utilizar aqui o exemplo do autor, onde as cidades com maior contingente populacional que possuem papel de “cidades dormitórios”, como por exemplo as cidades ao redor de Campinas (como Valinhos) não podem ser consideradas cidades médias, já que não possuem papel polarizador em sua hinterlândia, e sim são polarizadas pelas grandes cidades. Levanta-se uma questão, que é o motivo de tamanha importância das cidades médias para a organização da rede urbana brasileira (*idem*).

Porque as "cidades médias" são tão importantes hoje, para a organização do território brasileiro? Em primeiro lugar, pelo critério eminentemente quantitativo, pode-se dizer que elas ganham maior peso demográfico na rede urbana nacional, elas é que mais crescem (SPOSITO et. al., 2007). Em segundo lugar, pode-se dizer que as cidades médias têm maior dinamismo, pois elas apresentam uma série de "economias externas" importantes para atividades produtivas, o que as torna bastante interessantes para certos tipos de capitais (Contel, 2010, p. 28).

É, portanto, o dinamismo econômico das cidades médias, divididos em diversos tipos de serviços diferentes, que a tornam importantes como são. Esse aspecto das economias externas, conforme Contel (2010), é um interessante fator debatido pelo autor. A estruturação dessas cidades ocorreu pela necessidade de oferta do setor terciário, ou seja, cresceram de acordo com a necessidade populacional, mas, principalmente, econômica, financiada por iniciativas privadas.

Para melhor completar esse argumento, enquanto as cidades se estruturam e necessitam de apoio do Governo, a negligência de ajuda pelo mesmo abre uma brecha para que o capital privado seja investido nessas cidades, gerando então uma “submissão” do poder municipal para essas iniciativas.

Assim, o uso do território como recurso (Souza, 2021) acaba por se mostrar presente: a prefeitura, em busca de “gerar empregos” e “melhorar a economia”, incentiva a aplicação de dinheiro privado na cidade, tirando ainda mais a autonomia municipal e reforçando o caráter neoliberal no uso do território dessas cidades médias.

Contel (2010) também reforça esse caráter evolutivo das cidades médias ao afirmar que as mesmas vêm passando, durante o século XXI, por lógicas urbanas que eram presenciadas nos grandes centros durante as duas últimas décadas do século XX, como por exemplo o que foi dito anteriormente, quanto ao investimento privado. As cidades médias são produtos da evolução da necessidade de oferta de serviços que, devido a aplicação de recursos vindo de iniciativas privadas, desenvolve a cidade e atribui o caráter de média em sua rede urbana regional.

Sposito *et. al.* (2007) reflete sobre o período contemporâneo das cidades médias, isto é, a necessidade de conceituar essa complexa estrutura urbana no século XXI. Como apontam, compreender as cidades médias e seu papel na rede urbana se pauta em dois importantes fatores: a sua contiguidade e sua conectividade.

É visível que a perspectiva que abordam leva em conta a formação das metrópoles brasileiras como um processo de construção histórica, que estão diretamente associadas ao desenvolvimento industrial brasileiro presenciado a partir da metade do século XX. É, porém, diferente ao se analisar a realidade das cidades médias, uma vez que as mesmas não apresentam, necessariamente, uma base industrial em sua formação (*idem*).

Também discorrem como as relações presentes nas cidades médias acabaram por desenvolvê-las e atribuir às mesmas o funcionamento que possuem na atualidade. Esse desenvolvimento se dá pela necessidade de adequar-se às dinâmicas capitalistas presentes no território, como por exemplo, o desenvolvimento de certos cursos superiores, como agronomia, em cidade onde o agronegócio é predominante.

As cidades médias, no geral, tiveram, então, orientadas pelos interesses de distribuição da produção industrial em escala nacional. Assim, o consumo teve papel mais importante na orientação dos papéis intermediários dessas cidades do que propriamente a produção industrial (Sposito *et. al.*; 2007, p. 39)

O consumo do qual descrevem (*idem*) é justamente parte do que aponta Contel (2010) acerca dos serviços do setor terciário. A necessidade de consumir, gerado em uma cidade, faz com que a oferta daquele serviço seja cada vez maior, criando assim um desenvolvimento voltado para esse setor da economia e, conseqüentemente, o surgimento de uma cidade média.

Com as mudanças presenciadas no espaço através da evolução dos meios de transporte e comunicação, Sposito *et. al.* (2007) propõe uma análise dos principais processos que vêm redefinindo os papéis das cidades médias. Desse modo, dividem em quatro subtópicos que refletem como as mudanças citadas criam funcionalidades para essas cidades e, conseqüentemente, necessidade de repensar seu conceito.

A primeira é a concentração e centralização econômica, que resulta da acumulação promovida por um capitalista ou grupo de capitalistas que se associam numa empresa ou conglomerado (*idem*). O segundo é a evolução dos meios de transporte e comunicação. Esses, que estão claramente ligados a região de influência de uma cidade, também precisam ser pensados através do materialismo histórico-dialético, uma vez que o capitalismo presente nessa relação se faz presente, já que a expansão da influência de uma cidade média está diretamente ligada com o consumo de seus serviços.

A essas alterações acrescentem-se a possibilidades abertas pela existência de novos tipos de mídia que favorecem a difusão de imagens de valores que ampliam o consumo e estimulam a expansão territorial de capitais, empresas, grupos e conglomerados, da escala regional, passando pela nacional e chegando à internacional (Sposito *et. al.*; 2007, p. 44).

Assim, o deslocamento de atividades econômicas para cidades médias não é advindo apenas da necessidade da população. A expansão em busca de um mercado consumidor que possa sustentar tais tipos de serviço é extremamente necessário para implantação do mesmo e para o desenvolvimento das cidades médias.

O terceiro são as formas contemporâneas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços. Aqui, aproxima-se muito da discussão apresentada anteriormente com Contel (2010), já que o setor terciário de uma cidade reflete na organização espacial de seus serviços. Por fim, o quarto é o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário (Sposito *et. al.*; 2007). As cidades médias se desenvolvem ao redor do agronegócio, visto que os grandes proprietários de áreas rurais necessitam de serviços que são prestados comumente por empresas de caráter urbano, como provedores de internet, engenheiros de software, entre outros, necessitando assim que a cidade que pertencem tenha um caráter relevante acerca dos serviços ali prestados em sua rede urbana.

Desse modo, apontam Amorim Filho; Serra (2001) que a premissa da cidade média pode parecer, ao que se pode notar, até simplista: são aquelas cidades que conseguem oferecer recursos e estruturas para sua população sem as dificuldades presentes nas metrópoles, como trânsito, aluguéis caros, poluição, entre outros. Assim sendo, seriam aquelas nem tão pequenas a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes a ponto de pôr em risco a vida da maioria de seus moradores (*idem*).

Fica claro que a dificuldade de conceituar essas cidades se dá, justamente, por um empecilho ao conceber que cabe aos que classificam tal cidade como média mostrar se essa cidade beneficia ou prejudica seus habitantes de alguma forma, como por exemplo no acesso a certos serviços. Para um pesquisador advindo da capital São Paulo ou Rio de Janeiro, um município como Alfenas (MG), com suas estruturas em desenvolvimento e a possível falta de infraestrutura, seria difícil classificar a mesma como média, mesmo que existam dados que comprovem isso.

Para Amorim Filho; Serra (2001), isso ocorre no Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI), onde a difusão quase que imediata da informação e a evolução dos meios de transporte e comunicação criaram uma dificuldade de assimilar o que é, de fato, uma cidade média, já que as diferentes faces de diferentes cidades criam uma ideia de funcionamentos diversos e muito distantes, já que a difusão da informação, transporte e comunicação não se dão de maneira homogênea. Reforça-se, portanto, o que foi dito anteriormente: não se pode classificar uma cidade como média apenas pelo seu porte, mas é preciso interpretar o funcionamento que a mesma possui em sua região.

Uma importante dimensão do estudo das cidades que não pode ser deixada de lado na discussão, de modo geral, é sua centralidade. Santos (1965) afirma que essa centralidade está relacionada com a hierarquia das cidades, mostrando a necessidade de analisar sua relação. A Geografia Urbana, ao longo de anos, desenvolveu diversos métodos de compreender e classificar essa centralidade.

Dentre esses métodos, pode-se indicar os principais abordados (*idem*), como o método de Rochefort. Este, diferente dos outros métodos, não dá uma importância quase que única para o caráter quantitativo da pesquisa, mas entende um importante fator, que é a relação com o setor terciário presente na cidade.

O método Rochefort parte do pressuposto, geralmente admitido, de que o volume do setor terciário (comércio, serviços, administração) é que dá importância relativa do centro ponto é pois, um elemento a ser considerado quando se busca apurar as suas centralidade, pois exprime o papel de relação e coordenação. Mas, pode dar-se o caso de uma localidade com um certo raio de influência contar com a indústria desenvolvida. Isso levaria uma percentagem do setor terciário menos significativa na verdadeira importância regional do centro (Santos, 1965, p. 156).

A cidade estaria, nesse método, intrinsecamente ligada com o setor terciário, ou seja, com os serviços por ela ofertados. Trazendo para o debate da cidade média, isso ficaria claro ao pensar como a atratividade relacionada a essas cidades está fortemente conectada com os serviços que ela apresenta, novamente, tirando a ideia de que a cidade média é composta, unicamente, por cidade com mais de cem mil habitantes.

Porém, existem alguns fatores destacados (*idem*) que devem ser levados em conta. Apenas o setor terciário não é capaz de explicar os fluxos presentes em uma cidade, sendo assim, Santos (1965) sugere algumas variáveis que integram papel importante para classificação das centralidades dessas cidades, como área sujeita ao centro regional, renda “per capita” (cidade e região), origem dessa renda, rede de transporte e sua utilização e a população nessa área (população ativa).

Entende-se a importância da população de uma cidade - suas relações internas, a maneira com que a cidade se relaciona com sua região imediata, entre outras questões, também estão atreladas ao número populacional. Porém, é raso pensar que questões como relações internas, estruturas externas e problemas típicos das cidades médias (Amorim Filho; Serra, 2001) não façam parte dessa equação.

No caso de Alfenas, como será melhor debatido mais a frente, fica bem evidente: a cidade alfenense é classificada como média, não pela estrutura demográfica da mesma, que atualmente conta com 78.970 habitantes (IBGE, 2022), mas pela sua relação com os municípios ao seu redor e, em geral, em sua área de influência. Essa relação é causada, principalmente, pelos serviços que a cidade média de Alfenas (MG) oferece, como saúde e educação (principalmente o ensino superior).

Essa classificação, baseada não necessariamente em quesitos demográficos, mas, principalmente, em oferta de serviços (levando em conta sua quantidade, qualidade e diversidades), é reforçada em pesquisas de autores como Figueiredo; Andrade; Alves (2022) e Correia; Freire; Alves (2023), assim como dados secundários, como os fornecidos pelo REGIC (2018).

É interessante, portanto, a partir da afirmação acima, analisar a formação do conceito de cidade média dentro da Geografia. Santos (1994) classifica a cidade média como aquelas que possuem um recorte demográfico que parte dos 100 mil habitantes, e justifica através das relações de trabalho e serviços ali oferecidos. Acredita-se aqui que esse número tenha se relativizado pois, nessa época (anos de 1970), a cidade dependia de uma concentração populacional maior para diversificação de serviços oferecidos.

Atualmente, essa diversificação de tipologia de cidades ocorre fora da cidade como um plano concreto, ela acontece na dimensão imaterial, no fluxo (Santos, 1994), ou seja, não aparece necessariamente na tecnosfera, mas se materializa nela. É possível compreender essa ideia ao pensar em uma dinâmica onde os serviços ofertados pela cidade é o que a torna média, e não necessariamente seu tamanho físico.

Com França (2007), a necessidade de se conceituar as cidades médias vêm do processo de formação passado por elas. O intenso processo de urbanização criou na malha urbana diversas dinâmicas de diferentes funcionamentos, entre elas, a cidade média. Entende-se que a acelerada urbanização, como vista no Brasil, criou através do êxodo rural a necessidade de estruturação de certas cidades para comportar a população migrante.

O acelerado crescimento das cidades grandes e metrópoles, visto na década de 1960, são relacionados diretamente com a forte perda na qualidade de vida (*idem*), dando assim o devido holofote para o papel desempenhado pelas cidades médias e pequenas. Esse “protagonismo” assumido pelas cidades médias se dá pelo caráter intermediário que possuem.

[...] o aumento populacional das cidades médias, bem como a maior participação que elas têm desempenhado na economia nacional apontam sua importância na atualidade. Elas atuam como lócus de atração de grande parte de imigrantes provenientes de cidades pequenas e do campo, além de atraírem as pessoas que resolvem sair dos grandes centros e retornar à sua cidade de origem, ou mesmo tentar a sorte em cidades médias (França, 2007, p. 38).

No Brasil, o processo de desconcentração urbana começou na ditadura militar, porém, a estruturação de políticas para alcançar esse objetivo não era corretamente articulada, já que havia uma desconcentração apenas populacional, sem considerar a de serviços. É importante destacar que essas políticas, como o

Plano Trienal (com duração até 1965), criadas após o golpe militar, não possuíam como intuito principal favorecer a organização espacial das pessoas e das atividades econômicas, mas era uma tentativa de expressar poder, majoritariamente.

Destacam Amorim Filho; Serra (2001) três importantes aspectos relacionados aos problemas urbanos enfrentados pelos franceses entre 1950 e 1960 e que, mais tarde no século XX, seriam visíveis na dinâmica urbana brasileira: i) Havia, de maneira notável, grandes problemas relacionados a desequilíbrios urbano-regionais, melhor dizendo, concentrações gigantescas em certas parcelas do espaço em detrimento de outras; ii) O agravamento da qualidade de vida nessas grandes aglomerações urbanas e; iii) A frágil organização hierárquica das cidades.

Esse último merece um foco maior pois pode-se notar semelhanças com a realidade brasileira. O que Amorim Filho; Serra (2001) apontam como fragilidade é compreensível pois, na década de 1970, havia um fluxo socioeconômico e de informações muito raso nas redes urbanas, o que pode ser observado no cenário brasileiro, onde diversas cidades de porte pequeno (até 25 mil habitantes), durante esse período dos anos 50 até os 70, possuíam uma rasa comunicação com os grandes centros.

Lobo; Matos (2011) apresentam uma possibilidade de interpretação das cidades médias por meio do que foi qualificado por eles como reversão da polarização. A cidade média, nessa análise, tem como ideia um manejo natural da sociedade capitalista de encontrar uma melhora na qualidade de vida em diversos aspectos, ao mesmo tempo que não se distancia da dinâmica espacial da metrópole.

Um exemplo simples do processo citado anteriormente é imaginar que, em uma cidade média, no século XXI, é possível ter acesso a diversos produtos e serviços, está localizado relativamente perto da metrópole e, ainda sim, ter o conforto de uma cidade de porte menor. A cidade média vem sendo alvo de migrações pois é nela onde se nota uma melhor qualidade de vida sem as chamadas “deseconomias de aglomeração”, como aponta Amorim Filho; Serra (2001).

[...] o próprio desenvolvimento econômico desses países daria início a um mecanismo automático de desconcentração das atividades econômicas em direção às cidades de porte médio. Esse processo automático teria como fundamento os custos, sociais e privados, proibitivos para o desenvolvimento de certas atividades econômicas nas saturadas metrópoles. Tais custos, identificados pela literatura econômica como “deseconomias de aglomeração”, traduzem os efeitos negativos atrelados à elevada concentração de atividades nas metrópoles, entre os quais podem ser

lembrados: a poluição atmosférica, o tempo desperdiçado nos congestionamentos, a elevação dos aluguéis e a saturação da infraestrutura produtiva e dos serviços ligados mais diretamente à saúde dos moradores metropolitanos (AMORIM FILHO, 1976, *apud* AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 7).

Os autores mantêm uma linha histórica acerca das cidades médias e, nesse momento, no período do MTCI, destaca-se justamente a perspectiva sobre o que é necessário se identificar em uma cidade para que ela seja considerada média. Aqui evidencia-se a ideia de como é importante conceituar a cidade média de acordo com sua concreta estrutura. Afirmam, portanto, que é na década de 1970 que, no Brasil, surge nas necessidades de planejamento urbano a discussão sobre as cidades médias.

Amorim Filho; Serra (2001), em relação às cidades médias, explicam as importantes características para classificação de uma cidade como média. As cinco são: i) Interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior; ii) Tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; iii) Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas; iv) Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e v) Diferenciação do espaço intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos (*idem*).

Para essa pesquisa, destacam-se duas que irão se mostrar de grande importância para a discussão que é realizada neste trabalho. A primeira é a interação constante e duradoura com seu espaço regional e a segunda sendo a capacidade de atrair e fixar migrantes, tanto do espaço rural quanto de outros menores municípios. Desse modo, Amorim Filho; Serra (2001) afirmam que, à época, era necessário para um centro aspirar à qualificação de cidade média.

Um importante ponto a ser citado é o que Amorim Filho; Serra (2001) mostram como os “diques” de migração. Para esclarecer essa questão, basta buscar o significado da palavra “dique”. De acordo com o dicionário Michaelis (2008), a palavra

“dique”, no sentido figurativo, expressa justamente algo que impede ou funciona como obstáculo.

Essa definição é precisamente o que permite conceber o porquê as cidades médias são vistas como “diques” migratórios, pois ao pensar o caso de Alfenas (MG), os estudantes que acabam por parar na cidade para acessar o ensino superior, ou mesmo habitantes das cidades ao redor que escolhem Alfenas (MG) para certas especialidades médicas, ambas fazem isso sem buscar diretamente uma metrópole.

Com o alavancar das cidades médias no Brasil e as “deseconomias de aglomeração” (Amorim Filho; Serra, 2001), cada vez mais se notou que os fluxos migratórios começaram a tomar diferentes rumos. O imigrante, que busca nos movimentos espaciais se colocar em um território onde possa melhorar sua qualidade de vida, encontra nas cidades médias alguns pontos importantes: oportunidades de emprego que, mesmo não sendo abundantes como nas capitais, ainda oferecem o suficiente para se manter, já que nessas cidades, ao contrário da metrópole, os aluguéis e o custo de vida em geral são mais baratos.

É interessante ressaltar, também, que as pessoas em cidades médias não são provenientes apenas dos espaços das “deseconomias de aglomeração”, mas também do processo de migração campo-cidade e cidade pequena-cidade média.

Portanto, a contenção dos migrantes ocorre ao entrarem em contato com os benefícios que enxergam na cidade média, e por isso são “barrados” de chegar na metrópole. Essa “barragem” não é, necessariamente, uma palavra que carrega uma conotação negativa. Aqui ela age, de certo modo, como uma ideia de limitação dos movimentos espaciais, já que a entrada dos migrantes na metrópole está longe de ser garantia de uma boa qualidade de vida e de um uso pleno do território (Santos; Silveira, 2001).

França (2007) reforça como esse fluxo migratório direcionado para as cidades médias também faz parte de um interesse econômico dos migrantes e donos dos meios de produção. A infraestrutura presente nessas cidades (água, luz, internet, entre outros) cria interesse de investimento das iniciativas públicas e grupos privados, ou seja, o uso do território como recurso (Souza, 2021). Além disso, a oferta de serviços de saúde e educação (como o ensino superior) atrai imigrantes, como pode ser visto em Alfenas (MG), por exemplo.

As cidades médias são concebidas pelos empreendedores econômicos (comerciantes, agricultores, empresários e industriais) como áreas potenciais à circulação de capital consumidor. Tal fato, as torna alvo de investimento público estatal e de grupos privados. Além disso, as cidades médias ainda dispõem de boas condições materiais urbanas, todos esses aspectos apresentam-se como cruciais para atração, localização e manutenção das atividades econômicas agrícolas industriais e de serviços em qualquer tipo de cidade (França, 2007, p. 39).

A afirmação feita por França (2007) está diretamente relacionada ao que foi apontado por Amorim Filho (1973), onde a capacidade de fixar migrantes está relacionada a uma característica importante de uma cidade média. Desse modo, a infraestrutura presente nessa cidade média é um dos fatores que garantem essa fixação. A concentração humana e de atividades econômicas, como afirma Amorim Filho; Serra (2001), fizeram com que as cidades médias ganhassem força pela sua capacidade estratégica de manter o funcionamento do modelo econômico vigente.

[...] as cidades médias aparecem como os postos avançados de expansão do sistema socioeconômico nacional, do mesmo modo, talvez, como as potências intermediárias mostram-se como pontos de ligação essenciais à manutenção do funcionamento do sistema político econômico mundial (Amorim Filho; Serra, 2001, p. 19).

É muito importante que esse ponto seja reforçado: as cidades médias são o que são pois, dentro de uma dinâmica capitalista, são justamente o que impede um “colapso” na estrutura da metrópole, pois servem como um alívio para elas, uma vez que são capazes de apresentar uma infraestrutura apta de comportar o volume populacional e tecnológico, de certo modo, “desafogando” os grandes centros.

Ao pensar o ensino superior no Sul de Minas, pode-se sim identificar a dinamização presente na evolução e transformação das cidades médias presenciadas no século XXI, multiplicando assim as centralidades regionais e dinamizando toda a rede urbana, como pode-se perceber no caso de Alfenas (MG), que apresenta cada vez mais papel de centralidade em sua rede urbana regional.

Tendo em mente o que foi acima abordado, cabe observar que a realidade da formação das cidades médias brasileiras é diferente do que se observa em outros países, como a França. Não apenas o tempo em que se iniciou é diferente, mas a formação socioespacial brasileira (Santos, 1994) é diferente da francesa, ou seja, as cidades médias brasileiras precisam ser abordadas de acordo com o funcionamento das políticas e do uso do território no Brasil.

2.2 DISCUSSÃO SOBRE CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS E CIDADES MÉDIAS EM MINAS GERAIS

O Brasil apresentou, como ressaltaram Amorim Filho; Serra (2001), um forte interesse em incluir as cidades médias nas políticas de planejamento urbano a partir da década de 1970, que é abordado por Steinberger; Bruna (2001). Cabe ressaltar que a perspectiva aqui trabalhada é a de que a cidade média, na realidade da formação socioespacial brasileira, não é criada, mas sim evolui para tal estrutura.

Ao pensar na formação das primeiras cidades, que adivinham de vilas e pequenos conjuntos, pode-se notar que o planejamento urbano acaba por ser um processo “final” na rede urbana brasileira. As cidades médias não foram planejadas, elas eram cidades que, devido a demanda por serviços e atividades para a população, alcançaram esse status em sua rede urbana regional.

Os autores citados acima mostram que, até 1970, uma parcela considerável da população (28,2%) habitava em municípios de até 20 mil habitantes. Isso comprova o que anteriormente foi debatido, já que as cidades médias, como mostraram Amorim Filho; Serra (2001), estiveram presentes nos planos urbanos brasileiros com maior intensidade a partir dos anos 70.

Steinberger; Bruna (2001) fazem, ao longo de sua pesquisa, um apanhado sobre o processo de formação das cidades médias brasileiras, onde as mesmas passaram por um processo de evolução para estrutura atual, tendo elas uma escassez de planejamento.

É evidente que já se percebia um grande problema no desenvolvimento urbano brasileiro - a concentração da população e da produção de maneira geral. Como mostram os autores, já existia uma necessidade no Plano Trienal (1963-1965) de desconcentrar, criando assim ideias de um desenvolvimento equilibrado no território a partir de políticas regionais, visto o desequilíbrio regional notável na hierarquia urbana do Brasil.

Santos (1965) reforça que esse desequilíbrio na hierarquia urbana está ligado ao “curto-circuito” nas redes urbanas, onde o forte avanço dos meios de transporte e comunicação advindos do fim da II Guerra Mundial geraram uma comunicação mais próxima entre as pequenas e grandes cidades, gerando um “boicote” no papel das cidades médias, que acarreta no “curto-circuito” da rede urbana, típico de países

subdesenvolvidos.

O raso interesse pela cidade média por parte do governo brasileiro já reforça o que foi dito anteriormente, onde a falta de investimentos públicos e de preocupação na estruturação dessas cidades fez com que o setor terciário se desenvolvesse a partir do investimento de capital privado, que criou nas cidades médias brasileiras um uso do território como recurso.

França (2007) reforça essa ideia ao trazer como é a partir da década de 1970 que, na realidade brasileira, o ordenamento territorial ganha destaque (o que se direciona exatamente para as cidades médias). O cunho desenvolvimentista das políticas adotadas na época (*idem*), seguiam de fato em sentido à descentralização no território brasileiro.

A desconcentração intrarregional da região sudeste durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), como aponta Steinberger; Bruna (2001), foi diretamente tratado, assim como a ordenação do sistema urbano da região Sul, a dinamização da base econômica das metrópoles regionais do Nordeste e a promoção da urbanização das áreas de ocupação recente das regiões Norte e Centro-Oeste. Mesmo não apresentando políticas voltadas exatamente para esse planejamento, tiveram tais direções como principais necessidades a serem sanadas.

Essa desconcentração intrarregional de serviços acabou por impulsionar o desenvolvimento de cidades médias, uma vez que era necessário a implantação de centros regionais capazes de comportar a população migrante e, de certo modo, impedir que a concentração se mantenha. Aí o papel intermediário das cidades médias.

É interessante notar, como mostram os autores, que essa lógica segue contra as ideias capitalistas da concentração da produção. Porém, contemplar como isso é contraditório ajuda a compreender o que foi apresentado por Amorim Filho; Serra (2001), aonde mesmo indo na direção contrária do que a produção capitalista espera, essas cidades que Steinberger; Bruna (2001) chamam de “porte médio” (devido a não haver de fato uma discussão sobre cidade média propriamente ditas entre a década de 1950 e 1970), acabam por suprir a necessidade da produção e do mercado consumidor capitalista.

No campo da relação entre cidades de porte médio e planejamento, é possível afirmar que elas surgiram vinculadas à criação de polos secundários, que ajudariam na estruturação de uma rede urbana, onde tais cidades de porte médio serviriam como “nós” e ajudariam na criação de uma hierarquia urbana mais consistente, como

abordam Amorim Filho; Serra (2001).

Portanto, a política urbana do II PND trazia uma proposta contraditória à economia de mercado, que geralmente privilegiava a concentração de investimentos nos grandes aglomerados urbanos. Para conciliar esse conflito o plano propunha favorecer a criação de polos secundários, as cidades de porte médio, que se aproveitam das vantagens das aglomerações (Steinberger; Bruna, 2001, p. 47).

Essas cidades denominadas de porte médio começam a serem vistas, portanto, como possíveis escalas funcionais urbanas (Steinberger; Bruna, 2001), ou seja, sendo de extrema importância para desconcentração e interiorização, tendo em mente que seriam capazes de descentralizar a produção e a população sem perder, de fato, força produtiva.

Essa divisão entre Regiões Metropolitanas, Capitais e Cidades de Porte Médio já avançava na ideia de que era necessário explicar a diferença entre eles e, justamente, quais vantagens poderiam ser notadas ao desenvolver as cidades médias. Caminha-se ao entendimento das cidades médias como capazes de desenvolver, em sua estrutura, maneiras de comportar a população e oferecer oportunidades de uma melhora na qualidade de vida.

Os autores também afirmam que é com o investimento da iniciativa privada que ocorre, nas cidades médias, um desenvolvimento e fortalecimento da produção. Desse modo, durante a década de 1980 é onde mais pode-se notar um desenvolvimento claro das cidades médias brasileiras, muito suportado pelas políticas nacionais, mas, sem dúvida, movido pelo momento brasileiro, onde saindo de uma ditadura militar buscava-se reestruturar o país e encaixar no planejamento urbano uma melhora na qualidade de vida e na distribuição populacional e da produção.

É necessário retomar, porém, que como aponta Contel (2010), as cidades médias brasileiras passam pelo processo de estruturação, isto é, de desenvolvimento de sua estrutura, sem um conhecimento ou investimento propriamente dito por parte do governo. Isso ressalta o que foi anteriormente apontado, onde as cidades médias brasileiras surgiram livres de planejamento, o que criou aberturas para introdução dos setores privados nesses espaços urbanos.

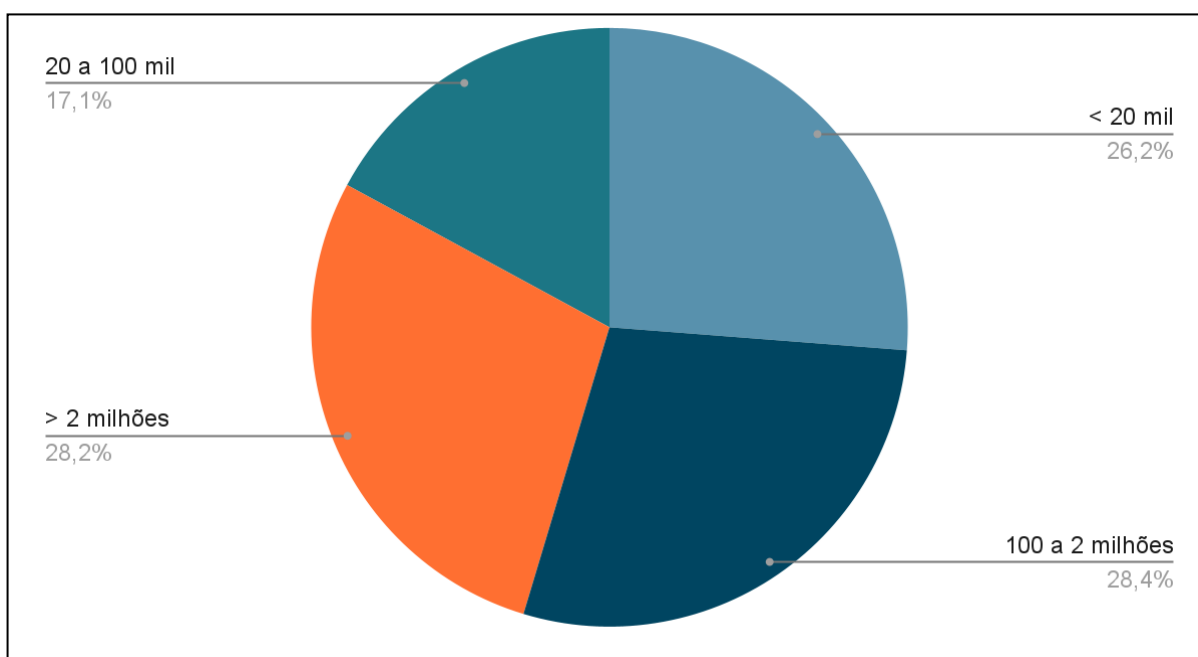
Dessa maneira, a concepção das cidades médias no Brasil, mesmo sendo apagada durante boa parte do século XX na perspectiva do governo federal, como mostram (idem), ainda precisam ser levantadas como importante tópico dentro da

Geografia Urbana, principalmente a partir de abordagens como a de Contel (2010), entendendo a importância da cidade média e sua relação com o setor terciário, Santos (1965), abordando sua influência no “curto-circuito” da rede urbana e Amorim Filho (2015), analisando as cidades médias em sua hierarquia.

O funcionamento das cidades médias em cada região do Brasil é diferente, inclusive em cada estado. Desse modo, mesmo participando da complexa rede urbana brasileira, as cidades médias mineiras possuem suas peculiaridades que devem ser analisadas. Minas Gerais é um estado que, caracterizou-se por um intenso número de emigrações, principalmente durante a década de 1960.

Rigotti; Campos (2009) traz em seu trabalho a relação entre as cidades médias de Minas Gerais e a migração. Destacam como a população brasileira, durante a década de 1970, apresentava uma população consideravelmente presente nas pequenas cidades, ou seja, mostram que 26,2% da população encontrava-se em cidades com menos de 20 mil habitantes, enquanto 28,4% em cidade entre 100 mil a 2 milhões de habitantes (Rigotti; Campos, 2009). O gráfico 1 ilustra melhor essa relação entre a porcentagem de habitantes e as proporções das cidades.

Gráfico 1 - Distribuição da população urbana brasileira em 1970.



Fonte: Matos (1980 *apud* Rigotti; Campos, 2009).

Como é de se imaginar, o padrão populacional aqui já mencionado utilizado para classificar uma cidade como média faz com que, dentro de Minas Gerais, perca

a validade como fator de importância única, de certo modo. O estado mineiro conta com 853 municípios (IBGE, 2022), sendo o estado com maior número de municípios no Brasil e, dentre eles, 781 possuem população inferior a 50 mil habitantes (IBGE, *idem*). Fica claro como não se pode discorrer sobre a rede urbana mineira e a existência das cidades médias a partir de uma população apenas acima de 100 mil habitantes.

Dentro de Minas Gerais, é possível visualizar serviços que apenas são realizados em sua capital (Belo Horizonte), porém, habitantes de pequenas cidades só conseguem encaminhamentos para tais clínicas através de médicos presentes das cidades médias.

Pode-se observar então um elemento da hierarquia urbana através de um conceito trabalhado por Santos (1996), que são as verticalidades. A partir do momento em que um habitante de uma pequena cidade não possui um acesso mais direto para serviços ofertados em capitais e metrópoles, observa-se a presença de uma relação vertical entre essas cidades, onde uma acaba por ser “superior” na hierarquia urbana em relação às outras.

A hierarquia urbana, não apenas mineira, mas nesse caso, em destaque a ela, funciona de uma maneira correta a partir da existência das cidades médias, ou seja, dos centros intermediários, aqueles que não apenas desconcentram a população e as atividades, mas também, que permite uma comunicação entre a metrópole e a pequena cidade, reforçando a importância de uma hierarquia urbana concisa, como mostrou anteriormente (*ibidem*).

Rigotti; Campos (2009) apontam que, em Minas Gerais, houve durante um extenso período um saldo migratório negativo considerável. Os autores discutem que a causa está diretamente ligada pelo rápido desenvolvimento da indústria no estado de São Paulo, que ao levar em conta a dificuldade mineira de fixar a população advinda do campo, perdeu pessoas para a indústria paulista.

[...] Minas Gerais, que não acompanhou o dinamismo industrial de São Paulo, enviou grandes contingentes populacionais para aquele estado. Em que pese o grande incremento demográfico das áreas urbanas mineiras, estas não foram capazes de absorver toda a população que emigrava das áreas rurais, até a década de 70. Este é um primeiro indício de que as cidades em geral, e não apenas as médias, não foram capazes de absorver sequer o crescimento natural da população de Minas (Rigotti; Campos, 2009, p. 7).

O saldo migratório negativo em Minas Gerais se manteve até o início da década

de 70, quando a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) começa a notar um crescimento de seu entorno, uma vez que a mesma não era capaz de fixar sua população de baixa renda (*idem*) e acabava por apresentar aluguéis altos e uma menor qualidade de vida, fazendo com que o entorno crescesse mais rápido do que a própria RMBH. As migrações tiveram forte influência da RMBH e do estado de São Paulo (Andrade, 2015), que mostraram como a rede urbana mineira, mesmo presenciando algumas cidades médias, não foi capaz de conter a forte emigração.

[...] em que pese a importância das cidades médias em uma rede urbana extensa como a mineira, em uma perspectiva histórica, estas não foram capazes de conter os fluxos emigratórios que se originaram ao seu redor. Coube assim, ao estado de São Paulo, a RMBH e às áreas de fronteira o papel de grandes absorvedores da população do interior de Minas Gerais. Isso, evidentemente, não significa que as cidades médias tiveram papel irrelevante como absorvedoras de população, mas sim secundário (Rigotti; Campos, 2009, p. 9).

Os autores também trazem um importante acontecimento que é a reestruturação político-econômica vista no Brasil a partir da década de 1980, principalmente advinda do fim da ditadura militar brasileira. Nota-se em Minas Gerais, através dos fluxos migratórios desse período e, até mesmo entre 1995 a 2000, que o número de movimentos populacionais interestaduais aumentou, ou seja, ao mesmo tempo que a RMBH possui uma grande taxa de emigração para outras cidades mineiras, ainda recebia um gigantesco fluxo migratório (Rigotti; Campos, 2009).

Como os autores apontam, os fluxos se tornam mais intensos, melhor dizendo, a velocidade com que as pessoas, as informações e as atividades produtivas viajam pelo território aumenta significativamente. Desse modo, entende-se através dos fluxos e fixos de Santos (1994) que as cidades médias agem como agentes de conexão entre ambas, mostrando-se importantes pelo fator intermediário na hierarquia urbana anteriormente mencionada.

Estas constatações fortalecem os aportes teóricos defensores da ideia de que, em um contexto de reestruturação produtiva e flexibilização do modo de produção, os fluxos tornam-se mais complexos, as diferentes escalas se interconectam e vários deles se dão entre localidades de mesmo nível hierárquico (Rigotti; Campos, 2009, p. 9).

As cidades médias, portanto, desempenharam papel fundamental na consolidação dos movimentos migratórios dentro de Minas Gerais e vice-versa.

Destacam os autores que a década de 90 foi a que apresentou um acentuado crescimento das cidades intermediárias, logo, o crescimento das cidades médias.

Esse argumento é reforçado por Araújo (2017), que mostra como os movimentos migratórios dentro de Minas Gerais aumentaram a partir do século XXI, principalmente relacionada às cidades médias, onde esses movimentos ocorrem pela busca de cidades que ofertam determinados serviços.

No caso mineiro, esse fluxo migratório é mais intenso em busca de acesso ao ensino superior (*idem*), ocorrendo até mesmo entre duas cidades médias (como mostra a autora, Uberlândia e Araguari). Isso se relaciona fortemente com o que traz Contel (2010), já que a migração de uma cidade para outra está diretamente ligada com a busca por um setor terciário robusto de serviços que possam sanar as necessidades de certos indivíduos.

É interessante ressaltar também a pluralidade dos movimentos migratórios que são visíveis no estado de Minas Gerais. Toda sua extensão territorial permite reforçar que existe diferença na estruturação de cada mesorregião. Desse modo, o Norte de Minas e o Sul de Minas, mesmo sendo do mesmo estado, possuem funcionamentos diferentes e, conseqüentemente, fluxos migratórios diferentes.

França (2017) afirma que os processos migratórios são diferentes visto que a centralidade é diferente em cada cidade. É preciso lembrar o importante aspecto que aborda Contel (2010), onde afirma que quanto mais serviços a cidade oferece, maior sua centralidade na rede urbana. Desse modo, a migração se dirige para essas cidades de maior centralidade (*idem*).

Assim como Araújo (2017), o autor reforça o ensino superior como um importante formador dos fluxos migratórios em Minas Gerais. É dentro desse estado onde ocorrem movimentos em busca de cidades médias e grandes que ofereçam acesso às universidades, promovendo assim a ideia de que as localidades que apresentam essas universidades, como as cidades médias (Alfenas, Poços de Caldas, Juiz de Fora, Uberlândia, entre outros), possuem maior centralidade.

Amorim Filho (2015) discorre como as cidades médias brasileiras (em especial, as mineiras) acabam por surgir em uma relação em que, de um lado existem os grandes centros, detentores da oferta de serviços, enquanto do outro lado existem as pequenas cidades, dependentes desses serviços, que não se encontram em seu território.

Normalmente, os estudos da cidade média (aqui, se inclui a presente pesquisa)

estão sempre ligados com um recorte espacial mais específico. Isso se dá por dois motivos: o primeiro é a complexidade da rede urbana brasileira onde, para realizar uma pesquisa envolvendo todas as cidades na região de influência de uma cidade média, levaria anos. O segundo motivo é a necessidade de compreender o desenvolvimento dessa cidade média, principalmente pela sua rede urbana regional, ou seja, o recorte tende a ser menor.

Novamente, esses dois pontos são necessários pois, como mostra Amorim Filho (2015), a Geografia Urbana começou a estudar as cidades médias recentemente. Desse modo, ainda é um processo em andamento e justamente devido a isso, entende-se que cada cidade média se desenvolveu de tal maneira para arcar com as necessidades, tanto da população quanto do capital. Uma boa maneira de observar o desenvolvimento dos centros intermediários é através da Região de Influência das Cidades (REGIC)⁵.

Como mostra o documento (*idem*), esses centros compreendem as cidades que possuem uma população inferior, em comparação às Capitais Regionais, apresentando uma média de 85 mil habitantes. Também é dividida em dois subgrupos, Centros Sub-regionais A e B.

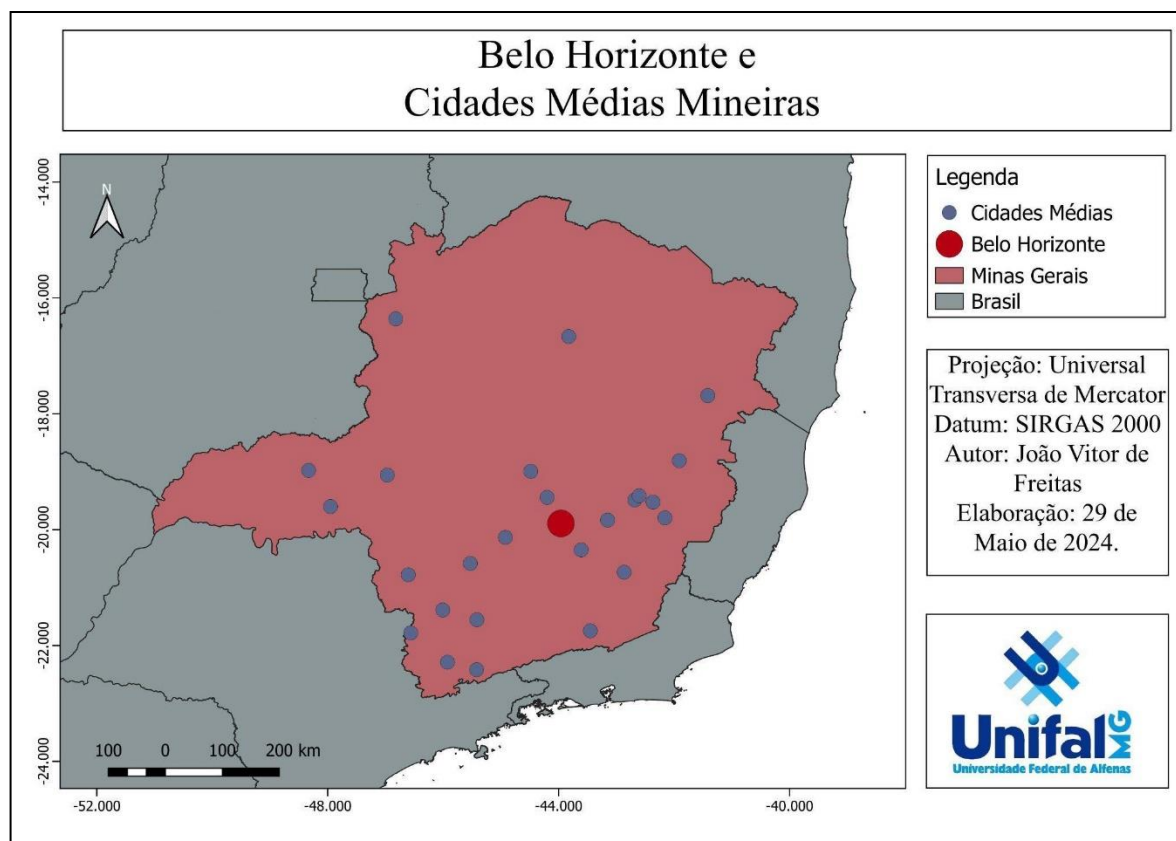
Neste terceiro nível hierárquico, as 352 Cidades possuem atividades de gestão menos complexas (todas são nível 3 na classificação de gestão do território), com áreas de influência de menor extensão que as das Capitais Regionais. São também Cidades de menor porte populacional, com média nacional de 85 mil habitantes, maiores na Região Sudeste (100 mil) e menores nas Regiões Sul e Centro-Oeste (75 mil) (REGIC, 2018, p. 11).

É possível observar que as cidades presentes no território mineiro, principalmente dentro do subgrupo A, são as conhecidas cidades médias. Sua forte relação com Belo Horizonte destaca a ideia citada anteriormente, onde ocorre uma função de “intermediário” (Amorim Filho; Serra, 2001) exercida pela cidade média, como mostra a Figura 2⁶

⁵ Em 2018, as cidades mineiras aparecem ao se analisar a hierarquia dos centros urbanos brasileiros. Divididos no documento entre Metrôpoles, Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais, o que mais interessa nessa discussão sobre cidades médias são os Centros Sub-regionais, onde encontra-se, em maior número, as cidades médias, incluindo Alfenas (MG).

⁶ As cidades médias mineiras mostradas no mapa são, em ordem alfabética, são os centros sub-regionais: A) Alfenas, Barbacena, Lavras, Passos, Patos de Minas, São João Del Rei, São Lourenço e B) Araguari, Caxambu - Baependi, Itajubá, João Monlevade, Viçosa, Bom Despacho, Campo Belo, Diamantina, Formiga, Frutal, Guaxupé, Itabira, Ituiutaba, Ouro Preto, Santa Rita do Sapucaí, São Sebastião do Paraíso, Três Corações e Unai.

Figura 2 - Cidades médias mineiras e Belo Horizonte em 2018.



Fonte: Região de Influência das Cidades (2018).

O mapa acima revela a proximidade das cidades médias com Belo Horizonte, assim como pode ser identificada através do REGIC: essas cidades são “ponte” entre as grandes cidades e as pequenas cidades, tendo um caráter intermediário, ou seja, mesmo constituindo espaços de centralidade, agem como “passagem” entre essas outras duas tipologias de cidade.

Rigotti; Campos (2009) realizam um apanhado da evolução desse grupo de cidades a partir do saldo migratório e de suas relações com seu espaço regional, ao longo de dois recortes temporais, sendo eles: i) Entre 1986 a 1991 e; ii) 1995 a 2000. Classificam as cidades médias mineiras em Grandes Centros Regionais, Cidade Médias de Nível Superior, Cidades Médias Propriamente Ditas e Centros Emergentes, respectivamente (*idem*).

No primeiro momento, entre 1986 e 1991, Juiz de Fora e Uberlândia aparecem integrando os Grandes Centros Regionais, seguidos por Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, entre outros, que formam as Cidade Médias de Nível Superior. Cidades como Alfenas (MG), Viçosa, Itajubá, entre outras, aparecem como Cidades

Médias Propriamente Ditas e, por último, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação das cidades médias mineiras entre 1986-1991

Classificação das Cidades Médias	Cidades
Grandes Centros Regionais	Juiz de Fora, Uberlândia
Cidades Médias de Nível Superior	Montes Claros, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Divinópolis, Uberaba, Varginha, Poços de Caldas, Passos, Teófilo Otoni, Governador Valadares e Ipatinga
Cidades Médias Propriamente Ditas	Alfenas, Patrocínio, Coronel Fabriciano e Itajubá, Caratinga, Unaí, João Monlevade, Viçosa, Ouro Preto, Curvelo e Formiga.
Centros Emergentes	Municípios que não fixam a população natural

Fonte: Rigotti; Campos, 2009.

Em um segundo momento, entre 1995 e 2000, nota-se uma alteração nessas classificações. Uberlândia ganha destaque em relação a Juiz de Fora, mantendo-se os dois como Grandes Centros Regionais. Em seguida, ficaram as Cidades Médias de Nível Superior, como Sete Lagoas, Uberaba, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Montes Claros e Divinópolis (Rigotti; Campos, 2009). Se entende que as Cidades Médias Propriamente Ditas se mantiveram e, aos Centros Emergentes, os autores destacam nesse período a cidade Nova Serrana, que mostrou poder de atração populacional sobre seus vizinhos.

É a partir dos anos 2000 que se nota um intenso fluxo migratório de um tipo específico: o pendular. A existência das migrações pendulares em Minas Gerais é o que auxiliou na estruturação das cidades médias. A ida e vinda constante em busca de trabalho, estudo ou qualquer outro tipo de serviço, retoma a ideia de “postos avançados”, abordado por Amorim Filho; Serra (2001).

Como mostram Rigotti; Campos (2009), essa pendularidade mostra como as cidades médias se situam em sua rede urbana, ou seja, qual o principal papel que

desempenham. Para facilitar a visualização dessa mobilidade pendular, basta refletir que, em uma dinâmica territorial capitalista, os migrantes se encontram em um constante processo de procura por melhores condições de vida e conseqüentemente, isso se liga diretamente a questões como a busca e oferta de trabalho.

Quando Rigotti; Campos (2009) afirmam que se pode notar um fluxo migratório das cidades médias para as metrópoles, a questão do trabalho aparece, onde oportunidades melhores de emprego acabam por surgir nas metrópoles. Porém, existem o que os autores apontam como os fluxos migratórios das metrópoles para as cidades médias. Essa dinâmica vai muito de encontro com o que foi trazido anteriormente com Amorim Filho; Serra (2001) e Steinberger; Bruna (2001), que mostram que esses fluxos “contrários” ao capitalismo são, na verdade, interessantes para dinâmica capitalista, e por isso, são notados com frequência.

São interessantes pois, mesmo se afastando do capitalismo mais complexo em fluxos presenciado nas capitais, encontra-se nas cidades médias uma presença de um capitalismo voltado principalmente ao mercado imobiliário, uma vez que o crescimento de condomínios fechados, de grande luxo, vem crescendo cada vez mais nessas cidades. Essa ideia está diretamente ligada com a questão do trabalho também.

Uma pessoa com flexibilidade de trabalho poderia escolheria uma cidade média para morar, visto que ela se afasta dos típicos problemas da metrópole e oferece qualidade de vida. Entende-se que ambos esses fluxos migratórios ganharam forças em Minas Gerais devido a dinamização advinda da desconcentração de serviços, como por exemplo a oferta pelo ensino superior, como se observa na cidade de Alfenas (MG).

2.2.1 Cidades Médias Sul mineiras e Alfenas (MG)

A realidade do estado mineiro mostra como o atraso no estudo das cidades médias acabou por gerar dificuldades no entendimento delas. A falta de investimento na compreensão dessas cidades criou um empecilho em afirmar sua importância na rede urbana regional. O papel intermediário que essas cidades desempenham mostra-se importantíssimo ao se analisar a quantidade de pequenas cidades em Minas Gerais, que necessitam de cidades médias que as liguem com cidades grandes.

Contel (2010) traz um importante fator no entendimento desse papel

intermediário visualizado nas cidades médias, que é o setor terciário, vindo de uma perspectiva de Rochefort. A hierarquia urbana é reforçada por cidades que denomina de “lugares centrais”, que apresentam uma posição maior na hierarquia urbana devido aos serviços prestados nessas cidades.

Essa hierarquia está fortemente ligada aos “limites inferiores e superiores” da oferta de serviços (*idem*), anteriormente citados aqui, que abordam como o setor terciário depende de uma capacidade rentável de manter certos serviços em uma cidade (aqui, o “limite inferior”), da mesma maneira que precisa de uma distância que possa ser percorrida para acesso a um determinado serviço (aqui, o “limite superior”)

Ambos servem para definir e alocar essas cidades em uma hierarquia urbana: quanto maior for a demanda pelos serviços ofertados nesta cidade, maior sua posição na hierarquia urbana. Acredita-se que a posição ocupada por Alfenas (MG) como uma Cidade Média Propriamente Dita, relaciona-se com os serviços ofertados pelo setor terciário, principalmente saúde e ensino superior.

Amorim Filho, Rigotti; Campos (2007) também fazem uma classificação das cidades médias, estudando 102 dos 722 municípios mineiros (número correspondente ao recorte temporal entre 1969 e 1991) e que existe uma dificuldade de traçar o limite populacional entre uma cidade pequena e uma cidade média.

Essa dificuldade aparece, pois, no caso mineiro (e, claro, também no Sul-mineiro), a grande quantidade de cidades de pequeno porte que agem como intermediárias entre seu espaço regional acabam por confundir os pesquisadores ao caracterizar se ela é média ou não. Um exemplo seria pensar que, em um espaço regional onde uma cidade de 10 mil habitantes é cercada de cidades com população menor que 5 mil habitantes, essa primeira agem como intermediária e poderia, de fato, ser considerada como cidade média.

O recorte por eles escolhido de 102 cidades se deve a isso, a grande dificuldade de trabalhar nas cidades de pequeno porte - cidades com menos de 20 mil habitantes. Destaca-se também, portanto, que os critérios escolhidos para classificar essas localidades foram: crescimento da população urbana; migrações; distribuição setorial da população ativa; arrecadação municipal; equipamentos e relações dos setores comercial e de serviços; equipamentos e relações do setor industrial; infraestrutura de comunicação em geral e posição que as cidades foram consideradas na rede urbana regional (Amorim Filho; Rigotti; Campos, 2007), e dividem as cidades de acordo com as variáveis acima expostas. Desse modo, foram identificadas quatro tipologias de

localidade: Grandes Centros Regionais, Cidades Médias de Nível Superior, Cidades Médias propriamente ditas e Centros Emergentes.

De acordo com Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007), os Grandes Centros Regionais correspondem às “transições” entre as grandes cidades e as Cidades Médias de Nível Superior, tendo no caso mineiro mais de 400 mil habitantes, com uma economia equilibrada e que polariza de maneira vasta o espaço regional.

As Cidades Médias de Nível Superior, por sua vez, são aquelas que, para população regional, representam “cidades grandes”, com população entre 70 mil e 200 mil habitantes. No Sul de Minas, é comum pensar em cidades como Poços de Caldas, Varginha e Pouso Alegre.

São cidades que desenvolveram, paralelamente à indústria, dinâmicos setores de comércio e de serviços. Assim, essas cidades, além de fortalecerem sua posição e suas ligações no domínio regional, começam a estender essas ligações a pontos situados para além desses domínios. São, em síntese, cidades de estruturas já bem consolidadas e cujo crescimento futuro parece, sem dúvida, assegurado. (Amorim Filho; Taitson Bueno; Abreu, 1982, P. 41 *apud* Amorim Filho; Rigotti; Campos, 2007, P. 9).

Em seguida, as Cidades Médias Propriamente Ditas são, como apontam os autores, aquelas de posição mais intermediária, com uma população entre 20 mil e 100 mil habitantes, que desempenham um importantíssimo papel: servem como base para conectar cidades pequenas com as cidades grandes. Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007) afirmam que ao mesmo tempo que mantêm relações com os grandes centros, não deixam de se relacionar diretamente com espaço microrregional ao qual está ligado.

Por último, os Centros Emergentes são também “localidades de transição”, porém, entre as pequenas cidades e as Cidades Médias Propriamente Ditas, apresentam população inferior a 50 mil habitantes, tendo uma economia em fase de estruturação, e uma importante ligação com o espaço rural (Amorim Filho; Rigotti; Campos, *idem*).

Os autores consideraram três recortes temporais dessas cidades médias mineiras: o primeiro em 1982, o segundo em 1999 e o terceiro em 2006. É interessante pois, até então, nenhum trabalho aqui mostrado havia entrado com tamanho vigor no século XXI com discussões e dados acerca das cidades médias. Cabe acrescentar que, para manter-se no foco do que é aqui proposto, será trabalhado apenas as cidades médias sul-mineiras, pois na totalidade da pesquisa são incluídas cidades da

Zona da Mata, como Viçosa e Campo das Vertentes, como Barbacena, assim como outras de diversas mesorregiões. Devido a isso, não é necessário abordar, na temática dessa pesquisa, os Grandes Centros Regionais, uma vez que nenhum está presente no sul de Minas.

No primeiro recorte, de 1982, as Cidades Médias de Nível Superior (Sul-mineiras) são representadas por Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Itajubá e São Lourenço. As Cidades Médias Propriamente Ditas possuem as cidades (Sul-mineiras) de Alfenas, Passos, São Sebastião do Paraíso e Santa Rita do Sapucaí. Como Centros Emergentes, Três Pontas aparece como único representante do sul de Minas.

A presença mais expressiva de municípios Sul-mineiros entre as Cidades Médias de Nível Superior e as Cidades Médias Propriamente ditas reflete em uma forte centralidade regional que essas cidades possuem atualmente, mostrando como a proximidade com o estado de São Paulo (receptor de fortes fluxos migratórios vindos de Minas Gerais), como aponta Andrade (2015), fez com que essas cidades médias mantivessem relações mais robustas com São Paulo.

Em seguida, os autores mostram como em 1999 a classificação se altera um pouco. Nessa elaboração, as Cidades Médias de Nível Superior sul-mineiras recebem mudanças, sendo a principal a promoção de Alfenas para essa classificação, seguido de Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha e Itajubá.

Entende-se o motivo de Alfenas (MG) ter sido promovida nesse período, já que foi onde a cidade atendeu a demanda por fixação. Continuando com a classificação feita pelos autores referentes a 1999, as Cidades Médias Propriamente Ditas (Sul-mineiras) apresentam Guaxupé, Três Corações, São Sebastião do Paraíso, Santa Rita do Sapucaí e São Lourenço. Por fim, os Centros Emergentes Sul-mineiros apontados são Andradas, Três Pontas, Boa Esperança, Caxambu, Machado e Ouro Fino.

Como se observa, a cidade de Alfenas mudou de nível entre 1982 e 1999. Essa mudança pode estar relacionada às políticas urbanas municipais de Alfenas (MG), pois como apontam Souza; Rocha; Silva (2012), uma possível explicação é que, nesse período, essa cidade média começa a normatizar os novos loteamentos, densificando assim áreas destinadas a fins Institucionais e Áreas verdes. Esse aumento, como mostram os autores, aumenta a capacidade de uso e, conseqüentemente, gera aumento demográfico.

[...] a Lei 9.785/99 (BRASIL, 1999) procura normatizar os novos loteamentos e aperfeiçoar a Lei 6.766/79, discorrendo sobre as unidades residenciais unifamiliares e o índice salvaguardado para uso institucional e Áreas Verdes, pois, com exceção daqueles destinados às classes com maior poder de compra, a grande maioria permite a densificação de uso, ou seja, que aumente a densidade demográfica (Souza; Rocha; Silva, 2012, p. 6).

Também que existem outros motivos fortemente relacionados com essa mudança presenciada em Alfenas (MG) ao final do século XX, podendo observar como a oferta de ensino superior na cidade alfenense sempre foi atrativo na região, mesmo antes da criação da UNIFAL-MG, quando ainda existia apenas a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA).

Outro importante fator que pode servir como possibilidade para explicar essa mudança de nível hierárquico de Alfenas (MG) é a criação da Universidade José do Rosário Velano (UNIFENAS), em 1972, que serviu como atrativo para pessoas das cidades vizinhas que buscavam acesso ao ensino superior (lembrando que, nessa época, ainda não existia a UNIFAL-MG, pois passa a ser conhecida por essa titulação apenas em 2005).

Cabe destacar que, nesse período, já existia a EFOA, que foi fundada em 1914, oferecendo na época cursos como Odontologia, Farmácia e Enfermagem, o que também foi um forte polarizador de pessoas em geral, não apenas estudantes, durante o século XX, mesmo antes do surgimento da UNIFENAS.

Além disso, juntamente com o desenvolvimento de diversos cursos de saúde da UNIFENAS, com destaque para medicina, é construído o Hospital Universitário Alzira Velano, em 1992, conjunto da UNIFENAS que oferece até os dias atuais especialidades como neonatais, hemodiálise, fonoaudiologia, entre outros (UNIFENAS, 2023).

Aqui fica explícito o que foi abordado anteriormente com Contel (2010): o desenvolvimento do setor terciário de Alfenas (MG), principalmente pela oferta de serviços relacionados à saúde e ensino superior, acarreta no desenvolvimento da cidade que, mesmo não tendo porte é, de fato, média, devido à sua função na rede urbana regional.

Essa questão abordada pelos autores está diretamente relacionada com o que vêm sendo mostrado por Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007), podendo ser observado na cidade média de Alfenas (MG), visto o importante papel que desempenha em sua rede urbana regional, condiciona-se para o recebimento e

fixação de migrantes, importante ponto mencionado anteriormente com Amorim Filho (1973).

Outro possível ponto a ser discutido é que justamente pela promoção de certas cidades próximas de Alfenas (MG) para Centros Emergentes, como Machado e Boa Esperança, ressaltam a hierarquia da rede urbana Sul-mineira e o grande papel desempenhado pela cidade média alfenense. Entende-se que essa promoção também ocorre por ter sido incluído nos indicadores a presença e número de cursos superiores no estado de Minas Gerais.

Por fim, vem a classificação realizada em 2006, que levou em conta indicadores relacionados à demografia, atividades econômicas (agropecuárias e extrativas, industriais, comerciais e de serviços) e comunicações e transportes (Amorim Filho; Rigotti; Campos, 2007). Desse modo, o recorte também se alterou quanto ao número de cidades escolhidas, sendo agora reduzido para 131 cidades, consideradas na época da realização como médias.

Partindo para a classificação, os Grandes Centros Regionais mantiveram-se em relação à classificação anterior, porém, notou-se alteração nas Cidades Médias de Nível Superior, o que apresentou o rebaixamento de Alfenas e Itajubá. Mantiveram-se, então, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha, ocorrendo também a promoção de Passos para esse nível de classificação. As Cidades Médias Propriamente Ditas mostraram também rebaixamentos, como no caso de Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço e Guaxupé. Ficaram nesse grupo, portanto, Alfenas, Itajubá, São Sebastião do Paraíso e Três Corações.

Por fim, os Centros Emergentes do Sul/Sudoeste de Minas, classificados em 2006, foram Andradas, Boa Esperança, Cambuí, Campos Gerais, Caxambu, Elói Mendes, Guaranésia, Guaxupé, Machado, Nepomuceno, Ouro Fino, Paraguaçu, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço e Três Pontas.

Andrade (2015) também utiliza da pesquisa de Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007) para discutir o sul de Minas, porém, o autor já mostra em seu trabalho a importância de se analisar as motivações visíveis nas classificações das cidades médias Sul-mineiras em cada grupo. Inicia, portanto, afirmando que existe uma relação direta entre os serviços ofertados nessas cidades médias e a sua relação com o espaço urbano regional.

abrigam hospitais regionais, com diversas especialidades médicas, e em educação, pois possuem instituições federais de ensino e pesquisa (UNIFAL – Alfenas, Poços de Caldas e Varginha; UFLA – Lavras; UNIFEI – Itajubá; e IFSULDEMINAS – Pouso Alegre, Passos e Poços de Caldas). Também estão nestas cidades, os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços mais especializados, e que atendem as demandas dos seus moradores e a dos residentes em espaços rurais e urbanos de sua área de influência (Andrade, 2015, p. 75).

Andrade (2015) ainda aponta o que foi anteriormente mencionado com Rigotti; Campos (2009), onde a migração sul-mineira começa a receber, a partir da década de 1990, um saldo positivo migratório, forte reflexo da evolução e importante papel desempenhado pelas cidades médias.

De acordo com o IBGE (2022), Alfenas (MG) possui 78.970 habitantes. Dessa maneira, fica evidente que mesmo sua população ficando abaixo dos “ideais 100 mil habitantes” para ser classificada como cidade média pode ser considerada como tal, pois leva-se em conta seu papel desempenhado na rede urbana regional.

Em um grupo de municípios com menos de 15 mil habitantes (Areado, Alterosa, Monte Belo, Serrania), um outro município com pouco menos de 80 mil habitantes, como Alfenas (MG), é capaz de polarizar sua hinterlândia, levando em conta os bens e serviços que proporciona, como saúde e acesso ao ensino superior.

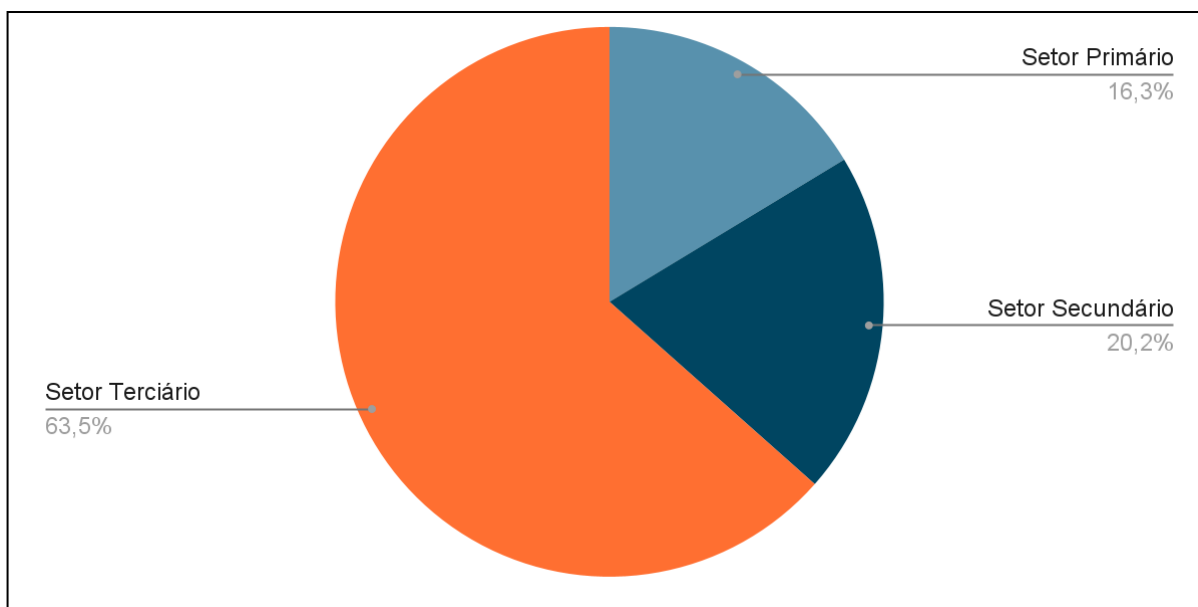
É interessante compreender os setores econômicos de Alfenas (MG) para que possa ser analisado como sua centralidade ocorre. O setor primário de Alfenas (MG), como mostra a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (2024), possui 65 empresas agrícolas que apresentam atividades relacionadas ao café, soja, bovinos e cereais.

No setor secundário, Alfenas (MG) possui um total de 73 indústrias que se caracterizam por produções diversas, como fabricação de adubo e fertilizantes, fabricação de laticínios, sorvetes e outros gelados comestíveis, assim como torrefação e moagem de café e tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas, dentre diversas outras produções. É interessante ressaltar que Alfenas (MG) não é amplamente conhecida por indústrias extrativistas (como as típicas mineradoras em Minas Gerais), mas, atualmente, vem ganhando destaque pela tecelagem de fios, principalmente pela empresa norte-americana instalada no país, a UNIFI do Brasil.

O setor terciário de Alfenas (MG) possui mais de 1.000 comércios varejistas (como mercados, lojas, farmácias, entre outros), mas aqui cabe destacar, principalmente, a oferta de dois grandes serviços: saúde e ensino superior. Quanto à saúde, a cidade alfenense se destaca pelo Hospital Universitário Alzira Velano, que

abriga diversas especialidades médicas, como já citado aqui anteriormente. Com o ensino superior, Alfenas (MG) apresenta duas grandes universidades: a UNIFAL-MG e a UNIFENAS. O Gráfico 2 permite visualizar os dados apresentados.

Gráfico 2 - Participação dos setores da atividade na economia de Alfenas (MG) em 2024.



Fonte: ECNODATA, 2024.

Alfenas (MG), por toda a discussão já realizada, apresenta uma classificação de cidade média. Porém, ao visualizar o setor terciário (Contel, 2010), nota-se o motivo da centralidade presente nessa cidade, uma vez que essa elevada oferta é capaz de polarizar as cidades pequenas em sua rede urbana regional.

Levando em conta o presente tema estudado, optou-se por identificar a posição de Alfenas (MG) a partir das REGICs de 1993, 2007 e 2018. O primeiro REGIC analisado, de 1993, traz um interessante elemento sobre Alfenas (MG), onde a cidade média sul-mineira, dentro da rede urbana brasileira, apresenta uma centralidade considerada forte. Desse modo aparece na análise das Interações Espaciais e Níveis de Centralidade Urbana de Belo Horizonte como polarizadora de outras cidades sul-mineiras, sendo elas Areado, Alterosa, Campo do Meio, Cabo Verde, Campos Gerais, Divisa Nova, Fama, Paraguaçu e Serrania. Essa informação reforça o papel de Cidade Médias Propriamente Dita visto com Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007).

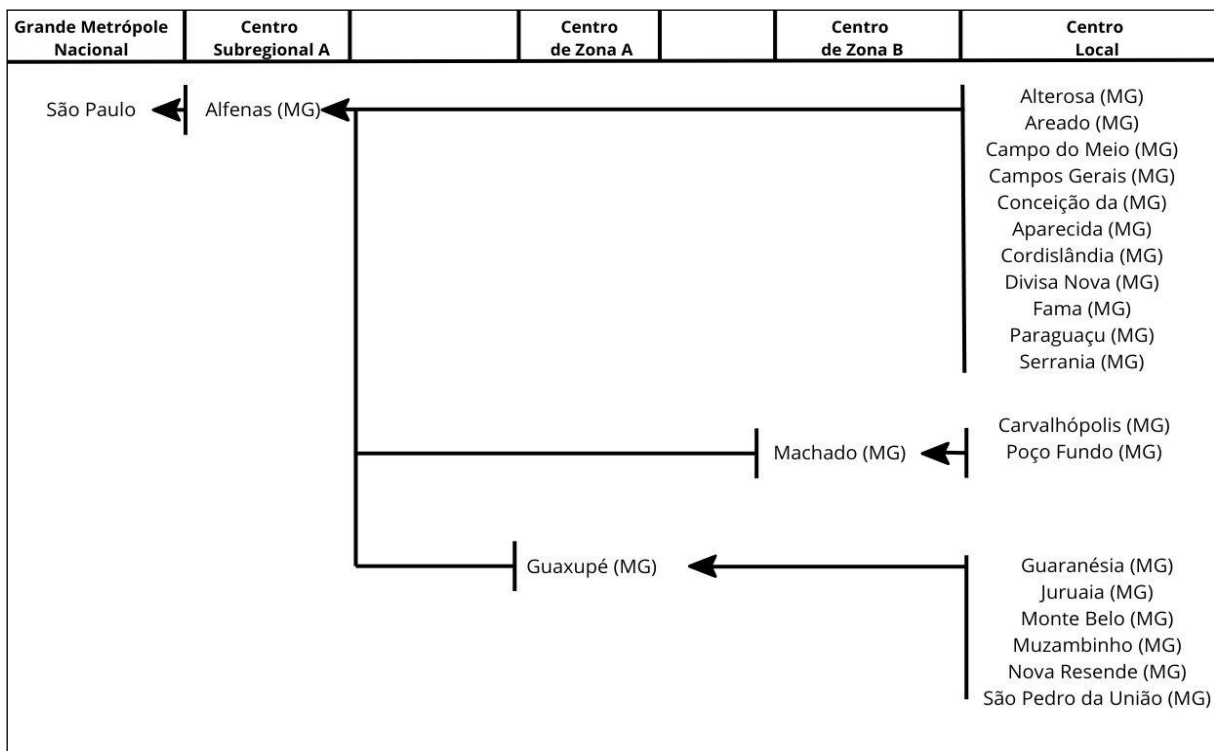
No REGIC de 2007, as classificações passam a ser mais robustas e ganham a forma que se conhece atualmente, sendo a mesma divisão hierárquica mencionada

aqui anteriormente ao mostrar as cidades mineiras no REGIC de 2018. Esse caráter mais estruturado permite discutir alguns aspectos da nova classificação.

No REGIC de 2007, Alfenas (MG) já é classificada como um Centro Sub-regional A, que em relação ao documento de 1999, é referente às cidades de centralidade “forte”. Esse dado ajuda a comprovar o que foi mostrado com Amorim Filho; Rigotti; Campos (2007), ou seja, esse subgrupo mostrado no REGIC representaria, justamente, as Cidades Médias Propriamente Ditas.

A Figura 3, mostrada a seguir, melhora a visualização do que é aqui falado, isto é, Alfenas (MG) tem um papel central dentro da sua rede urbana regional, sendo uma importante cidade média a desempenhar o papel intermediário de comunicação entre as pequenas cidades e as Capitais Regionais. O fato de ser representada na Região de Influência de São Paulo mostra como as cidades sul-mineiras dialogam com as dinâmicas da rede urbana paulista, dada à proximidade geográfica entre elas.

Figura 3 - Cidades mineiras na região de influência de São Paulo, em 2007.



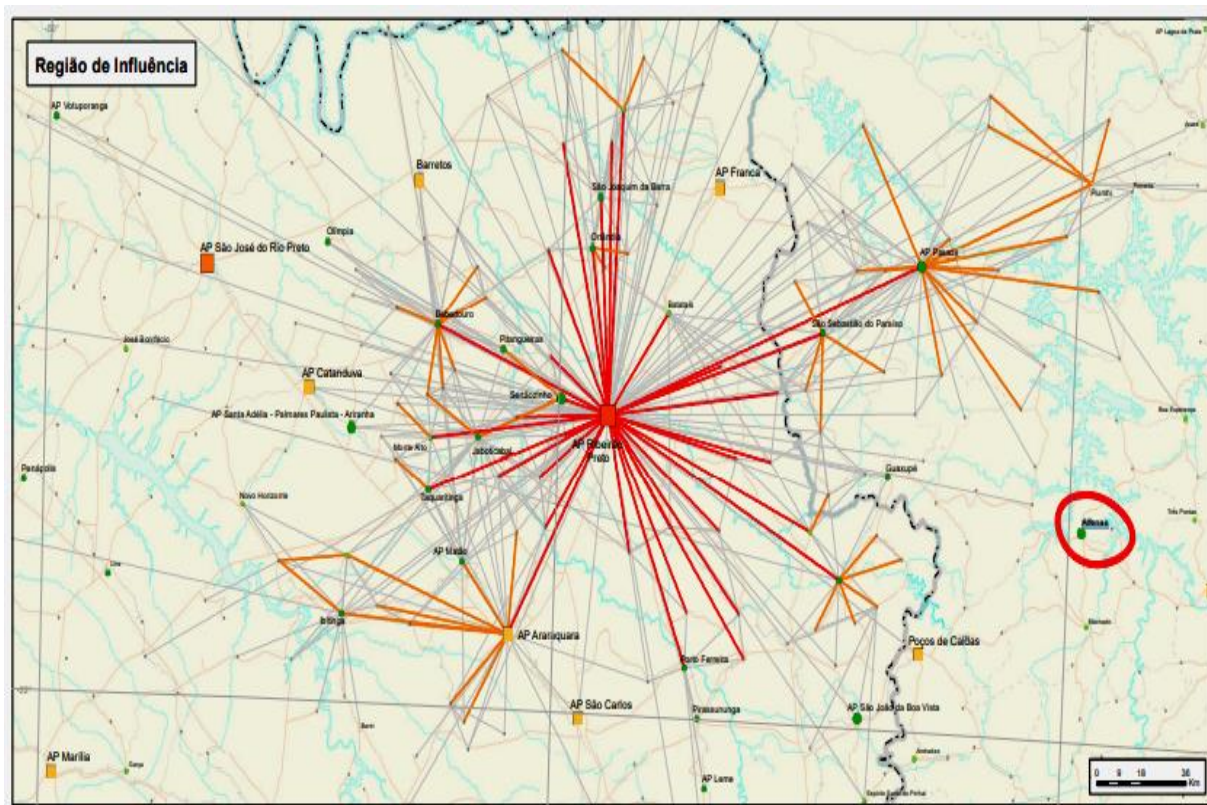
Fonte: Região de Influência das Cidades (2007).

Por último, o REGIC de 2018 apresenta Alfenas (MG) como participante importante da rede urbana não somente mineira, tendo uma região de influência que compreende até mesmo uma parcela da região Centro-Oeste, assim como se mostra

fundamental na constituição da rede urbana do Sudeste, ainda como Centro Sub-regional A.

É interessante como no REGIC de 2018 é possível visualizar o papel intermediário de Alfenas (MG) e outras cidades sul-mineiras, como Guaxupé, principalmente levando em conta o estado de São Paulo. Na Figura 4 é possível observar, na região de influência de Ribeirão Preto, representada pelo ponto laranja central na carta, como Alfenas (MG), destacado no círculo vermelho a sudeste de Ribeirão Preto, constitui um caminho de acessibilidade aos bens e serviços dessa cidade paulista para pequenas cidades na sua rede urbana regional.

Figura 4 - Região de influência de Ribeirão Preto (SP), em 2018.



Fonte: Região de Influência das Cidades (2018).

Como destaca Andrade (2015), Alfenas possui destaque no sul de Minas, principalmente ao se levar em conta o que foi visto anteriormente nos REGICs. A cidade média de Alfenas (MG) fica em destaque em quesitos como PIB per capita, população urbana, entre outros. Um outro importante aspecto é apresentado no REGIC de 2018, que mostra alfenas em 8 lugar no ranking de cidades mais atrativas para o ensino superior. A Tabela 1 aponta os dez primeiros classificados nessa

categoria.

Tabela 1 - Cidades com centralidade definida especificamente por deslocamentos para cursar ensino superior - 2018

Ranking	Cidades	Centralidade Temática (LAT-IA)
1	AP Sobral/CE	648 131,2
2	AP Viçosa/MG	549 446,7
3	AP Santa Maria/RS	479 954,9
4	Paripiranga/BA	460 703,2
5	AP São Luís/MA	411765,7
6	AP Juiz de Fora/MG	380 973,3
7	Ouro Preto/MG	330 698,9
8	Alfenas/MG	315 485,8
9	AP Campina Grande/PB	313 906,3
10	AP Maringá/PR	312 947,6

Fonte: Região de Influência das Cidades (2018).

Quanto mais se aborda o caráter de cidade média de Alfenas (MG), mais fica claro que o fenômeno migratório é o fator que permite observar essa relação com maior clareza. Então, toda a construção desse capítulo serviu, de certa maneira, para essa discussão: Alfenas (MG) é uma cidade média. Sua posição na rede urbana regional e o papel intermediário que a mesma possui reforçam isso.

Além disso, como a tabela anterior ilustrou, a variável que mais reforça essa ideia é, justamente, a migração. O fluxo migratório para Alfenas (MG) é, de fato, um fluxo intenso, e ocorre devido a dois grandes serviços oferecidos pelo município: saúde e educação. Ambos os serviços estão relacionados às instituições de Ensino Superior presente nessa cidade média: a Universidade Federal de Alfenas (MG), pública, e a Universidade José do Rosário Velano (UNIFENAS), privada. Figueiredo; Andrade; Alves (2022), mesmo possuindo um trabalho focado na UNIFAL-MG (que também é o caso desta pesquisa), apresentam uma ampla discussão sobre o

entendimento de Alfenas (MG) como cidade média.

De uma forma geral, considera-se que a migração está diretamente ligada com o estilo de vida levado nas cidades médias, ou seja, a maneira com que se faz o uso do território (Santos; Silveira, 2001) nessas cidades. Compreende-se que a migração está relacionada à busca pelos direitos de um cidadão e, desse modo, cabe expender qual o papel das cidades médias na estruturação do diálogo entre elas.

2.3 MIGRAÇÃO E CIDADANIA EM CIDADES MÉDIAS

O que torna as cidades médias um assunto tão trivial nas discussões acerca da migração hoje em dia é, justamente, a situação na qual os bens e serviços que essas cidades oferecem fazem com que um indivíduo se desloque do seu território de origem e busque usar o território dessa cidade média. Essa categoria de análise (uso do território) (Santos; Silveira, 2001), também é presente em trabalhos que discutiram o uso do território por imigrantes, como Porto (2021), Freitas; Porto (2021) e Freitas (2022).

Outro fator tão importante quanto esses anteriormente apontados - que é extremamente necessário para essa análise migratória - é a cidadania. Ser cidadão ultrapassa a ideia do “simples” poder de votar, ou do sentimento de pertencimento a um Estado-Nação. É claro que esses dois fatores agora citados fazem parte da cidadania, mas esse conceito é muito mais amplo e robusto e precisa ser analisado de acordo com a sua real profundidade - o que foge de apenas estar ligado a um Estado-Nação (Haguette, 1982).

Haguette (1982) aponta que a cidadania possui três esferas dos direitos: o civil, o político e o social. O primeiro, o direito civil, está ligado à ideia do direito de crítica de um indivíduo, assim como o político se relaciona de diferentes formas através da participação eleitoral, sindical e oposição e direitos sociais como referentes aos “básicos” mencionados anteriormente, como alimentação, saúde, moradia, entre outros.

Por direitos civis, entende-se a liberdade da palavra e da imprensa; ou seja, o direito dos indivíduos de criticar o Governo sem interferência ou coerção política. A avaliação deste componente será feita através da análise histórica dos direitos constitucionais no que concerne a este tipo de direito. Os direitos políticos comportam a) o acesso ao processo de decisão no país através do sistema eleitoral; b) o direito de associação, que será avaliado tendo-se por

base os dados sobre o sistema sindical e, c) o direito de oposição, onde o sistema partidário será discutido (Haguette, 1982, p. 126).

Em relação a esses direitos, Santos (1987) complementa essa ideia ao afirmar que existe uma relação entre a cidadania e o consumo. Ser cidadão é inversamente proporcional a ser consumidor, melhor dizendo, o indivíduo renuncia sua cidadania para se tornar consumidor, sendo devorado pela dinâmica capitalista e se tornando, desse modo, um “cidadão mutilado” (Santos, *idem*).

Essa cidadania mutilada, como aponta Santos (1987), é um reflexo decorrente da formação socioespacial brasileira, que é agravada pelas desigualdades geradas nas dinâmicas capitalistas de um mundo globalizado.

As três esferas da cidadania apontadas por Haguette (1982) mostram, precisamente, três pilares que formam um cidadão. Ao utilizar da palavra pilar entende-se que o sustento do título de cidadão, de fato, só pode existir para aqueles que possuem as três esferas atendidas da maneira correta. Desse modo, a cidadania é mutilada, como afirma Santos (1987), porém, ela é “mais mutilada” para uns do que para outros.

Entre as discussões possíveis sobre cidadania e outras dimensões da sociedade, cita-se o porquê do crescimento acentuado da migração para as cidades médias. Ser um cidadão com uma cidadania plena, completa, é possuir as três esferas atendidas, mas é notável que uma das mais difíceis de se conseguir plenamente, é a dos direitos sociais. O Capítulo II dos Direitos Sociais, da Constituição Brasileira de 1988, aponta no artigo 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Basta analisar as realidades vividas nas capitais brasileiras e nas cidades médias para visualizar que há possibilidade, nas cidades médias, de maiores oportunidades para que a população residente seja considerada cidadã. Buscando nos aproximar desse debate sobre a cidadania em capitais estaduais e em cidades médias, analisamos algumas variáveis nesses dois grupos de cidades. As capitais São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA) e cidades médias (Poços de Caldas (MG), Araraquara (SP) e Ponta Grossa (PR), resultam em três pares analisados. Foram observadas as variáveis Densidade Demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano e Mapa da Pobreza (IBGE, 2010, 2022).

O primeiro par analisado é São Paulo (11.459.999 habitantes) e Poços de

Caldas (163.742 habitantes). Pela diferença da população absoluta, é possível imaginar que a densidade populacional da capital paulista é bem maior que a da cidade média sul-mineira. São Paulo conta com uma densidade demográfica de aproximadamente 7.589 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto Poços de Caldas apresenta valor significativamente inferior, cerca de 300 habitantes por quilômetro quadrado.

Independente da extensão territorial de São Paulo (1521 Km²) ser praticamente o dobro em relação à Poços de Caldas (544,4 Km²), a densidade demográfica consegue ser incrivelmente superior, sendo a capital paulista vinte e cinco vezes mais densa demograficamente do que a cidade média sul-mineira. Esse dado aponta, justamente, os desdobramentos que essa densidade demográfica pode gerar, como a difícil organização espacial na cidade e a dificuldade no deslocamento da população dentro do perímetro urbano.

Em seguida, observa-se o Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) das duas cidades. Os únicos dados disponíveis sobre essa variável são ainda do Censo de 2010. Assim, de acordo com o IBGE (2010), em uma escala de 0 a 1, onde 0 expressa um valor “ruim” e 1 um valor “ótimo” de desenvolvimento, São Paulo possui IDH de 0,805, enquanto Poços de Caldas é de 0,779.

Mesmo possuindo a diferença em valores, a proximidade entre eles é sim indicativa de um IDH parelho. Porém, como anteriormente citado, essa ideia é rebatida ao pensar que a cidade média pode sim apresentar vantagens, uma vez que a economia presente nesse território não sofre das “deseconomias de aglomeração” (Amorim Filho; Serra, 2001).

É preciso pensar, porém, que o IDH, como mostra o IPEA (2008), é formado por riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros. Desse modo, cabe inferir que eles, por si só, não são suficientes para criar uma distinção justa entre as capitais e as cidades médias quanto à uma cidadania mutilada ou não. Esse conjunto de indicadores que formam o IDH precisam ser somados a outras variáveis, como é feito em seguida.

Ao tratar sobre o Mapa da Pobreza e Desigualdade, a cidade média sul-mineira prova-se estar em destaque: Poços de Caldas possui uma incidência de pobreza de 10,44%, sendo 4,47% no limite inferior da pobreza. São Paulo, por outro lado, possui 28,09% de incidência de pobreza, com 26,16% encontrando-se no limite inferior. Essa diferença destaca a ideia discutida no início desse capítulo, onde a imensa população

urbana nas capitais, em detrimento de uma infraestrutura e oportunidades de trabalho, estudo, acesso a serviços de saúde, entre outros, capazes de comportá-las, acaba por gerar pobreza e desigualdade, o que acontece na cidade média também, porém, em uma escala notavelmente menor.

O segundo par analisado é Belo Horizonte (2.315.560 habitantes) e Araraquara (242.228 habitantes). Seguindo o mesmo raciocínio da comparação anterior, cabe ressaltar que a densidade demográfica entre as duas localidades é fortemente diferenciada, sendo a capital mineira mais densamente populosa (6.988,18 habitantes por km²) do que a cidade média do oeste paulista (241,35 habitantes por km²).

A extensão territorial das duas cidades mostra que a densidade populacional em Araraquara permite um espalhamento mais “leve” da população, isto é, permite um arranjo espacial mais agradável para sua população, típico da cidade média, principalmente a planejada.

Esse arranjo espacial mais agradável é perceptível na vida cotidiana, uma menor concentração populacional em um determinado espaço acaba por ceder uma liberdade de movimento maior. O trânsito é menor, o tempo gasto em deslocamentos também é menor e, conseqüentemente, o tempo utilizado para desempenhar atividades é maior, já que é menos tempo gasto no processo de locomoção.

Quanto ao IDH, Belo Horizonte apresenta, como mostra o IBGE (2010), valor de 0,810, enquanto Araraquara apresenta 0,815. Aqui, a cidade média de Araraquara mostra que consegue apresentar um IDH superior à capital mineira, ou seja, uma possível cidadania mais robusta ao poder garantir alguns direitos sociais básicos, como aponta Haguette (1982), por possuir, supostamente, melhores condições de desenvolvimento.

Em relação ao critério "mapa da pobreza e desigualdade", Belo Horizonte apresenta um índice de pobreza com incidência de 5,43%, com 1,56% no limite inferior da pobreza, enquanto Araraquara apresenta 9,92% de incidência de pobreza, com 7,09% no limite inferior. O IDH, por conta própria, não é capaz de mostrar a realidade vivida em uma cidade. Araraquara, mesmo com IDH superior a capital mineira, possui uma maior incidência de pobreza e uma possível cidadania mais mutilada.

O último par analisado foi Salvador (2.417.678 habitantes) e Ponta Grossa (358.371 habitantes). A cidade média paranaense, em sua densidade populacional (174,41 habitantes por km²), fica claramente atrás de Salvador (3.486,49 habitantes por km²), porém, dos três pares analisados, essa é a cidade média com menor

densidade populacional, o que reflete possivelmente nas políticas de desenvolvimento urbano adotadas pelo governo municipal de Ponta Grossa (PR) ao longo do tempo.

Quanto ao IDH (IBGE, 2010), Salvador mostra 0,759, enquanto Ponta Grossa apresenta 0,763. Assim como no par anterior, a cidade média apresenta um IDH maior que a capital baiana, ou seja, supostamente um indicador de desenvolvimento mais robusto em Ponta Grossa.

Utilizando o Mapa da Pobreza e Desigualdade, Salvador apresenta índice de pobreza de 35,76% com 23,63% no limite inferior da pobreza, enquanto Ponta Grossa apresenta 41,62% de índice de pobreza e, em seu limite inferior, 28,74%. Mais uma vez, essa variável aponta como o IDH não consegue comprovar o desenvolvimento real dessas cidades, ou seja, como a população dessas cidades realmente se desenvolvem e qual suas respectivas qualidades de vida. Nesse caso, a cidade média também apresenta um maior espaço de pobreza. O Quadro 2 ajuda a organizar os dados analisados acerca das capitais e cidades médias vistas aqui, sendo os marcados com o “X” considerados os melhores em relação a cada variável.

Quadro 2 - Comparação de indicadores entre capitais e cidades médias no Brasil a partir dos dados dos censos de 2010 e 2022.

Variáveis	Capitais	Cidades Médias
Densidade Populacional		X
Índice de Desenvolvimento Humano		X
Mapa da Pobreza e Desigualdade	X	

Fonte: IBGE, 2010 e 2022; org. João Vitor de Freitas.

Ao propor realizar essa discussão sobre cidadania em capitais estaduais e cidades médias, não era imaginado que as capitais fossem se destacar, justamente, ao apresentar um índice menor de pobreza que as cidades médias. Porém, isso não é um valor surpreendente ao se pensar na estruturação populacional da cidade média. O desenvolvimento da cidade média está ligado a uma qualidade de vida que não é

acessível para todas as parcelas da população, uma vez que essa “melhora” acaba sempre sendo exclusiva da população de classes econômicas mais altas.

O pobre, na cidade média, também possui dificuldades de se colocar no mercado de trabalho. Na capital, as oportunidades de encontrar emprego são maiores, mesmo sendo empregos que nem sempre seguem as leis trabalhistas. Na cidade média, os aluguéis “mais baixos” são caros para população que é mal remunerada ou que não possui, de fato, um emprego.

Porém, ainda sim nota-se que existe um certo nível de conforto na cidade média. A mesma consegue proporcionar certas comodidades que a capital não é capaz de oferecer, justamente pelas chamadas “deseconomias de aglomeração”, como por exemplo a capacidade de uma vida mais tranquila e menos agitada, típico dessas cidades.

Também pode-se pensar que um trabalhador que recebe quatro salários mínimos, em uma cidade média, vive de maneira digna, tendo uma elevada qualidade de vida e um amplo uso do território, ou seja, existem pequenos limitantes ao seu uso, o mesmo consegue circular pela cidade e usar do território e a maioria de seus serviços ofertados. Do mesmo modo, esse mesmo trabalhador com essa mesma exata quantia salarial, em uma metrópole, viveria com certa dificuldade visto o alto custo de vida, como mostrou também Amorim Filho; Serra (2001).

A cidadania, pensando no direito social do indivíduo, é mais palpável na cidade média, porém, é conveniente destacar que, em relação às capitais, a diferença não é exorbitante, é bem evidente que, mesmo as pessoas dispendo de salários, dificilmente podem pensar em adquirir casas ou apartamentos, privilégio de que somente podem gozar os ricos e as pessoas dos estratos mais elevados da classe média (Santos, 1965).

A migração acentuada para as cidades médias pode ser compreendida, portanto, pelo que aponta Santos (1965), onde a necessidade de um “alavancamento” nas condições de vida cria a necessidade de migrar.

3 MIGRAÇÃO E MOVIMENTOS ESPACIAIS INTERNOS DE ESTUDANTES

O movimento de pessoas entre diferentes territórios, conhecido como migração,

é um fenômeno que faz parte do alicerce da compreensão do espaço e suas dinâmicas. Seja motivada por fatores econômicos, sociais ou políticos, a migração desempenha um papel crucial na transformação da sociedade como um todo. Migrantes, em busca de melhores condições de vida, segurança ou oportunidades educacionais buscam, em outras cidades, estados ou países, a chance de sanar tais necessidades.

Ao ser analisado pela Geografia, esses movimentos espaciais possuem diversas facetas que atingem a ideia de como é amplo esse fenômeno. Existem pesquisadores que abordam a migração por um viés fenomenológico, onde a vontade de migrar e a questão individual de um migrante estão diretamente ligadas com os movimentos espaciais, se fazendo importante perceber a perspectiva única de cada um deles.

Porém, a migração pode ser vista pelo materialismo histórico-dialético, onde não é movida apenas por motivações pessoais: a necessidade de migrar vem, primeiramente, de uma estrutura capitalista pré-existente que condiciona esses movimentos, onde cada vez mais, em busca de mais oportunidades, indivíduos migram de um território para outro, tanto internacionalmente quanto nacionalmente. Desse modo, em um mundo globalizado, há a necessidade de se discutir a migração como um dos eventos que se relaciona com a dinâmica do capitalismo.

3.1 O CONCEITO DE MIGRAÇÃO: INTRODUÇÃO ÀS ABORDAGENS DOS ESTUDOS DE MOVIMENTOS ESPACIAIS

A migração afeta profundamente tanto os migrantes quanto as comunidades de origem e destino, promovendo novos usos do território, mudanças demográficas e diversas influências econômicas. Desse modo, acaba por ser um fenômeno abordado por diferentes perspectivas, o que enriquece a discussão sobre movimentos espaciais, sendo necessário abordar algumas das definições de migração.

A primeira a ser citada, dando início ao entendimento do que é a migração, vem com Ravenstein (1885), onde em sua obra “As Leis da Migração” faz uma proposição teórica sobre o fenômeno migratório e suas características, que tornam a migração um movimento rico em características. O autor desenvolve então as oito “leis” da migração, ou seja, observações de padrões que se repetem ao observar os movimentos migratórios. O quadro 3 ilustra as oito leis propostas (*idem*).

Quadro 3 - As oito leis da migração de Ravenstein (1885).

LEIS	DESCRIÇÃO
1ª Lei	A maioria dos migrantes se desloca apenas por uma curta distância.
2ª Lei	Há um processo de absorção, pelo qual as pessoas que vivem ao redor de uma cidade em rápido crescimento se mudam para ela, e as lacunas que deixam são preenchidas por migrantes de áreas mais distantes, e assim por diante, até que a força de atração (fatores de atração) se esgote.
3ª Lei	Há um processo de dispersão, que é o inverso da absorção.
4ª Lei	Cada fluxo migratório produz um contrafluxo compensatório.
5ª Lei	Os migrantes de longa distância vão para um dos grandes centros de comércio e indústria.
6ª Lei	Os habitantes de cidades migram menos do que aqueles das áreas rurais.
7ª Lei	Mulheres migram mais que os homens.
8ª Lei	Fatores econômicos são as principais causas da migração.

Fonte: Ravenstein (1885).

É notável que a migração analisada pelo autor (*ibidem*), fortemente pautada na análise das migrações do Reino Unido, descreve fatores que são visíveis até os dias atuais, tendo os fatores econômicos como principais influências da migração. A dinâmica capitalista influencia a migração desde a época da análise apresentada - e se mantém até os dias atuais, de uma maneira mais intensa.

Isso pode ser visto, por exemplo, através da migração de habitantes das cidades e das áreas rurais. Atualmente, em busca de melhores condições de vida e de empregos que possam garantir uma vida digna (claramente, citando o fator econômico), indivíduos de cidades migram tanto quanto indivíduos de áreas rurais, visto que os grandes aglomerados urbanos não são espaços de garantia de bom emprego e qualidade de vida, mas ainda assim, possuem uma grande diversidade na oferta de serviços de modo geral, daí sua atratividade.

Pode-se perceber também que a migração analisada pelo autor (*idem*) mudou em outros aspectos, como por exemplo, não se pode mais dizer que o deslocamento de migrantes acontece, majoritariamente, como migrações de curta distância. O avanço dos meios de transporte e comunicação criaram uma maior dispersão de indivíduos pelo espaço, o que gerou migrações de médias e longas distâncias como algo mais comum.

É adequado relacionar, também, essa questão com o que foi visto anteriormente sobre cidades médias. Ao apontar que boa parte dos indivíduos buscam os grandes centros de comércio e indústria para movimentos de longa distância, pode-se identificar uma mudança nesse paradigma, já que o atrativo das cidades médias gerou movimentos migratórios de retorno em estados como Minas Gerais e regiões brasileiras, como o Nordeste.

Uma das principais contribuições de Ravenstein (1885) foi na compreensão da migração a partir de pontos de repulsão e pontos de absorção. Essa ideia é muito similar ao se analisar a partir de uma perspectiva de Santos; Silveira (2001), os espaços luminosos e opacos. Os pontos de repulsão são aqueles que não são capazes de fixar sua população (sendo assim, opacos), e perdem indivíduos para pontos de absorção (eles, os luminosos), que atraem migrantes pelos serviços que oferecem, como o comércio e oportunidades de trabalho.

É claro que, dado o cenário migratório que se presencia no período do MTCl, utilizar apenas de fatores de atração e repulsão em determinados espaços não é suficiente para explicar os movimentos migratórios em sua totalidade. A migração é multifacetada e, devido a isso, ocorre de maneira externa à lógica de espaços que atraem e repelem.

Mas como mostra Porto (2014), ao analisar a migração, é também necessário pensar qual o melhor trajeto teórico-metodológico para compreender essa questão, pois deve-se pensar no movimento migratório como um todo, e não uma parcela a

parte do espaço. O autor afirma que a migração está atrelada a diversas variáveis, sendo difícil compreender, os motivos “gerais” para esses movimentos.

Não se trata apenas de mencionar a quantidade de homens (e de mulheres) que vivem em determinado lugar, região ou território e suas principais características. Trata-se também de fazê-lo considerando variáveis geográficas, econômicas e culturais no processo de transformação do espaço e, assim sendo, a migração se apresenta como um elemento dinamizador na organização de espacialidades (Porto, 2014, p. 39).

A esfera cultural apontada por Porto (2014) pode também ser compreendida com Silva; Silvane (2013), onde o desenvolvimento cultural de discentes de cursos de licenciatura acaba por ser promovido pela universidade, visto a demanda por profissionais da educação. Isso significa que a migração possui, em sua escolha de destino, um interesse muito mais amplo do que apenas o econômico, podendo identificar-se diferentes motivos para esse movimento, por isso aqui chamado de multifacetado.

Becker (1997) mostra que na perspectiva neoclássica da Geografia, a migração compreendia uma certa simplicidade, onde se caracterizava por um movimento de “ponto a ponto”. Desse modo, a migração era vista como o movimento em si, isto é, números e dados sem uma análise crítica sendo realizada.

O caráter crítico assumido pela Geografia proporciona uma escapatória dessa ideia um tanto quanto antiquada e rasa proposta pela linha neoclássica. Apresenta, portanto, uma possibilidade de estudar os fluxos migratórios a partir de uma análise mais robusta, que não visa apenas os dados, mas propõe uma discussão qualitativa desses dados, que remete a ideia de uma investigação que leva em conta os diversos fatores condicionantes de uma migração.

Com Singer (1980), a migração pode ser concebida como um fenômeno espacial historicamente condicionado (já se opondo, claramente, ao ideal neoclássico criticado por Becker, 1997, deixando claro que, de certo modo, a migração é presente em certos territórios devido não apenas às suas estruturas em si, mas estão diretamente ligadas à formação daquele território e, até mesmo, da formação socioespacial brasileira.

A ascensão do capitalismo, destacada pelo autor (*idem*) é um exemplo de como os processos de fortalecimento da dinâmica capitalista estruturaram, junto a si, movimentos migratórios diversos, que persistem até os dias de hoje e que ganharam

consideravelmente mais força a partir do início da globalização, ao final do século XX (Santos, 2000).

Rigotti, Signorini e Hadad (2020) retratam uma importante perspectiva na migração - que está diretamente relacionada com o capítulo anterior - onde a migração faz parte dos estudos da Geografia Urbana, já que indicam cidades polarizadoras em uma malha urbana, ou seja, indica quem atrai os migrantes e o que torna tais cidades atrativas, podendo se relacionar com o que foi dito anteriormente com Ravenstein (1885), onde as cidades médias acabariam sendo, para alguns indivíduos, pontos de absorção.

Os autores indicam interessantes aspectos da migração que podem ser pensados junto dos estudos das cidades, como por exemplo o nível de escolaridade sendo um fator dominante na capacidade de migrar: entende-se que quanto maior o nível de escolaridade, maior é a capacidade de migração (*idem*). Além disso, o poder econômico estaria também relacionado com a questão da escolaridade.

Isso ocorre pois, com um nível maior de escolaridade, seria possível acessar vagas de emprego que, por apresentarem uma boa remuneração, dariam ao indivíduo uma maior liberdade econômica e, conseqüentemente, uma liberdade migratória. Migrar para cidades médias, por exemplo, onde a oferta de emprego é expressivamente menor que em metrópoles, possui dois elementos de suma importância: a escolaridade e o poder aquisitivo do indivíduo.

Os autores também abordam um elemento migratório que se faz importante nessa discussão, que é a inclusão da faixa etária como condicionante migratório. Rigotti, Signorini e Hadad (2020) ressaltam que a migração para cidades polarizadoras em sua região (como é o exemplo das cidades médias), é feita por indivíduos de um padrão etário mais jovem, decorrente de, normalmente, não possuírem filhos, tornando-se migrações de caráter mais individual.

Essa não dependência está diretamente ligada à migração familiar. O fluxo migratório de uma família completa é muito mais complexo do que a migração individual de um jovem que, por exemplo, busca acessar no Sul de Minas uma vaga para cursar o ensino superior e encontra em Alfenas (MG), uma cidade polarizadora em sua região, uma oportunidade para isso.

Damiani (2002) também mostra em seu escrito como o capitalismo é fortemente presente ao estudar a Geografia da População e, como consequência, a migração. O capital, no mundo globalizado, age como um agente perverso na estruturação de uma

globalização que é fabulosa (Santos, 2000), ou seja, não corresponde seu significado, criando necessidades de movimentos espaciais cada vez mais distantes da “real” vontade pessoal.

Essa “real” vontade seria, justamente, a esfera individual da migração, que engloba uma perspectiva mais fenomenológica desses movimentos, como dito anteriormente. Porém é aí que se enquadra a importância do materialismo histórico-dialético nessa análise: a necessidade de se inserir no mercado de trabalho e sanar a necessidade de consumo imposta pelo capitalismo ultrapassa as vontades próprias de um indivíduo ao escolher se irá migrar ou não. Desse modo, essa migração pode ocorrer mesmo sendo contra a vontade pessoal do migrante.

Gómez (2019) apresenta em sua perspectiva que a migração não se trata apenas do movimento concreto no espaço geográfico; migrar está diretamente ligado com a ideia, a vontade e a necessidade de migrar, ou seja, nasce primeiro de maneira abstrata e se materializa no espaço. Essa perspectiva apresentada pela autora é interessante ao entendimento das migrações, mas como dito acima, não se pode pensar migração dissociada das estruturas capitalistas presentes no território.

Migrar, no mundo globalizado e na dinâmica do capital, vira necessidade. Damiani (2002) irá reforçar que é justamente devido às diversas causalidades possíveis de se identificar na migração que não se pode deixar de lado o elemento principal da mesma: o capitalismo. É ele quem dita não somente quem migra, mas o porquê migra e para onde migra, deixando evidente a perversidade acima mencionada.

As condições de desenvolvimento do capitalismo nos seus países de origem explicam a saída desses milhões de indivíduos. Embora os movimentos de população não tenham necessariamente o caráter diretamente compulsório, como no caso da mercantilização do escravo, eles resultam de constrangimentos (Damiani, 2002, p. 40).

Essa ideia fica ainda mais forte quando Margulis (1968) afirma que os estudos migratórios são incompreensíveis de maneira isolada, pois fazem parte de uma dinâmica de um sistema (nesse caso, o sistema capitalista), sendo processos que se especializam e permitem uma análise.

No es posible comprender los procesos migratorios como fenómenos aislados; son procesos que ocurren dentro de la dinámica de un sistema social dado. Las migraciones son parte de los cambios que ocurren en la sociedad global, y sólo se comprenden interrelacionados con otros fenómenos de la misma (Margulis, 1968, p. 13).

Também reforça, de maneira interessantíssima, como o processo migratório possui fatores estruturantes que são importantes para sua compreensão. É válido pensar três etapas da motivação de migrar: 1) As circunstâncias do lugar de origem; 2) A influência e a imagem do lugar de destino no lugar de origem; 3) As consequências do processo migratório para a sociedade de origem (Margulis, 1968). Destaca-se a segunda, onde a influência exercida no território que migrantes se destina faz parte de uma dinâmica capitalista de atração de indivíduos, justamente para sanar a vontade do capital como na necessidade de mão de obra, por exemplo.

Essa perspectiva que apresenta o autor também se relaciona com duas discussões feitas. A primeira com Contel (2010), já que a influência e a imagem do lugar de destino podem estar claramente, relacionadas com a oferta de serviços de seu setor terciário. Também com Rigotti, Signorini e Hadad (2020), onde a polarização de certas cidades em sua rede urbana regional cria influência sobre o lugar de origem.

A fala de Margulis (*idem*) também permite realizar uma operacionalização de dois importantes conceitos miltonianos: fixos e fluxos, onde os fixos correspondem aos objetos no espaço, como por exemplo as casas, prédios, construções, entre outros, enquanto o fluxo são os movimentos entre fixos (Santos, 1994). Fica, portanto, evidente como ao chamar esses fluxos de “movimentos”, entende-se sua direta relação com os movimentos espaciais, isto é, a migração.

Os fixos acabam por representar o território de origem e o território de destino. Os fluxos são os migratórios, realizados por diversos indivíduos em diversas escalas, o que denota que, mesmo não tendo trabalhado diretamente a migração, Santos (1994) abrange esse fenômeno espacial através de conceitos como fixos e fluxos, assim como o uso do território.

Aproveita-se aqui para quebrar a errônea ideia de que não se pode trabalhar conceitos miltonianos com migração, já que não é uma discussão direta realizada pelo geógrafo. Mesmo Milton Santos não trabalhando diretamente a migração, seu universo conceitual permite analisar as dinâmicas espaciais que se relacionam com a migração, deixando a discussão robusta de conteúdo acerca da migração para a Geografia.

Santos; Silveira (2001), ao trabalhar com o território como usado, entende que essa categoria de análise vai além da ideia de territorialidade, sendo um sinônimo de espaço geográfico, representando a sua materialidade, possuindo diferentes usos de acordo com quem usa, quando usa e como usa esse território. Os migrantes, portanto,

usam o território e, ao migrarem, continuam usando, porém, possuem maneiras diferentes de se relacionar com o território e usá-lo.

Seguindo também na linha miltoniana de pensamento acerca das migrações, Bomtempo (2013) afirma que existe uma relação ao estudar a migração, principalmente voltada para as cidades médias a partir de dois conceitos miltonianos: a verticalidade e a horizontalidade. Desse modo, também são os conceitos miltonianos que abordam uma questão hierárquica do espaço geográfico.

As verticalidades, portanto, correspondem ao espaço dominado e normatizado pelas corporações que nele atuam, enquanto as horizontalidades contemplam as relações de proximidade, vivência e ações contíguas entre os sujeitos e as instituições (*idem*). Assim, a migração estaria completamente condicionada por essa relação, juntamente de outro importante aspecto para a autora: a indústria.

A distribuição da atividade industrial está diretamente relacionada com o deslocamento das forças produtivas, ou seja, dos trabalhadores (*ibidem*). Desse modo, uma organização hierárquica da rede urbana (verticalizada) promove deslocamentos voltados ao interesse do capital, como pode ser observado ao tratar a forte migração de estados do nordeste e de Minas Gerais para São Paulo durante boa parte do século XX.

Porém, as cidades médias seriam um interessante fator de análise para essa migração já que servem, mesmo ainda sendo do interesse capitalista, como pontos de desconcentração e remanejamento dos fluxos migratórios, gerando assim novos caminhos percorridos pelos trabalhadores.

A relação entre território e migração também é reforçada através de Haesbaert (1997), onde o autor discorre em sua obra conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O autor afirma que o território pode ser analisado em suas diferentes conceitualizações como dividido em três esferas: 1) Jurídico-Política, território como demarcação; 2) Cultura, priorizando a dimensão simbólica e 3) Econômico, analisando as perspectivas materiais do território. Entende-se que são as relações presentes entre essas esferas que formam as territorialidades.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de

domínio e disciplinarização dos indivíduos (Haesbaert, 1997, p. 41).

O processo de territorialização se dá, desse modo, através das relações de um indivíduo com um território, melhor dizendo, essas relações “criam” um território. Ao se ausentar do mesmo, o indivíduo passa por um processo de desterritorialização e, ao adentrar em outro território, se reterritorializa, justamente pela relação com o território de destino. A migração fica evidente nessa perspectiva por tratar como a migração é um processo que envolve muito da relação entre o indivíduo e o território.

Escolher o território usado (Santos; Silveira, 2001) como categoria de análise do território ao invés dos propostos por Haesbaert (1997), que caracteriza uma imensa contribuição na discussão do território para Geografia e até mesmo para outras ciências, se dá, pois, a perspectiva aqui empregada é de um movimento que se caracteriza como contínuo. Entende-se que o território e seu uso são inerentes à existência humana, então um processo de “desterritorialização” acaba por se tornar quase que impossível, uma vez que não ocorre um desprendimento ou um “apagamento” do território passado.

Porto (2014) destaca, portanto, que é justamente diante dessas diversas maneiras de se abordar a migração que esse fenômeno ganha tanta relevância dentro da Geografia, pois evidencia que existem diversas “lentes” que permitem o entendimento do objeto de estudo. Escolher uma abordagem histórico-cultural, como aponta o autor, remete a ideia que a pesquisa leva como um importante fator condicionante da migração as dinâmicas capitalistas no espaço, ainda mais abundantes no período do Meio Técnico-Científico-Informacional (Santos, 1985).

É essencial entender então o que torna um território atrativo para esses indivíduos. Santos; Silveira (2001) trazem em sua obra uma interessante discussão sobre espaços luminosos e espaços opacos. Seriam, portanto, espaços luminosos aqueles que possuem um maior poder de atratividade relacionadas ao capital, tecnologia e organização, logo, concentrando em si uma grande densidade técnica. Entende-se, portanto, que os espaços opacos são o completo oposto, notando-se uma ausência dessa chamada densidade técnica.

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações.

Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas (Santos; Silveira, 2001, p. 264).

Mesmo não tendo a migração como tema central de sua obra, Santos; Silveira (2001) preparam a discussão para os movimentos migratórios de maneira bem estruturada teoricamente. Os espaços opacos muitas vezes se constituem como o território de origem desses migrantes. Desse modo, por não conseguirem encontrar no mesmo a chance de sanar suas necessidades (como acesso ao ensino superior, por exemplo), buscam em espaços ditos luminosos, ou seja, densos em infraestrutura, uma chance de alcançar o objetivo pensado.

É aí que fica clara a migração para Santos; Silveira (*idem*), pois mesmo não discutindo diretamente os processos migratórios em si, analisam através de uma compreensão do espaço geográfico fatores que servem para estudar dinâmicas migratórias e suas espacialidades, assim como permite observar o que foi anteriormente mencionado, onde esses movimentos estão intrinsecamente ligados ao capitalismo.

Desse modo, pode-se relacionar com que traz Margulis (1968) novamente, onde a migração se destaca por direcionar-se para “regiões mais modernas”. Pode-se entender que a modernidade na qual se refere o autor é, na verdade, uma maior densidade técnica, fortemente presente em grandes centros e que, desde o final do século XX, vem denotando uma “reversão da polarização” (Lobo; Matos, 2011), voltando-se para cidades médias.

3.2 MIGRAÇÃO INTERNA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO: CAUSAS, EFEITOS NO TERRITÓRIO NACIONAL E TENDÊNCIAS

A migração interna no Brasil envolve a movimentação de pessoas entre diferentes regiões do país, refletindo uma série de fatores relacionados aos espaços que absorvem e aos que repulsam migrantes. Muitos brasileiros se deslocam de suas áreas de origem em busca de melhores oportunidades de emprego, educação e condições de vida. Esse fenômeno migratório interno é crucial para compreender as mudanças demográficas, econômicas e sociais que moldam o Brasil contemporâneo, influenciando tanto as cidades de destino quanto as comunidades que os migrantes abandonam.

Como mostra Dota; Queiroz (2019), as diversas perspectivas da migração interna no Brasil criaram um enriquecimento do tema, possível de se visualizar nas diferentes temáticas que compreendem esses movimentos espaciais dentro do território nacional. Afirmam que, durante a segunda metade do século XX, diversos aspectos relacionados às dinâmicas capitalistas criaram fatores de expulsão e estagnação no campo, criando movimentos migratórios internos do campo para cidade (*idem*).

Essa ideia também é reforçada por Santos (1971), onde as migrações seriam causadas tanto pela atração das cidades quanto pela repulsão presente no campo. Desse modo, o que é discutido sobre opacidade e luminosidade por Santos; Silveira (2001) é retomado nessa análise, uma vez que esses espaços luminosos são atrativos pela sua infraestrutura, não visível nos espaços opacos.

Os autores também deixam claro como esses fluxos se voltam para as grandes cidades como São Paulo, principalmente por, até a década de 1960, concentrarem serviços que não se tinha acesso em cidades de porte menor, como acesso a tratamentos específicos de saúde e a própria universidade com o ensino superior de qualidade. Afirmam ainda que o forte fluxo migratório para a cidade de São Paulo até a década de 1970, por procura de trabalho, recebeu diversos migrantes do Norte e Nordeste de Minas Gerais.

É, porém, na década de 1980 que a crise econômica vivenciada no Brasil faz com que cresçam as migrações com caráter intrarregional e intraestadual, assim como as migrações de retorno (Dota; Queiroz, 2019), remetendo assim a um fluxo migratório contrário ao que se presenciava no país até então. Outro importante fator para descentralização das migrações foi a desconcentração de densidades técnicas, que antes só eram presentes em cidades grandes, agora encontram-se em cidades médias também, como as universidades públicas.

Junto à recessão econômica, outras mudanças em curso foram impactadas e serviram como alternativa (MARTINE; NEIVA; MACEDO, 1984). Conforme destacam Cunha e Baeninger (2007), a interiorização do desenvolvimento a partir da desconcentração industrial gerou novas centralidades e “espaços de migração” que, no momento de crise, serviram como alternativa à migração de longa distância (Dota; Queiroz, 2019, p. 417).

Novamente, é possível entender o que os autores apontam como “espaços de migração”, os chamados espaços luminosos de Santos; Silveira (2001). É por este

motivo que não se pode tentar compreender esses fluxos migratórios sem o capital presente como fator condicionante, não é apenas a motivação pessoal que cria esses movimentos ou o simples “gostar” de um território, já que a densidade técnica e as oportunidades laborais de um território o tornam polarizador.

Ainda reforçam novamente como, atualmente, essa desconcentração acima mencionada cria no território brasileiro uma relativização do fator econômico da metrópole como fortemente atrativo de migrantes (*idem*), uma vez que a ascensão de cidades médias, como as identificadas no Sul de Minas, acaba por conseguir proporcionar certos serviços que, graças a essa descentralização, não se encontram somente em grandes centros.

Biagioni (2012) traz em seu estudo a relação existente entre migração interna e ascensão econômica. O deslocamento interno tem, sem sombra de dúvidas, forte relação com o *status* social. Relaciona a migração entre campo e cidade, assim como feito por Dota; Queiroz (2019), acrescentando que a urbanização foi “completada” na década de 1970 e que isso é o resultante da diminuição dessas migrações.

É importante destacar que as múltiplas causalidades da migração, mencionada por Damiani (2002), também estão presentes na migração interna brasileira. Por mais que o fluxo migratório entre campo e cidade - como acontecia na segunda metade do século XX - tenha diminuído, ainda é possível identificar novos fluxos migratórios que surgiram advindos desse antigo fluxo, como a migração de retorno ao campo ou até mesmo a migração pendular em busca de trabalho, com boias-frias. Novamente, as diferentes causas (que sempre estão ligadas ao capitalismo) criam movimentos no espaço geográfico.

Um importante ponto ressaltado por Biagioni (2012) é que os fluxos migratórios de curta distância são capazes de criar correntes migratórias orientadas, possibilitando o aumento de migrantes para determinados territórios. É evidente que, ao se tratar da migração interna de estudantes, esse caso é claramente visível: para muitos estudantes, é preferível um território onde conheçam alguém que já o usa e, desse modo, compreende que também é capaz de usar esse território (Santos; Silveira, 2001).

Para continuar esse debate acerca da migração interna no Brasil, Braga (2006) afirma que a transição da vida no campo de característica agrária para a vida urbano-industrial acentuou e criou fluxos migratórios, principalmente no início do século XX. Desse modo, esses movimentos espaciais não só crescem, como se tornam

extremamente importantes para o funcionamento do país.

O autor reforça que é durante a década de 1950 que se nota um aumento exponencial na migração interna no Brasil, proveniente de uma modernização do campo e da necessidade de encontrar na cidade novas oportunidades de trabalho. Braga (2006) traz como os movimentos migratórios estão diretamente relacionados à dinâmica de mercado, o que remete que essa migração é, de certo modo, uma espacialização da vontade do capital.

Durante a década de 50 registram-se as maiores taxas de migração interna da história do país, de acordo com os mesmos movimentos que se desenhavam nas décadas anteriores: Rio e São Paulo figuravam como os dois maiores centros de atração dos migrantes originários, principalmente, dos Estados do Nordeste e Leste. De outro lado, Estados como Paraná e Goiás aumentam sua capacidade de atração dos migrantes para as áreas de fronteira agrícola (Braga, 2006, p. 1).

Também trabalha com a teoria das Redes de Centralidades Locais do Brasil, que compreende um conjunto de critérios relacionados ao tamanho demográfico e a expressão da urbanização das localidades no contexto regional (Braga, 2006). Como afirma, essa teoria aplicada ao entendimento dos fluxos migratórios, ao fim do século XX, voltados às grandes metrópoles é importantíssima e, de certa forma, indispensável para compreensão da temática.

Porém, nota-se que a dispersão de certos serviços (e aqui o foco fica para o ensino superior público) passaram por mais uma mudança: não se caracteriza como uma “migração de retorno”, como mostra Dota; Queiroz (2019), mas sim novos movimentos migratórios, onde o foco não é retornar ao município de origem ou ir para um grande centro, e sim para cidades médias que oferecem certos serviços desejados (Contel, 2010), como o ensino superior público de qualidade.

Santos; Silveira (2001) também contribuem em sua obra com a discussão da migração interna, uma vez que reforçam o que é abordado por Braga (2006), onde foi durante a década de 1950 que se notou no Brasil uma aceleração dos movimentos migratórios. Afirmam, portanto, que esses diversos movimentos espaciais criam na população brasileira uma verdadeira “mistura” no território, com indivíduos de origens diferentes.

Desse modo, a população brasileira tem um movimento cada vez maior, misturando, sobre todo território pessoas das mais diversas origens estaduais o percentual de brasileiros ausentes dos seus lugares de nascimento é em

1960 um pouco mais que o dobro do de 1940 mas quase quatro aplica entre 1940 e 1970 entre 1950 e 1991 o percentual respectivo é quase multiplicado por 5 mas é o exame dos números absolutos que nos indica a importância desse fenômeno em todos os aspectos da vida nacional havia 3,4 milhões de brasileiros ausentes do seu local de nascimento em 1940 passando para 12,5 milhões 20 anos mais tarde para 46,3 milhões em 1980 e para 53,3 milhões e 1991 (Santos; Silveira, 2001, p. 212).

Ressaltam também como a migração interna no Brasil acaba por passar por diversos processos de atração e repulsão, onde durante um longo período apresenta uma atração exercida pela região Sul e Sudeste do Brasil. Assim, se nota a importância de analisar os espaços luminosos e opacos na discussão da migração interna, por exemplo.

Outra contribuição acerca da migração interna brasileira está na discussão da difusão do ensino superior na década de 1960, como afirma Santos; Silveira (2000), que entra fortemente em contato com a ideia acima abordada por Braga (2006). Os autores mostram que já na década de 1970 era possível identificar um notável número de instituições de ensino superior, públicas e privadas, no território brasileiro.

Em 1971 já eram 619 instituições, 435 São particulares. Desse volume, cerca de 67% (414) estavam na região sudeste e, dentre elas, 314 eram particulares. Nesse ano, a quantidade de instituições do Sul (101) havia já ultrapassado no Nordeste (74), sobretudo pela presença do setor privado. No Rio Grande do Sul, 50 instituições de um total de 56, eram particulares (Santos; Silveira, 2000, p. 24).

A forte presença do ensino superior voltado para as grandes metrópoles já era expressiva, mas especialmente detectou-se uma concentração nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. A grande presença de cursos particulares reflete, também, a grande elitização da educação que, nos dias de hoje, busca ser rompida cada vez mais.

Relacionam um importante fator: a necessidade de desenvolvimento do ensino superior brasileiro está diretamente ligada com a transformação do meio (*idem*). Assim, com o Meio Técnico-Científico-Informacional (MTCI), a especialização da mão de obra se torna um importante fator para ampliação de cursos de ensino superior, capazes de atender a demanda crescente do mercado de trabalho, pois o MTCI acaba por ser sinônimo do espaço globalizado (SANTOS, 2005).

Gera, portanto, cada vez mais movimentos migratórios internos, uma vez que é durante o final do século XX que ganham ainda mais força. O ensino superior é uma importante variável a ser levada em conta na temática apresentada, já que certas

localidades que antes eram espaços opacos e, portanto, repulsivos, como Nordeste e Norte de Minas, agora se tornam atrativos para estudantes migrantes.

3.3 MIGRAÇÃO INTERNA PARA MINAS GERAIS: FLUXOS POPULACIONAIS E IMPACTOS REGIONAIS

Um dos principais pontos propostos nessa temática é, justamente, entender o fluxo migratório interno não apenas em sua composição geral, mas buscar entendê-la direcionada para Minas Gerais. Entender esse movimento voltado para o estado mineiro permite analisar o que o torna atrativo e por que, de certo modo, posteriormente explica o motivo de receber uma grande vinda de estudantes migrantes. Vale; Lima; Bonfim (2012) afirmam que existem quatro características fundamentais da migração interna no Brasil até a década de 1980.

[...] 1. expulsão das áreas tradicionais de migração: Nordeste, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina; 2. migração para o núcleo industrial São Paulo - Rio de Janeiro, a partir de 1930; 3. migração para a fronteira consolidada: Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul - nas décadas de 40, 50 e 60; e 4. migração para a fronteira em expansão: Região Norte, como um todo, e Mato Grosso, com início na década de 70 (Vale; Lima; Bonfim, 2012, p. 24).

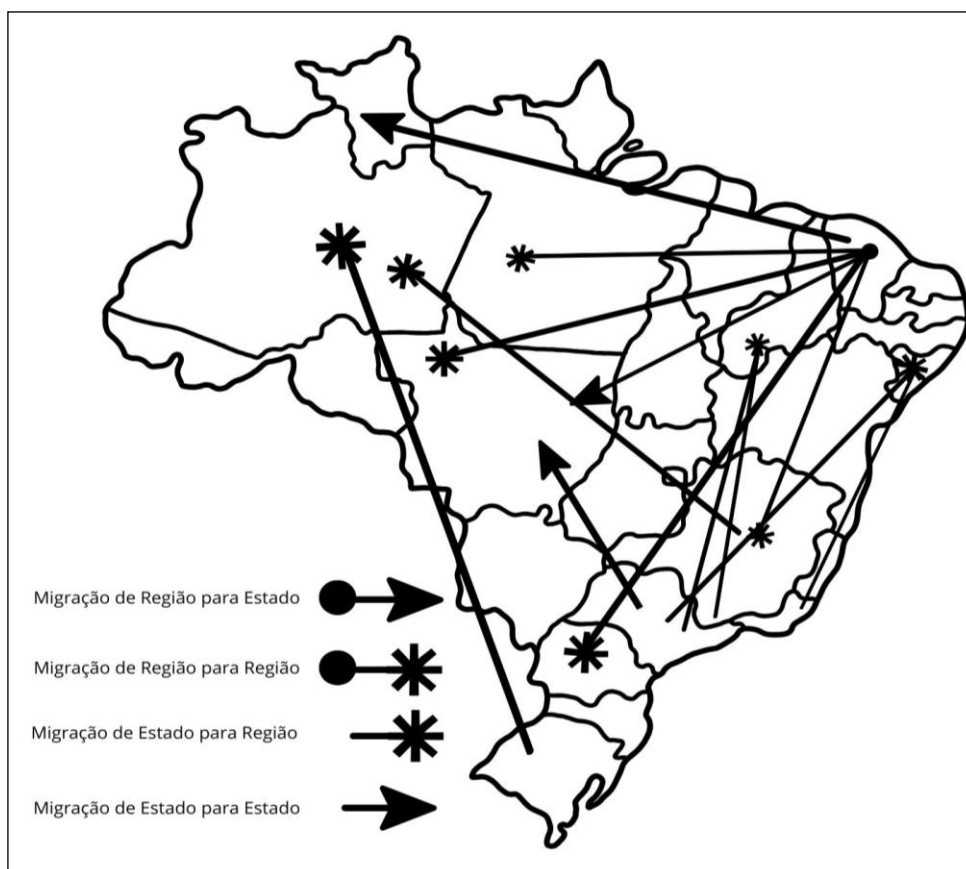
Esse intenso processo de expulsão presenciado em Minas Gerais vem por parte de sua formação histórica, importante fator ao se discutir migração em um território, como antes abordado com Singer (1980). O estado mineiro, portanto, acaba por caracterizar-se desde a década de 1950 até a década de 1980 (onde se nota uma tendência a mudança dessa migração), como um espaço opaco, de baixa densidade técnica e ausente, de certos modos, de sistema de engenharia, como Santos; Silveira (2001) chamam as estruturas funcionais de um espaço.

O caráter opaco que o espaço mineiro assume durante esse período retoma como o processo migratório, falado por Vale; Lima; Bonfim (2012), é fortemente direcionado para São Paulo, ou seja, nota-se que a migração dentro da região Sudeste do Brasil já se mostrava acentuada, pois São Paulo já se caracterizava como espaço luminoso.

É, porém, na década de 1980 que Minas Gerais e suas cidades médias, fortemente em ascensão, ganham forças polarizadoras, permitindo assim uma aproximação de investimentos que tornam a migração de retorno, como caracterizam

os autores, um movimento espacial recorrente e intenso até o fim do século XX. A Figura 5 permite uma visualização mais clara desses movimentos de retorno.

Figura 5 - Rotas migratórias no Brasil durante a década de 1980.



Fonte: Vale; Lima; Bonfim (2012).

Fica evidente como a migração interna em todo o país teve diversos motivos distintos, porém, como dito anteriormente, estão conectados pelas dinâmicas capitalistas existentes no território que criam a necessidade de migrar em busca, principalmente, de oportunidades de trabalho (DAMIANI, 2002). Minas Gerais, portanto, não se encontrou em situação diferente e também como se tornou, de fato, atrativo para migrantes.

Como afirma Araújo (2022) que, até meados da década de 1970, tanto o Nordeste brasileiro quanto o Norte mineiro eram considerados “reservas de mão de obra”. Como ele aponta, Minas Gerais teve um saldo migratório negativo durante um longo período de sua história, conseguindo positivar esse saldo apenas ao final do século XX, por volta de 1995. Essa ideia reforça o que foi anteriormente citado por Vale; Lima; Bonfim (2012), onde o estado mineiro foi um espaço opaco durante um

longo período.

Ainda com as autoras, retomam como esse saldo positivo vem de uma migração de retorno, característica do final do século XX (*idem*), onde muitos que deixaram o estado mineiro em busca de uma melhora de vida, ao se depararem com uma imagem ilusória no território da metrópole, retornam aos seus municípios de origem.

Porém a forte migração exercida em direção aos grandes centros criou para o Estado a necessidade de “frear” esses movimentos espaciais, uma vez que nem mesmo as metrópoles eram capazes de comportar tamanhos fluxos, criando assim incentivos por parte do governo em centros urbanos regionais que serviram para descentralizar as funções exercidas apenas nesses territórios de maior densidade técnica. Como mostra, esse processo criou a necessidade de investimentos nesses centros urbanos regionais, tornando-os atrativos não apenas para a população, mas para o capital como um todo.

Toda essa modificação provocada pelas mudanças dos padrões econômicos de impacto direto na migração interna criou uma necessidade de investimentos regionalizados de serviços e bens nesses municípios de médio porte. Todo esse quadro exigiu políticas públicas e investimentos privados na melhoria das condições desses centros regionalizados. Dentre essas melhorias, destaca-se a necessidade de investimento na formação (BARBOSA, 2013), ainda que para atendimento de novos postos de trabalhos e a nova dinâmica de mercado (Araújo, 2022, p. 82).

Essa ideia também foi abordada anteriormente com Amorim Filho; Serra (2001), já que a necessidade de limitar esses movimentos migratórios intensos para a metrópole foi responsável por desenvolver os “diques” migratórios, ou seja, desenvolvem-se nesse momento as cidades médias, notáveis em quantidade no estado de Minas Gerais.

Como também ressalta Araújo (2022), é difícil analisar os dados acerca da migração para Minas Gerais e compreender como estão relacionados com a migração interna de estudantes. Porém, pode-se entender pelo que foi acima trabalhado que a migração para o estado mineiro se torna atrativa uma vez que o investimento municipal e regional na infraestrutura das cidades médias, por exemplo, faz com que elas sejam capazes de ofertar certos serviços essenciais sem perder a possibilidade de apresentar um custo de vida que seja palpável para população mais vulnerável.

Resumidamente, entende-se que os fluxos migratórios, como o de estudantes

do Brasil todo para Minas Gerais, estão enraizados em uma necessidade de se inserir na dinâmica do mercado, mas, ainda sim, envolve uma forte luta de classes que se materializa no território através de seu uso (Santos; Silveira, 2001), onde não se “escolhe” concretamente para onde migrar, mas ocorre a migração para onde esses estudantes “possuem condições de morar”.

Araújo (2022) também retoma como o crescimento dos movimentos pendulares ocorreram fortemente através do investimento regional anteriormente mencionado, o que remete a uma migração de curto prazo, onde não ocorre de fato uma instalação desse migrante no território. Mas e quando não é o caso? Precisa-se entender que o território é usado pelos estudantes, assim como é pelos cidadãos que já pertencem previamente ao município.

O que é levantado por Soares; Lobo; Meneses (2021) se encaixa de maneira precisa na discussão. Como aponta Araújo (2022), o investimento em centros urbanos regionais cria uma atração de migrantes, e aqui destaca-se um interessante fator, que é a atração de estudantes. Principalmente no início do século XXI nota-se um forte crescimento de universidades públicas destinadas para o interior dos estados, criando assim diferentes fluxos migratórios em busca do ensino superior.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) se caracterizou como uma série de medidas tomadas pelo Governo Federal em busca de retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para a expansão delas. O plano de crescimento das universidades teve início em 2003 e estimou-se finalizar em 2012, o que ocorreu de fato.

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi responsável pela criação de diversas universidades federais por todo o território brasileiro, pode-se identificar essa expansão do ensino superior voltada para Minas Gerais também, crescimento esse que também inclui a Universidade Federal de Alfenas (MG), um dos importantes elementos desta pesquisa.

Como mostra Soares; Lobo; Meneses (2021), a expansão das universidades federais não ocorreu simplesmente pela implantação do REUNI. Como mostram, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, favoreceu o espalhamento das universidades públicas. Ao mesmo tempo, foi graças a decretos da LDB que concedem autonomia às Universidades e Centros Universitários que o ensino superior começa a passar, ao final do século XX, por investimentos privados,

o que acaba tornando a educação em nível superior um espaço privilegiado.

Decretos complementares à LDB definiram a autonomia para as Universidades e os Centros Universitários, dando-lhes a prerrogativa de planejarem e executarem a oferta de cursos e respectivas vagas sem uma prévia autorização do poder público. A normatização permitiu a entrada do capital privado na educação superior. Instituições particulares, até essa lei, somente podiam funcionar como entidades com fins filantrópicos (sem fins lucrativos). A LDB considerou a busca pelo lucro nas instituições não mais como antagônicas e o setor privado um parceiro para a consecução dos objetivos educacionais (Soares; Lobo; Meneses, 2021, p. 44).

Como mostram os autores, é em 2003 que uma ousada aposta no ensino superior público e de qualidade surge: a criação do REUNI. Como apontam os autores e, agora novamente consultado, o MEC (2023) ressalta que uma das frentes desse projeto é a interiorização das universidades federais (acompanhadas de outras duas, integração e regionalização). Entende-se que esse processo de interiorização está conectado com os novos fluxos migratórios voltados para Minas Gerais, especialmente para as localidades que apresentam Universidades Públicas, como o Sul/Sudeste de Minas.

Portanto, está diretamente ligada com a geração de riqueza local (Soares; Lobo; Meneses, 2021). Entende-se que o interesse de incorporar em um território correspondente a uma cidade média, uma Universidade Federal, está atrelada às dinâmicas capitalistas advindas da instalação da mesma.

Pode-se pensar através do que foi debatido com Contel (2010), já que a implementação de uma Universidade Pública em um território de uma cidade tem total poder de alavancar seu setor terciário já que a mesma, além de já oferecer certos serviços, ainda necessita da oferta de outros serviços para se manter funcional, como comércio varejista, bancos, entre outros.

Dessa forma, os autores retomam a ideia de como a expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) para Minas Gerais é um direto resultante de interesses não apenas educacionais, mas políticos e econômicos por parte das gestões municipais que permitem a instalação das mesmas. O caso de Alfenas (MG) não se distancia dessa realidade, já que é notável como não apenas a UNIFAL-MG em si, mas obviamente seus discentes usam o território de Alfenas (MG) de maneira constante, resultando em um claro retorno financeiro para o município, já que esses indivíduos participam ativamente do funcionamento municipal.

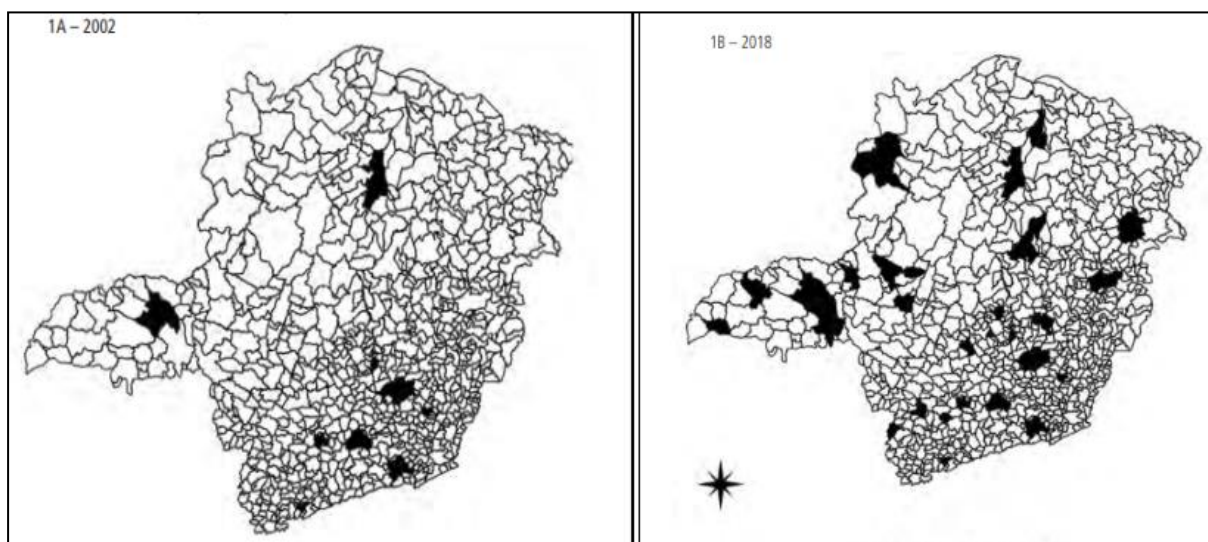
Martins *et. al.* (2022) reforça o que foi anteriormente citado, uma vez que o processo de interiorização das Universidades Públicas, advindo do REUNI,

consequentemente levou o ensino superior público para o interior de Minas Gerais. O resultado dessa expansão, assim como trouxe Soares; Lobo; Meneses (2021) também é abordado por Martin *et. al.* (2022), onde a necessidade de levar o ensino superior público para diferentes localidades do Brasil já era um plano pensado desde o fim do século XX, mais precisamente na década de 1990.

Como afirmam Soares; Lobo; Meneses (2021), no período correspondente a 2000 e 2010, ocorreu um aumento expressivo das IES's, que passaram de 39 para 58, um aumento de quase 50% (*idem*). Complementa o autor que as universidades já existentes agora recebem um fluxo maior de estudantes, já que outro importante aspecto previsto pelo REUNI era o aumento no número de vagas para discentes.

Em Minas Gerais, os autores evidenciam que esse crescimento também ocorreu de maneira notável. A Figura 6 permite uma visualização do crescimento e expansão que as IES tiveram no território mineiro. Em um período correspondente a dezesseis anos (2002 a 2018), pode-se notar uma forte estruturação dessas instituições, quase que triplicando os valores existentes inicialmente.

Figura 6 - Crescimento dos *campi* de universidades públicas em Minas Gerais por município entre 2002 e 2018.



Fonte: Soares; Lobo; Meneses (2021).

A representação acima reforça que o aumento é expressivo. Em 2002, o estado de Minas Gerais possuía um total de 8 municípios com Universidade Federal. Na transição para 2018, o estado mineiro já contava com 28 municípios que, em seu território, apresentavam uma instituição federal de ensino superior. A quase triplicação

do valor remete a ideia tratada anteriormente: novos fluxos migratórios surgem e, agora, possuem junto a eles diferentes dinâmicas em relação ao uso do território, e permitem visualizar também como Minas Gerais, em termos de crescimento do Ensino Superior, se sobressaiu em território nacional.

As dez universidades sediadas no interior atuavam em 28 municípios e apresentavam 115.062 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais em 2018, conforme o Censo da Educação Superior. Para se ter ideia da expansão, considerando o total das onze universidades federais de Minas Gerais, o número de estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais era de 61.788 em 2002, passou para 104.437 em 2010, e 146.404 em 2018; um crescimento de 136,95% entre 2002 e 2018 (Martins, *et. al.*; 2022, p. 597).

Aqui, o que foi mencionado previamente com Araújo (2022) ganha força novamente, pois mostra Martins *et. al.* (2022) que a desconcentração das Universidades (que anteriormente estavam localizadas no Centro-Sul do estado) é diretamente resultada do investimento público nos centros urbanos regionais, que agora possuem serviços atrativos para migrantes. A interiorização das universidades Federais não é somente motivo para uma possível “migração de retorno”⁷, pois agora configura uma opção para estudantes que já moravam na área de influência dessas cidades que comportam uma IES, e agora cria a necessidade de tratar como são esses novos fluxos migratórios de estudantes.

Retomando as ideias de Soares, Lobo e Meneses (2021), a migração pendular dentro de Minas Gerais cresce expressivamente com os processos de interiorização das universidades e a abertura de novos *campi* pelo estado. Os autores reforçam que esses movimentos estão ligados com a polarização que certas cidades possuem em sua hinterlândia, o que explica a visível presença de indivíduos de cidades vizinhas nessas universidades.

Em primeiro momento, porém, Soares, Lobo e Meneses (2021) fazem uma caracterização desse tipo de migração. Entende-se que não é uma migração que

⁷Após realizar a procura de artigos acerca do tema notou-se que dentro da Geografia, principalmente do final do século XX para início do século XXI, a migração interna de estudantes ganhou espaço nessa ciência, porém, ainda se mostra dominada pela perspectiva da migração pendular. Também outras ciências se aprofundam na migração pendular, o que torna necessário, em uma perspectiva geográfica, compreender como se dá a espacialização desse fenômeno. Aqui não se tira o peso e a importância dos estudos desse fenômeno por sua característica pendular (assim como dos movimentos intra e inter-regionais após o surgimento do ENEM e SISU), mas reforça que, justamente com algumas políticas implantadas em território brasileiro (como o próprio REUNI), a migração interna de estudantes assume novas faces.

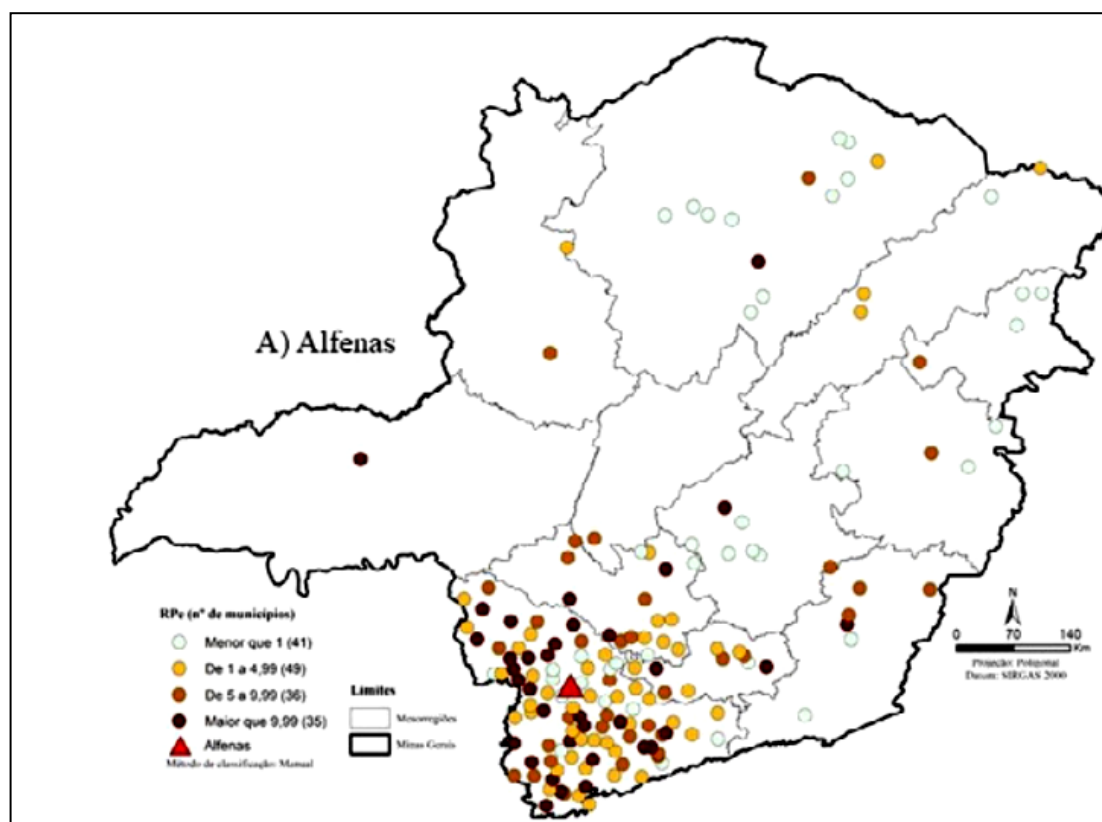
busca uma instalação em um novo território, mas sim acesso a um(ns) determinado(s) tipo(s) de serviço(s). Torna-se, portanto, importante para compreensão da organização espacial.

A mobilidade pendular, como um tipo de movimento corriqueiro e periódico, comumente diário, entre o local de domicílio (residência) e outro de destino, com fins de estudar, trabalhar, dentre outros, são expressões das interações espaciais. Tavares e Monteiro (2019) afirmam que a pendularidade é um dos elementos relevantes da organização do espaço (Soares; Lobo; Meneses, 2021, p. 46).

Os autores reforçam como a pendularidade está diretamente ligada com serviços oferecidos pelo município de destino, uma vez que permite compreender o porquê se desloca todos os dias. Ao mesmo tempo, a influência que um território é capaz de exercer sobre outro implica em quais espaços possuem saída e quais possuem entrada de migrantes. Novamente, clareia-se a ideia de espaços luminosos como os receptores desses migrantes e espaços opacos como os que não conseguem saciar as necessidades populacionais (Santos; Silveira, 2001).

Ao utilizar do conceito de capilarização, amplamente utilizado no ramo de Geografia de Redes, permite-se entender que a influência regional ressalta como essas migrações pendulares ocorrem, ou seja, a proximidade entre territórios é um fator positivo para se migrar, uma vez que a pendularidade envolve a ida e volta todos os dias de estudantes. Isso fica notável no Figura 7, onde é possível identificar essa capilarização para o município de Alfenas (MG).

Figura 7 - Razão de pendularidade escolar para o centro sub-regional de Alfenas (MG) em 2021



A pendularidade, como mostra o mapa acima, retoma que é um movimento fortemente ligado com a proximidade entre o município de origem e o município de destino. Mesmo a pendularidade indicada em longínquas distâncias, como no Norte de Minas Gerais, acabam por ser menores, uma vez que é mais fácil e acessível, economicamente, recorrer ao município praticamente “vizinho”.

Aí fica evidente a forte influência do REUNI, já que esse tipo de movimento migratório seria limitado a municípios satélites, localizados em torno de metrópoles. Foi graças a interiorização das universidades públicas que foi possível o surgimento desses novos fluxos migratórios dentro de estados que antes eram espaços opacos, como Minas Gerais.

Martins *et. al.* (2021) também aborda a pendularidade presente na migração mineira, principalmente a vista feita por estudantes. Como mostram, a dinâmica demográfica não é a única alterada na instalação de uma Universidade Federal em um território municipal, já que o desempenho econômico e tecnológico dos municípios se altera. Esse tipo de alteração é como um “efeito borboleta”, já que com a criação

de uma Universidade Federal, determinado município precisa se estruturar não apenas para recebê-la, mas para mantê-la funcionando e proporcionar aos discentes e docentes um território usável, assim como criar oportunidades laborais para os profissionais que ali se formam, por exemplo.

Entende-se que desde a migração pendular já é possível analisar como o estudante migrante é importante para o território que usa, uma vez que sua passagem nunca se passa despercebida: usam o território assim como um indivíduo ali nascido, usam de lanchonetes, bancos, hospitais, porém, pelo curto período em um dia que a migração pendular proporciona ao discente, seu uso se limita, muitas vezes, ao perímetro correspondente à universidade.

A tendência (*idem*), é de que o aumento dessas universidades provenientes do REUNI ultrapasse, em crescimento como um todo mas, principalmente, em número de matriculados por curso, as universidades mais tradicionais de capitais - como a própria Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. Mostra-se um belo exemplo da força do processo de interiorização do ensino superior.

Os indicadores analisados mostraram que a expansão das universidades federais foi significativa no estado, ampliando o número de estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais e nos de mestrado e doutorado. Embora em menor grau, também foram ampliados o orçamento empenhado e o número de professores e técnicos. Em quase todos os indicadores, as taxas de crescimento das universidades sediadas no interior foram superiores às da UFMG, revelando uma tendência de maior interiorização dessas universidades no estado (Martins *et. al*; 2021. p. 611).

É possível identificar que a pendularização do processo migratório, mesmo não sendo o foco da presente pesquisa, não pode se ausentar no entendimento da importância da descentralização do ensino superior. Do mesmo modo, compreende-se que quanto mais estudantes migram para o interior, maior é a necessidade de que um município que recebe estudantes de se estruturar e permita o uso do território por esse grupo.

Um interessante exemplo dessa perspectiva pendular da migração é levantado por Francellino (2020), onde a autora caracteriza o que são estudantes migrantes pendulares, um pouco mais específico em relação ao realizado por Soares; Lobo; Meneses (2021), que remete ao movimento diário de ir e retornar de um território para outro realizado por discentes. Pensando nos estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG, é compreensível que não sejam migrantes pendulares, já que

se instalam no município de Alfenas (MG) e fazem uso do território de maneira contínua (Santos; Silveira, 2001).

Soares; Lobo; Meneses (2021) apresentam também como a migração interna acaba por ser uma possibilidade de solução que os estudantes encontram ao se depararem com os limites de infraestrutura de seus municípios de origem, que motiva a migração. Assim, o grande número de indivíduos que participam da migração interna acaba por incluir os estudantes migrantes que buscam na profissionalização uma mudança de vida.

Fica evidente a relação com o que foi anteriormente mencionado sobre espaços luminosos e opacos. Esses estudantes migrantes possuem, em suas perspectivas, uma opacidade no espaço correspondente ao seu município de origem, o que torna outros municípios com um pouco mais de densidade técnica atrativos e, portanto, se tornam para esses indivíduos espaços luminosos.

Francellino (2020) também permite criar uma reflexão acerca de quais são as limitações que os estudantes migrantes de Alfenas (MG) enfrentam quanto à mobilidade, tanto para o território alfenense quanto dentro do território alfenense, visto que a mobilidade, mesmo em uma cidade com o porte de Alfenas (MG), ainda pode ser limitada.

Ainda de acordo com Vale; Lima; Bonfim (2012), a migração interna é tratada como fenômeno de múltiplas ocasionalidades. Afirmam, portanto, que a distância pelos migrantes percorrida é relativa, já que a migração interna depende de fatores econômicos para ocorrerem - o que limita o espaço percorrido. Ressaltam, assim, que o aumento das possibilidades de transporte e comunicação tornaram a movimentação pelo espaço levemente mais acessível.

Nota-se que esse aumento no transporte e comunicação está diretamente relacionado com o que aborda Araújo (2022), já que é o investimento nos centros urbanos regionais, ou como aponta Soares; Lobo; Meneses (2021), nas cidades médias, que as tornam não apenas atrativas, mas criam estruturas capazes de estabelecer uma fixação de migrantes em um território característico de uma cidade média (Amorim Filho; Serra, 2001).

Vale; Lima; Bonfim (2012) também destacam que os polos de atração para migração interna acabam por serem os grandes centros, devido a intensa estrutura presente nesses espaços. Porém, destaca-se que o processo de interiorização das universidades, detectados principalmente no início do século XXI, como anteriormente

citado, foi crucial para regular essa distribuição, já que o ensino superior agora não se localiza apenas nos grandes centros.

Os autores seguem por comentar quanto à variabilidade presente nos polos de repulsão e atração no Brasil, de modo que o caminhar da história brasileira, desde o processo de colonização até os dias atuais, alterara os espaços atrativos (ou não), como por exemplo Minas Gerais que, durante a primeira metade do século XX, era um polo de repulsão, se caracterizando como polo de atração nos dias de hoje.

Com Júnior *et al.* (2022), por mais que a discussão levantada seja sobre a inserção de imigrantes internacionais e refugiados nas universidades, ainda é possível aplicar algumas ideias abordadas pelos autores nessa discussão. Quando afirmam que a universidade é um “terreno comum” para os imigrantes, remetem a ideia de que a Universidade é, justamente, um território de uso como abrigo (Souza, 2021).

É nesse escrito que a questão da cidadania é aproximada do estudante migrantes, pois como afirma Júnior *et al.* (2022), não é possível que a cidadania seja de fato exercida pelos estudantes se, no território que habitam no momento, não possuem liberdade para expressarem sua religião, cultura, identidades etc. Fica evidente que a migração interna de estudantes, portanto, vem sendo intensamente estudada em diversas ciências, como a Pedagogia e a Ciências Sociais e, dentro da Geografia, é tratada a partir dos movimentos pendulares que são de fato extremamente numerosos.

Aqui destaca-se, portanto, a oposição ao conceito de migração pendular. Os estudantes que são foco desta pesquisa diferem do que foi acima citado e, por isso, se tornam tão preciosos quanto a análise. Pode-se até mesmo pensar em uma classificação desse tipo de migração como “sazonal”, porém, vai muito além disso. A migração sazonal, como aponta Gebara; Baccarin; Borba (1988), está atrelada à ideia de movimentos espaciais esporádicos que não ocorrem com frequência diária e possuem instalação em um território.

Ao afirmar, portanto, que essa migração de estudantes vai além da ideia de sazonalidade, está justamente pela incerteza nela presente. A incerteza se caracteriza por diversos fatores: vontade de voltar ao município de origem (ou o oposto), necessidade de procurar um outro mercado de trabalho, encontrar uma continuidade para uma carreira acadêmica (que muitas vezes resulta em uma migração aos grandes centros), entre outros.

Ao mesmo tempo que os estudantes migrantes se instalam em um território por

um tempo limitado, normalmente de 4 a 8 anos (que corresponde a uma graduação), podem ou não se manter no município ao finalizar o curso superior de sua escolha. Por isso a incerteza, ao se comparar com movimentos migratórios sazonais de trabalhadores, por exemplo, que veem na volta a oportunidade de se reunir com suas famílias, por exemplo.

Para o estudante migrante, a movimentação no espaço é um pouco mais ampla e envolve grandemente a dinâmica de mercado na qual se insere. Para os que vêm de municípios de porte pequeno (de até 25 mil habitantes, como mostra Calvo *et. al.*), formar-se no ensino superior e retornar ao município de origem, muitas vezes não é uma opção que tem prioridade, já que o mesmo por ser um espaço opaco, não é capaz de oferecer oportunidades laborais que possibilitem a instalação desse indivíduo em seu retorno.

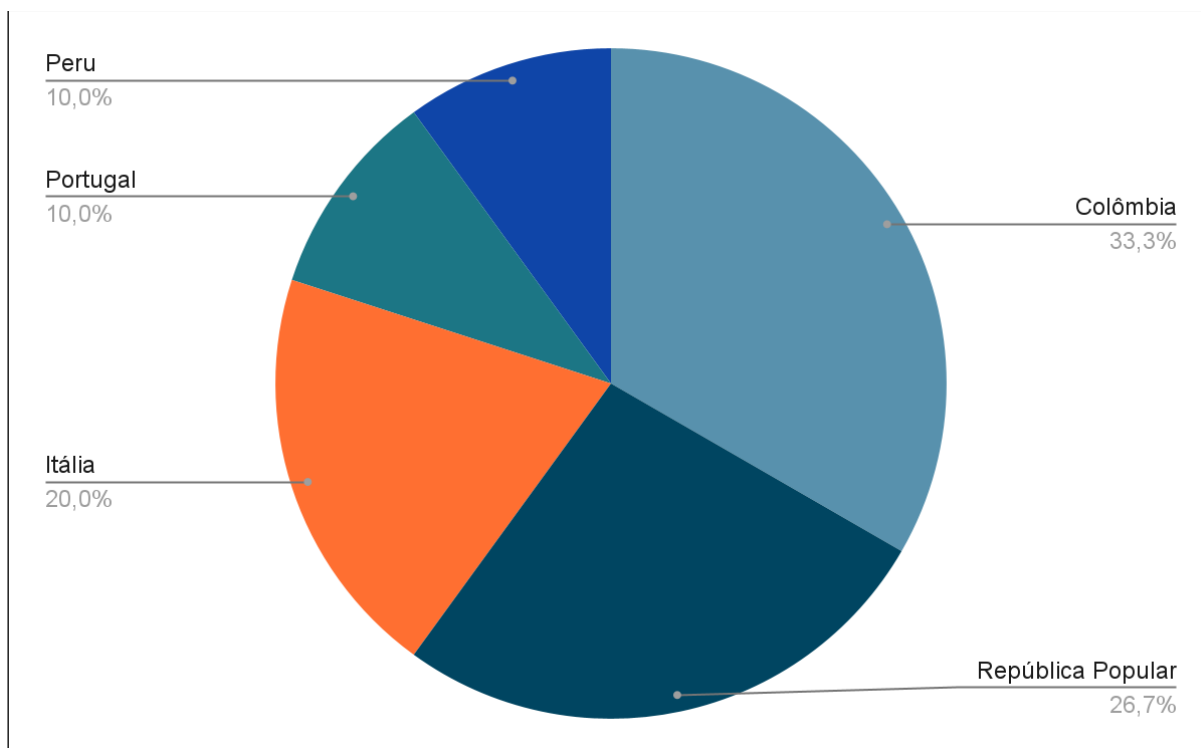
3.3.1 Quadro Geral da Migração para Alfenas (MG)

A migração com destino para Alfenas (MG) precisa ser caracterizada para que se possa compreender como os movimentos espaciais da população vêm ocorrendo ultimamente nesta cidade sul-mineira. Cabe ressaltar que aqui não são destacados apenas os movimentos migratórios de estudantes, mas sim uma caracterização geral da migração para Alfenas (MG).

De acordo com o Atlas Digital da Migração Internacional para Minas Gerais, realizado pelo Observatório de Migrações Internacionais do Estado de Minas Gerais (OBMinas) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC, o município de Alfenas conta com uma quantidade interessante de imigrantes internacionais no século XXI.

Entre os anos de 2010 e 2016, foi possível verificar a presença de migrantes internacionais em Alfenas (MG), principalmente advindos da Colômbia (10 migrantes), República Popular da China (8 migrantes), Itália (6 migrantes), Portugal e Peru (em ambos, 3 migrantes). O Gráfico 3 ilustra melhor os dados aqui expostos.

Gráfico 3 - Migrantes internacionais em Alfenas entre 2010 e 2016.



Fonte: OBMinas, 2016.

Os movimentos migratórios para Alfenas (MG), tanto internacionais quanto internos, são decorrentes da oferta de serviços da cidade (como foi visto com Contel, 2010), levando-se em conta dois principais elementos que compõem o setor terciário alfenense: a saúde e a educação. Desse modo, as migrações com destino para Alfenas (MG) acabam buscando, de maneira geral, acesso a esses dois serviços.

A migração pendular é notável ao se tratar da saúde ofertada no município alfenense. Como dito no capítulo anterior, o hospital universitário Alzira Velano (pertencente a UNIFENAS), oferece serviços de acompanhamento neonatal, hemodiálise, fonoaudiologia, entre outros (UNIFENAS, 2023). Essa migração pendular é decorrente da necessidade de acesso a esses serviços por indivíduos de cidades vizinhas de pequeno porte, como por exemplo Areado e Alterosa.

Nesse quesito, pode-se ressaltar o que foi abordado anteriormente neste capítulo, onde as migrações de curta distância são feitas por indivíduos de faixa etária mais elevada. As pessoas que buscam acessar esse tipo de serviço em Alfenas (MG) acabam por atender esse perfil. Outro importante elemento são os serviços de saúde oferecidos pela UNIFAL-MG que, mesmo sendo alvo maior dos habitantes alfenenses, ainda atrai indivíduos de sua região, ofertando serviços de saúde como fisioterapia e

odontologia.

Quanto à educação, Alfenas (MG) apresenta tanto a UNIFAL-MG quanto a UNIFENAS como fortes atrativos para migrantes. É notável que a presença de estudantes migrantes no município alfenense é parte fundamental do funcionamento da mesma, visto que compõem uma significativa parcela da população que, sem sombras de dúvidas, usam o território de Alfenas (MG).

Como mostra Freitas (2022), a migração de estudantes da UNIFAL-MG pode ser visualizada ao analisar o curso de Geografia (Bacharelado e Licenciatura), onde uma interessante parcela desses estudantes vêm de cidades não apenas vizinhas, mas também de outras mesorregiões mineiras, assim como de outros estados brasileiros (destaque para o estado de São Paulo).

Esses estudantes migrantes veem a oportunidade de ingressar no ensino superior público de qualidade em Alfenas (MG), o que faz com que busquem essa oportunidade na UNIFAL-MG. Porém, é inegável que a UNIFENAS também é atrativa para quem busca acesso ao ensino superior, principalmente indivíduos de municípios vizinhos.

Essa ideia fica mais clara com o que mostra Souza (2019), que afirma que existem diversos fatores que possibilitem essa migração estudantil para Alfenas (MG), como por exemplo a disponibilidade na sua área, a boa recepção pela pró-reitoria, o tamanho do município, renome da Universidade, entre outros. Mesmo sua pesquisa abordando a migração internacional de estudantes para a UNIFAL-MG, entende-se que esses fatores positivos também se aplicam para migrações internas.

Ainda com o autor, ele afirma que Alfenas (MG), por ser uma cidade pequena e conseqüentemente mais segura, acaba por possuir também menor custo de vida, sendo um dos fatores que contribuiu para a vinda dos alunos internacionais que aborda em sua pesquisa (SOUZA, 2019).

Ao afirmar que Alfenas (MG) é uma cidade pequena, acredita-se que o autor se refere ao porte da cidade, porém, compreende-se que Alfenas (MG) é de fato uma cidade média pelos fatores descritos pelo autor (*idem*), fica evidente como existem fatores que, ao analisar a cidade de destino, precisam ser condizentes com a realidade do discente, como aluguéis acessíveis, maior segurança, entre outros.

Cabe destacar que, fora desse par (saúde e educação), existem outros motivos que tornam Alfenas (MG) alvo de migrantes, como por exemplo uma oferta de emprego maior do que em cidades pequenas e um comércio amplo (com variedade

de produtos) que também não é encontrado de maneira expressiva nas cidades menores. Esses movimentos tendem a uma certa característica entre duas: ou são pendulares (na busca de sanar momentaneamente a necessidade de um serviço não existente no município de origem) ou permanentes (onde a necessidade de acesso é tão recorrente que não vale a pena a permanência no município de origem).

3.3.2 Migração de Estudantes: movimentos acadêmicos e suas características

Ao trabalhar com estudantes migrantes é comum imaginar que se trate apenas de migrantes internacionais. Por mais que essa realidade seja notável, como mostra Ojima *et. al.* (2014), Souza (2019), dentre outros - onde a necessidade de acessar o ensino superior faz com que muitos estudantes ultrapassem as fronteiras de seu país - ainda é de suma importância compreender que a migração interna de estudantes é volumosa no Brasil e, além de tudo, se torna importante para o entendimento do uso do território por esse grupo.

Esse fluxo migratório não é exclusivamente pendular, mas ainda sim acaba sendo necessário entender como esse fluxo de estudantes, dentro da Geografia e de diversas outras áreas do conhecimento, são tratadas majoritariamente pelo seu caráter de “movimento diário”. Além disso, é preciso identificar também quem são os estudantes que vêm sendo abordados nas recentes pesquisas.

Rigotti, Signorini e Hadad (2020) discutem a migração estudantil no ensino básico, ou seja, crianças e adolescentes que migram internamente no Brasil e acessam o ensino básico, tanto em escolas públicas quanto em privadas. Os autores, como mostrado anteriormente, discutem que a migração estudantil está ligada com as cidades e seu poder de polarizar sua rede urbana regional.

Desse modo, a migração pendular é realizada por indivíduos mais jovens que não possuem em sua realidade as dificuldades presentes na migração familiar permanente, como por exemplo a necessidade imediata de encontrar uma casa que possa abrigar a família por completo, assim como uma fonte de renda que consiga sustentar além de um indivíduo.

Mesmo a pesquisa desses autores sendo voltada ao ensino básico, é possível identificar como essa ideia na verdade é aplicável para todos os níveis de ensino, inclusive o superior. Uma significativa parcela dos estudantes migrantes que buscam acesso ao ensino superior na UNIFAL-MG, por exemplo, encontram-se entre 18 e 24

anos (UNIFAL, 2019), sendo 72,7% dos estudantes da Universidade.

Esse dado comprova o que propõem Rigotti, Signorini e Hadad (2020), onde a migração de discentes para cidades polarizadoras está diretamente relacionada com a faixa etária, assim como o nível de escolaridade dos estudantes. A intensidade de um fluxo migratório acaba por se relacionar com os diversos fatores que envolvem a realidade do indivíduo migrante.

Isso fica mais claro quando afirmam que a migração em curtas distâncias é mais numerosa entre indivíduos mais velhos do que a migração para maiores distâncias (*idem*). Isso explica a faixa etária dos estudantes migrantes da UNIFAL-MG, já que a idade jovem contribui para movimentos migratórios mais complexos, já que indivíduos mais velhos acabam por, em sua grande maioria, acompanhar a migração junto da família, trazendo os problemas aqui citados anteriormente.

Como dito anteriormente, é por esse motivo que a migração de estudantes não pode ser vista apenas como movimentos pendulares, já que este corresponde, ao se tratar do ensino superior brasileiro, a uma parcela dos movimentos migratórios. A capacidade de instalação no território de destino, característico de uma cidade média (Amorim Filho; Serra, 2001), torna a migração passível de análise pelo uso do território desses indivíduos, já que fazem parte do funcionamento da cidade onde estudam.

Com Francellino (2020), a questão dos estudantes e da migração pendular aparece novamente, porém mais explicativa quanto ao que é a migração pendular. É preciso ressaltar que os diferentes tipos de migração estudantil são importantes para entender o quadro migracional brasileiro, já que correspondem a um volumoso número de migrantes.

Essa forte característica da migração pendular, do movimento diário, é importante pois se trata da realidade migratória de muitos indivíduos que buscam acessar o ensino básico e superior no Brasil, inclusive para muitos discentes da UNIFAL-MG. Torna-se, então, necessário compreender um outro importante tipo de migração: os indivíduos que se instalam no município onde cursam a graduação. Para isso, é indispensável resgatar o que foi visto anteriormente com Amorim Filho; Serra (2001), onde uma das características de uma cidade média é sua capacidade de fixar migrantes em seu território.

O que torna a migração de estudantes um interessante assunto é entender como essa capacidade de fixação de migrantes vem se tornando um importante elemento que compõe o processo de escolha para a cidade de destino do estudante

migrante. Ao escolher Alfenas (MG), por exemplo, entende-se que é uma cidade na qual será capaz de se fixar e usar o território, isto é, conseguirá se sustentar, ter moradia e oportunidades de lazer.

Esses elementos fazem parte da estrutura migratória de estudantes atualmente, onde a facilidade de acesso à dados e informações sobre o município de destino fez com que essas migrações fossem realizadas de maneira mais precisa e mudam, de certa forma, o aspecto das migrações pendulares como “exclusivas” para cursar o ensino superior. Torna-se mais fácil saber quais cidades oferecem a possibilidade de fixação do indivíduo.

Essa facilidade se manifesta através de sites e aplicativos que mostram valores de aluguéis, passagens de ônibus (ou outros meios de locomoção), oportunidade de lazer, entre outros, além disso, outros dados também são de simples acesso como criminalidade, oportunidades de emprego etc. Ao possuir esse conhecimento sobre tais dados, o estudante faz sua escolha. É por isso que as cidades médias, como visto anteriormente, apresentam uma grande leva de migrantes.

O acesso ao ensino superior em cidades médias, após a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi facilitado e os preços acessíveis de aluguéis e serviços prestados na cidade (além da facilidade de acesso aos mesmos, maior em relação a uma metrópole, por exemplo), tornaram a migração com caráter de “fixa” mais notável.

Porém outros elementos aumentaram a migração de estudantes no Brasil. Como mostra Barufi (2012), existe uma relação direta do aumento das migrações de estudantes em busca de acesso ao ensino superior com o também aumento dos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) públicos ofertados nos últimos anos.

Como destaca (*idem*), a literatura sobre estudantes migrantes universitários ainda é escassa no Brasil, visto que a realidade da migração em busca do ensino superior, mesmo não sendo recente, ganhou uma nova perspectiva e, de certo modo, novas “rotas” de migração com a implementação do REUNI. Ao invés dos movimentos migratórios em busca das metrópoles e as universidades nelas presentes, esses universitários possuem agora caminhos alternativos quando se trata de migrar para estudar.

A autora aborda, de maneira sucinta, como a migração universitária é diferente no Brasil e em países como os EUA. Para o país norte-americano, o processo de

migrar para cursar o ensino superior é visto como um momento de “independência pessoal” para o indivíduo. Já no Brasil, a migração com a mesma finalidade possui diversos elementos que podem ser impeditivos ou não para esse movimento espacial.

Entretanto, é importante destacar que existe uma relevante diferença entre o perfil de estudantes universitários nos Estados Unidos e no Brasil. No primeiro caso, é bastante comum a migração apenas do estudante, sem que a família o acompanhe. Já no Brasil este fenômeno é menos frequente. Desse modo, trabalhos como Mixon Jr (1992) dão bastante relevância a amenidades da universidade ou faculdade, como, por exemplo, preço, qualidade da escola, localização, clima, entre outras. Tuckman (1970) também destaca o impacto dos preços do estudo na decisão de alocação dos estudantes (Barufi, 2012, p. 8).

O aumento da oferta de cursos superiores após 2003, com o início do REUNI, criou uma perspectiva sobre a migração de estudantes universitários. Até o momento, notava-se como os trabalhos de Geografia e outras ciências tratavam a migração estudantil como um movimento destinado às metrópoles, pois de fato era (e de certo modo, ainda é volumoso quando se trata do acesso à pós-graduação).

Agora, os estudantes migrantes possuem perfis diferentes dos que se notava durante o final do século XX. Os estudantes migrantes do século XXI são mistos, entre jovens de faixa etária menor (18 a 24 anos) e adultos de faixa etária maior (45 a 60 anos). Além disso, o acesso ao ensino superior deixou de ser quase que exclusivo para classes mais elevadas da sociedade, já que seu espalhamento pelo território brasileiro permitiu que diversas pessoas acessassem o ensino superior público de qualidade.

O grande fluxo migratório de estudantes para cidades médias em Minas Gerais, como Alfenas, Uberaba, Juiz de Fora, Poços de Caldas, entre tantas outras, é fortemente explicado pelo aumento dos serviços de ensino superior apresentados por essas cidades (Barufi, 2012), mas, além disso, pela acessibilidade a esses serviços, que por serem públicos, conseguem abraçar uma maior parcela da população que não teria condição de cursar o ensino superior particular.

Dentre todas as especificações propostas, o número de vagas em instituições de ensino superior no município parece ser relevante para explicar a atração de um maior número de jovens. Esse resultado preliminar tem uma implicação de política bastante importante, que é a de uma ação do setor privado e do setor público de aumento da oferta de vagas em cursos de ensino superior impactar nos fluxos migratórios. Caso tal oferta cresça em locais mais desprovidos (o que parece ter sido o caso nos últimos anos), será possível reduzir a desigualdade regional (Barufi, 2012, p. 18).

Cabe a Geografia compreender os novos movimentos migratórios de estudantes que ocorrem no território brasileiro, visto que sua alteração gera, automaticamente, a necessidade de criar perspectivas de análise desses movimentos. Mesmo a migração pendular sendo de suma importância para o entendimento da migração estudantil, é necessário analisar os novos usos do território gerados pela migração de estudantes com uma característica mais “sazonal”, ou seja, os que migram e moram no território de destino durante o período de uma graduação.

Outro importante ponto que se torna essencial para o entendimento desses movimentos migratórios mais duradouros seria entender o papel da universidade na formação cultural e pessoal desses indivíduos como motivador para a migração. Como aborda Silva; Silvane (2013), a formação cultural de indivíduos através dos cursos de licenciatura ocorre devido ao contato que esses indivíduos possuem com o território, o que se pode entender como diferentes usos do território por diferentes indivíduos.

O intercâmbio cultural presenciado no ambiente universitário é importante para a formação do conhecimento e a valorização de diferentes culturas (*idem*). Migrar, em busca de ensino superior, vai além da obtenção de um diploma. Esses fluxos contínuos de estudantes migrantes universitários são característicos de indivíduos que, além da necessidade de se inserir no mercado de trabalho, buscam também uma construção pessoal que é proporcionada pela universidade.

3.4 MIGRAÇÃO, CIDADANIA E USO DO TERRITÓRIO: RELAÇÕES E IMPACTOS DAS DINÂMICAS ESPACIAIS

Sob a perspectiva da Geografia, a migração e a cidadania são fenômenos interligados que refletem a dinâmica espacial e social das populações. A migração envolve o movimento de indivíduos ou grupos entre diferentes territórios, influenciado por fatores econômicos, políticos e sociais. Esse deslocamento gera diferentes dinâmicas territoriais que, de certo modo, geram novos usos do território. A Geografia analisa como políticas migratórias, fronteiras e práticas de inclusão ou exclusão social influenciam a experiência dos migrantes e a formação de novos usos do território, revelando a complexidade entre mobilidade humana e cidadania.

Cabe então ressaltar que o uso do território, categoria de análise do território

miltoniana, precisa ser aprofundada e propagada na Geografia, já que é uma possibilidade para se trabalhar os movimentos migratórios e a mobilidade estudantil em sua totalidade, ou seja, desde o momento de saída de um território até a chegada em outro.

O fenômeno migratório de estudantes a partir, justamente, do que possibilita que o mesmo não seja apenas pendular, permite perceber que a instalação de migrantes torna necessário analisar como a cidadania pode ser diferente em um novo território, mesmo sendo no mesmo país. Analisa-se o que torna essa instalação de estudantes migrantes em um município possível, levando em conta os acontecimentos desde o início do REUNI, em 2007.

A cidadania é extremamente escassa, uma vez que não se compreende que existe uma forte necessidade de avaliar como a cidadania se dá de diferentes maneiras em diferentes territórios. Cada recorte espacial, como por exemplo as cidades, possuem diferentes funcionamentos, serviços e usos do território, que geram diferentes acessos à direitos que tornam um indivíduo, de fato, um cidadão.

Segundo Santos (1987), em um país que, devido ao processo de globalização, adota o capitalismo como motor econômico, político e social, o consumo leva os indivíduos a declinarem de sua cidadania para poder consumir mais e se sentir "participantes" da dinâmica do capital.

Fica claro que o foco não está, de maneira alguma, na garantia dos direitos do cidadão. O consumo é o que impulsiona e fortalece o capital, sendo constantemente alimentado por ele. Essa influência é visível no uso do território, que é limitado pela forma como ocorre sua gestão, seja pela prefeitura, pelo governo estadual ou pelo Governo Federal. Essa limitação cria indivíduos que não conseguem exercer de maneira completa sua cidadania.

Logo se faz necessário entender as diferentes esferas da cidadania de um indivíduo, para que se possa explicar como se dá a cidadania mutilada (*ibidem*). Conforme Haguette (1982), o *status* de cidadão já existe ao considerar um indivíduo como participante de um Estado-nação. No entanto, é importante reconhecer que, mesmo com esse *status*, o indivíduo pode não ter seus direitos plenamente atendidos, como por exemplo o direito de votar.

Portanto, a conquista desses direitos é um processo histórico, marcado por diversos episódios que moldaram a cidadania ao longo do tempo. No entanto, como afirma Haguette (*idem*), exercer esses direitos é diferente de simplesmente

reconhecer sua existência, e essa distinção é uma questão chave nesta pesquisa.

Quando encontram limitações no uso do território, os indivíduos também enfrentam restrições em exercer certas parcelas de sua cidadania - muitos não conseguem exercer plenamente seus direitos políticos, pois, durante as eleições, não podem retornar aos seus municípios de origem para votar.

Assim a cidadania mutilada se perpetua, conforme Santos (1987), que argumenta que, no capitalismo, os indivíduos vivem uma realidade de direitos amputados. Haguette (1982) observa que o problema da cidadania no Brasil é estrutural. A grande dificuldade em implementar uma cidadania completa reside na decisão do Estado de oferecer uma cidadania que atende de maneira superficial a alguns aspectos básicos.

O processo de desenvolvimento da cidadania no Brasil, assim como em outros países da América Latina, esteve estreitamente associado a políticas populistas que colocaram o Estado em difícil situação: forçados a implementar os direitos dos cidadãos no sentido de obterem legitimidade e poder, não foram capazes de, realmente, garantir o exercício efetivo dos mesmos direitos (Haguette, 1982, p. 125).

A autora também oferece definições sobre as três esferas da cidadania: direito civil, direito político e direito social. O direito civil está relacionado à liberdade de crítica de um indivíduo, enquanto o direito político abrange formas de participação como eleições, atividades sindicais e oposição. Já os direitos sociais incluem necessidades básicas, como alimentação, saúde e moradia, mencionadas anteriormente.

De acordo com Haguette (1982), se a cidadania está diretamente ligada ao Estado, todo o território brasileiro possui um déficit de cidadãos. Para esclarecer essa ideia, considera-se que a cidadania é composta pelas três esferas mencionadas e, se alguma delas não é plenamente atendida, então a cidadania não pode ser considerada completa.

Nesse contexto, os estudantes migrantes da UNIFAL-MG enfrentam uma questão controversa quanto à sua cidadania, pois embora tenham acesso às três esferas dos direitos de um cidadão, ainda encontram limitações, e assim, a cidadania permanece mutilada (Santos, 1987). Apesar das afirmações de Haguette (1982) e Santos (1987) de que não existem cidadãos plenos no território brasileiro, é possível identificar diferentes "níveis" de cidadania mutilada.

O principal fator que possibilitou a instalação de estudantes migrantes em contrapartida à pendularidade dos mesmos foi o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008 (MEC, 2023). Como indica o Ministério da

Educação (2023), o PNAES foi criado com o objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

A proposta do programa é a de oferecer para esses estudantes em maior situação de vulnerabilidade assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (MEC, 2023). Desse modo, a aplicação do programa é realizada pela própria instituição de ensino que, através de sua gestão, emprega esses recursos que são nada mais do que direitos civis (Haguette, 1982), direitos básicos de um cidadão (Santos, 1987).

Volta-se então para o território estudado, o de Alfenas (MG). Os estudantes migrantes da UNIFAL-MG que são assistidos pelo PNAES têm sua assistência feita pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UNIFAL-MG (PRACE). Assim como mencionado anteriormente, o próprio PNAES entende que cabe a PRACE fazer a regularização e a concretização desses auxílios para os estudantes da universidade.

Amparadas no Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, as ações de Assistência Estudantil da UNIFAL-MG são coordenadas pela Prace, por meio de programas, projetos e auxílios articulados às demais políticas institucionais, a partir das seguintes ações: criação de programas e auxílios que favoreçam a permanência dos estudantes na universidade; incentivo às suas proposições acadêmicas e proposição de políticas de incentivo à qualidade de vida de toda a comunidade acadêmica da UNIFAL-MG (Prace, 2023, p. 1).

A PRACE, desse modo, possui uma classificação para auxílios fornecidos que se separam em quinze perfis, sendo o perfil zero o mais vulnerável e o quinze o menos vulnerável, ou seja, são perfis socioeconômicos que o próprio estudante preenche com suas informações, principalmente, acerca da renda de seu núcleo familiar. Entende-se que os únicos perfis que recebem auxílio permanência, porém, são os que se encontram entre 0 e 7.

O que importa de ressaltar esses dados está na compreensão da temática proposta: esses estudantes migrantes não são caracterizados como pendulares, pois ao receber o auxílio permanência, possuem a possibilidade de se instalarem no território de destino, podendo assim cursar o ensino superior. Porém, é importante visualizar a Geografia presente na temática escolhida.

Entende-se, portanto, que os movimentos migratórios de estudantes migrantes

são diferentes no século XXI pois os aparatos para uso do território, atualmente, são diferentes dos que existiam no século XX. Santos; Silveira (2000) permitem a interpretação dessa informação ao trabalhar a ideia de como o ensino superior, público e privado, esteve concentrado nas metrópoles brasileiras por boa parcela do século XX.

As nove regiões metropolitanas brasileiras reuniam, em 1996, 880.887 alunos matriculados no ensino superior, isto é, 1,91% da população dessas áreas metropolitanas. Contudo, se esse índice, em Porto Alegre atingia 2,60%, em Curitiba, 2,04%, em São Paulo 2,02%, em Belém e, no Rio de Janeiro cerca de 2%, em Salvador, Fortaleza, Recife e Belo Horizonte estava abaixo desse umbral (Santos; Silveira, 2000, p. 43).

A pendularidade dos movimentos migratórios é sim muito atual na Geografia justamente por isso: a democratização do acesso ao ensino superior é recente e, desse modo, os movimentos pendulares ainda são um importante maneira de trabalhar como esses indivíduos acessam o ensino superior.

Porém, é na dinamicidade da migração que se entende a importância de ir além, entendendo que, devido ao PNAES e a PRACE, novos movimentos migratórios se estruturam, criando fluxos que se instalam em diferentes fixos (Santos, 1994), permitindo sua análise de maneira completa através do uso do território (Santos; Silveira, 2001).

O território só existe se usado, ou como cita Santos (1994), é o território usado um sinônimo de espaço humano e espaço habitado. Desse modo, o conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 1996), só tem sua dialética respeitada pois os sistemas de ação (o abstrato, os atos e atores) interagem com os sistemas de objetos (o concreto, as formas) através do uso do território.

Pois assim entende-se como a instalação desses estudantes migrantes muda a dinâmica territorial de um município: por mais que os estudantes migrantes queiram usar o território, a dificuldade de encontrar possibilidades para viver o território fora dos limites da universidade (como os altos custos de transporte, por exemplo), acaba por limitá-los. Desse modo, a instalação no município de destino, em busca do ensino superior, deve possibilitar o uso do território não apenas para dentro do perímetro universitário, mas do território municipal em si.

O uso do território se torna uma "escala de medida" para a cidadania de um

indivíduo. Quanto mais limitado o uso do território, maior a influência das vontades capitalistas, resultando em uma cidadania mais mutilada (Santos, 1987) para certos grupos de indivíduos. Essa cidadania mutilada (*idem*) remete ao que é deixado como “cidadania” após a valorização do consumo ao invés dos direitos.

A migração, então, vai além do movimento espacial para esses indivíduos. Ao chegarem ao território de Alfenas (MG), por exemplo, se deparam com diversos quesitos que condicionam seu uso do território, como o estranhamento no novo lugar, assim como dificuldade de fixação no mesmo. Usar o território, como afirma Santos; Silveira (2001), acontece não apenas pela população, mas também por todos os indivíduos e empresas, pelas pessoas e pelo capital.

Esse estranhamento citado também pode ser relacionado com o que traz Margulis (1968), onde a "marginalização" do indivíduo ocorre justamente devido a não conseguir se desvencilhar do sentimento de “estranhamento” em relação ao novo território, o impossibilitando passar pelo processo de adaptação ao mesmo. Cria-se a necessidade de pensar que a limitação ao uso do território é diretamente influente no processo de adaptação.

El concepto de marginalidad puede ser aplicado a grupos y a individuos. Según Peter Heintz "El concepto de personalidad marginal se aplica a un individuo que se encuentra situado de tal modo entre varias culturas distintas, que esta situación, mientras dura, provoca en él un conflicto intrapsíquico. Tal individuo pertenece, simultáneamente, a dos o más culturas" (Margulis, 1968, p. 16).

Portanto, não se entende o uso do território sem entender a dinâmica capitalista do mundo globalizado (SANTOS, 2000) no qual esse território está inserido. O território pode ser usado de maneira limitada por esses estudantes migrantes, dependendo da maneira com que é organizado e gerido. Pode-se pensar, como exemplo desses limitantes, certas partes do município de Alfenas (MG), como o bairro nobre Jardim Aeroporto, que possui lugares que podem proporcionar lazer como uma caminhada, mas não acessíveis devido à distância com outros bairros, por exemplo.

Mesmo identificando que esses estudantes migrantes, ao ingressarem na UNIFAL-MG e conseguirem algum tipo de auxílio, conseguem acessar direitos básicos de um indivíduo, como auxílio moradia, alimentação, entre outros, ainda não quer dizer que sua cidadania é exercida de maneira completa. Um bom exemplo seria pensar na facilidade ou dificuldade que possuem ao retornar aos seus municípios de

origem para visitar familiares periodicamente e até mesmo votar nos períodos de eleição.

Isso significa que a cidadania desses indivíduos é mutilada. Porém, ao se propor diferentes “níveis” de uma cidadania mutilada, cabe pensar se a cidadania é mutilada da mesma maneira para um aluno que vem de família economicamente estável e para o aluno que necessita do auxílio permanência da PRACE, assim como se a cidadania dos dois se perpetua da mesma maneira no território de Alfenas (MG).

As diferentes dificuldades por ambos enfrentados não justificam que ambos sejam cidadãos no mesmo nível. Um discente da UNIFAL-MG que necessita do auxílio para poder ter sua dignidade preservada no município de Alfenas (MG), ou seja, ter acesso à pelo menos duas refeições ao dia, uma moradia de qualidade, entre outros, vive e usa o território de maneira completamente diferente do discente de uma família classe média ou média-alta. E se o uso do território é diferente, também é a cidadania.

A dinâmica do capital dita a organização espacial e, desse modo, influencia na configuração territorial (Santos, 1988). Se o uso do território é limitado em um município como Alfenas (MG), por exemplo, até mesmo para os próprios alfenenses, cabe apresentar como é o uso do território dos estudantes migrantes que vão ao município e, enquanto acessam o ensino superior, buscam usar o território e, para isso, é preciso compreender essa categoria de análise.

3.5 TERRITÓRIO USADO: FUNDAMENTAÇÃO E DEBATES

A análise territorial e o entendimento do espaço geográfico através desse conceito sempre esteve presente nas principais obras de Milton Santos. Como pode-se notar em Santos (1996) sua análise sobre o território usado aparece, mesmo que de maneira mais subjetiva, expressando que o mesmo é mediado por relações de poder e pela lógica da Globalização, que tende a privilegiar interesses hegemônicos, especialmente de grandes empresas e instituições internacionais.

Nessa obra, considerada uma das mais completas e robustas em operacionalização conceitual do autor, o território usado pode ser visto em diversos pontos diferentes. Por exemplo, os conflitos pelo território, onde o autor refere às disputas entre diferentes agentes pelo uso do território, como grandes empresas e comunidades locais. Enquanto as corporações buscam otimizar seus interesses

através da velocidade e eficiência econômica, as comunidades frequentemente resistem a essa lógica para preservar seus modos de vida.

Essa ideia está atrelada a outro ponto debatido, que é a corporatização do território. A entrada do capital externo e sua aplicação na economia brasileira, por exemplo, cria um direcionamento dos recursos públicos a propriedades privadas, favorecendo o funcionamento de corporações e criando um uso do território desigual.

Porém, um dos elementos mais interessantes discutidos por Santos (1996) é a normatização do território. Ao afirmar que o espaço não é apenas físico, propõem a debater um interessante ponto: existem normas que controlam o uso do território por determinados agentes, sendo elas formais, como as leis, por exemplo, ou informais, como costumes adotados pela população ou pela própria gestão municipal sem ser, necessariamente, em formato de lei. O contato entre essas normas gera conflitos em um território

Outro exemplo: objeto de normas locais, a velocidade é, por si mesma, um conflito. O interesse das grandes empresas é economizar tempo, aumentando a velocidade da circulação. O interesse das comunidades *locais* e até mesmo das menores empresas (por exemplo, os comércios *locais*) frequentemente é o oposto. As regulamentações de uso da via pública respondem a esse *conflito*, seja harmonizando interesses, seja privilegiando este ou aquele (Santos, 1996, p. 229).

Pode-se pensar em um cenário para isso o caso dos estudantes migrantes, que ao adentrarem em um território, enfrentam normas que limitam ou viabilizam seu uso do território. Um exemplo de normas que viabilizam esse uso seriam projetos municipais voltados a sanar necessidades de estudantes migrantes, como problemas relacionados à mobilidade urbana. Já normas que limitam seu uso do território poderiam ser, justamente, a aprovação do aumento de tarifas no transporte público da cidade.

O território usado se torna uma categoria de análise com maior discussão a partir de Santos (1999), que afirma que o território em si não é uma categoria de análise das ciências humanas (incluindo assim a Geografia). O território só existe se é usado, e como afirma o autor, vai além do recorte espacial, envolve elementos como a identidade, a residência, trocas materiais e espirituais, ou seja, elementos imateriais que se projetam e são visíveis através do uso no território.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (Santos, 1999, p. 8).

O território de Alfenas (MG) só existe e possui suas características físicas e sociais devido ao uso do território que é exercido sobre eles. Os agentes que usam o território são fáceis de identificar: todos. Isso inclui os estudantes migrantes, que entram no território alfenense em busca de acesso ao ensino superior e fazem uso do território. São tão importantes para configuração territorial de Alfenas (MG) quanto o município e seus serviços são para eles.

O autor enfatiza também que o período da Globalização ressaltou diversas características que intensificaram e criaram usos do território, sendo um exemplo o avanço dos meios de transporte e comunicação e o papel desempenhado pelo dinheiro, símbolo do capitalismo mundializado.

Mas uma de suas contribuições mais notórias nessa obra é ao afirmar que o território, existindo apenas se usado, faz com que os indivíduos utilizem de técnicas advindas de uma “técnica maior”, ou seja, uma maneira de se relacionar com o território de modo mais geral, que é a técnica da informação.

Este fim de século permitiu a instalação das técnicas da informação, que são técnicas que ligam todas as outras técnicas, que permitem que as mais diversas técnicas se comuniquem. Essas técnicas da informação que, afinal, a partir do planeta, produzem um mundo (e é por isso que se fala de globalização), e que nos levam à ilusão da velocidade, como matriz de tudo, como necessidade indispensável e que certamente criam uma fluidez potência transformada nessa fluidez efetiva a serviço de capitais globalizados, de tal modo que o dinheiro aparece como fluido dos fluidos, o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história (Santos, 1999, p. 10).

Retornando ao exemplo a partir desta pesquisa, é possível pensar: a “técnica maior”, a informação, condiciona as técnicas que os indivíduos irão utilizar para se relacionar com o território, ou seja, para usá-lo. Desse modo, um futuro discente da UNIFAL-MG em Alfenas (MG) poderia usar o território com maior fluidez a partir do momento que possui ferramentas de informação como o *Google Maps* para auxiliá-lo em seu deslocamento, o *Ifood* para facilitar a alimentação, etc.

É claro também que, ao informar a ideia de um uso do território a partir de

técnicas que facilitam essa relação, cabe retomar Santos (1999) que ressalta como as técnicas de informação não são acessíveis à todos no território de maneira semelhante, criando desigualdades típicas de uma Globalização como Fábula (Santos, 2000). Isso abre espaço para refletir sobre: como, então, são as técnicas que os estudantes migrantes criam para usar o território se não possuem acesso à essas técnicas informacionais? Esse debate será retomado mais a frente com a análise dos questionários.

O debate continua em suas obras ao aparecer novamente como território usado, onde Santos; Silveira (2001) classificam essa categoria de análise de maneira similar ao visto em Santos (1999), onde o território só existe se usado. Porém reforça, em seu artigo intitulado O Dinheiro e o Território, que a frequente confusão entre território e espaço dificulta a compreensão do conceito de território. O território se refere a uma porção do espaço marcada por relações políticas de poder.

Num sentido mais restrito, o território é um *nome político* para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (Santos; Silveira, 2001, p.19).

Se relaciona diretamente com um ponto que aborda Santos (1999), onde o Estado Nacional e sua formação mostra uma dependência do território, já que a noção de “Nação” envolve a identidade, e essa característica pode ser vista no território ao pensar as relações que os indivíduos possuem com os mesmos, ou seja, as técnicas que utilizam para usar o território, como festividades, celebrações, entre outros.

O território não perde seu caráter político-administrativo ao ser visto por essa categoria de análise, mas ganha uma nova esfera: os agentes que usam o território. Desse modo, ao pensar as “relações de poder” em um recorte espacial, realmente se leva em conta que cada um usa o território de acordo com a realidade que vive, e assim, perpetuam diferentes usos.

Também é compreensível como o território condiciona as ações dos atores (Santos; Silveira, 2001), sendo assim, o território é responsável por possibilitar ou não certos usos. Para melhor compreender os condicionamentos do uso do território, a questão dos estudantes migrantes serve como exemplo. Em um território no qual seus usos são limitados (neste caso, os territórios de origem), muitas das vezes os indivíduos preferem migrar para outros territórios onde acreditam que encontrarão

oportunidades para realização de tais ações, como acesso ao ensino superior, oportunidades de emprego, entre outros.

Santos (2005) promove ainda mais um aprofundamento do tema. Discussões epistemológicas levam ao enriquecimento da categoria de análise, e uma maneira de perceber isso é ao momento que ressalta o uso do território a categoria de análise social do território, ao mesmo tempo que também afirma que é o nosso quadro de vida (*idem*).

O termo “quadro de vida” é interessante, porque recupera o que foi dito anteriormente sobre as características que tornam o uso do território um tema chave para análise social do território, onde questões humanas estão envolvidas e visíveis em seu uso. Esse “quadro de vida” é, justamente, a realidade dos indivíduos. Essa realidade se condiciona pelo recorte temporal vivido (sendo, nesse caso, o MTCI) e o recorte espacial, que tem sua materialidade expressa no território.

É também nesse momento que o autor relaciona outros dois conceitos importantes para concepção do uso do território, a verticalidade e a horizontalidade, já abordados anteriormente nessa pesquisa. É interessante como Santos (2005) afirma que esses dois conceitos criam novos recortes espaciais, e permitem entender que os lugares agora, no MTCI, são formadores de territórios, ou seja, a relação presente entre indivíduo e espaço ocorre através do uso do território, sendo assim, os lugares, como também afirma Souza (2021), são anteriores ao território.

Desse modo, afirma que existem diferentes aconteceres em um território, sendo no total 3: acontecer homólogo, complementar e hierárquico. Em geral, se diferenciam pela maneira com que o território é regido, sem mais ou menos livre para diferentes usos. Essas diferenças acontecem pela maneira com que o território é regrado, localmente ou, no período atual, globalmente, por agentes externos ao território.

É o que abre espaço para discutir o uso do território em suas duas diferentes perspectivas, que se relacionam diretamente com o conceito de lugar, verticalidade e horizontalidade, acima citados, sendo o uso do território como abrigo ou como recurso.

4 O USO DO TERRITÓRIO POR ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG

Estudar o uso do território não vêm por motivos aleatórios. Ao pensar no uso do espaço geográfico, por exemplo, encontram-se algumas limitações, como por exemplo, o que é, exatamente, usar o espaço? Onde posso identificar empiricamente esse uso? A dificuldade em responder essas perguntas e operacionalizar esse conceito é o que torna o uso do território uma categoria de análise de extrema importância. Se o território existe apenas se usado, significa que sua parcela encontrada na tecnosfera está sofrendo uma constante influência da psicofera.

Um exemplo disso é pensar que todos usam o território, desde uma escala local, como ir de casa ao trabalho, acessar um serviço, ter um momento de lazer em um estabelecimento público ou privado, até em uma escala global, como migrar a outra país, ter contato com diferentes pontos pelo mundo, ou até mesmo acessar serviços que não são originários de seu próprio país.

O período atual, o Meio Técnico-Científico-Informacional ou, como também pode ser pensado, o período da Globalização, como afirma Santos (2000), tornou o acontecer local como um elo ao mundial, ou seja, os eventos mundiais e a dinâmica capitalista pelo mundo possuem impacto na vivência dos territórios como um todo, e desse modo, impactam e até modificam seus usos.

4.1 USO DO TERRITÓRIO COMO ABRIGO E COMO RECURSO PELOS ESTUDANTES MIGRANTES ATENDIDOS PELA PRACE

É importante, primeiro, reforçar que esses conceitos foram aplicados à realidade brasileira por Milton Santos, mas foram inicialmente propostos pelo Geógrafo franco-americano Jean Gottman (1975). Como pode-se notar, Gottman (1975) faz em sua obra uma importante análise sobre o território, e logo de início, pode-se notar similaridades aos trabalhos miltonianos, afirmando que a formação do território e seus aspectos materiais são resultados das ações humanas, porém, uma diferença com o que pode ser visto com Santos (1999, 2005), é que para Gottman (1975), o uso do território só acontece para um determinado número de pessoas.

Enquanto a abordagem miltoniana ressalta o território como parte do espaço banal, proveniente do lugar, sendo assim acessível e usado por todos, o autor franco-

americano entende que a acessibilidade para o usar é diretamente interligado à políticas, que restringem ou viabilizam seu uso e, desse modo, pode-se perceber desfalques no uso por certos grupos de pessoas, sendo assim, não é perceptível para todos os indivíduos em um recorte territorial.

Basicamente, ele deve ser acessível; a acessibilidade, pretendida pelo homem e amplamente controlada por ele, é umas das razões essenciais para a intervenção política regular, de algumas formas restringir e de outras melhorar a capacidade de acesso por várias categorias de pessoas (GOTTMANN, 1973). Obviamente, acessibilidade é um pré-requisito e um fator de controle da jurisdição. Tanto a acessibilidade como a jurisdição, mesmo que se mantenham baseadas nos mesmos princípios morais, são destinadas a evoluir com os avanços das tecnologias de transporte e comunicações (Gottman, 1975, p. 525).

De acordo com o autor, é abordado pela primeira vez o território usado como abrigo e território usado como recurso. O primeiro, como mostra o autor, está entrelaçado a uma ideia promovida por Platão, onde o isolacionismo tem protagonismo, afirmando que um povo que se isola de relações externas, realizado trocas internas, e realocando o excedente populacional em outra ilha, sem permitir influência de fora. Isso promoveria um crescimento político melhor e mais estável.

Platão discutiu em sua obra “Leis” os atributos geográficos de uma *polis* ideal. Ele a queria isolada, especialmente do mar, para evitar a influência estrangeira. A população estaria agrupada no centro do território e as relações exteriores e trocas seriam responsabilidades de um pequeno número de funcionários públicos especialmente treinados, que seriam um anteparo da vida política interna ao envolvimento ou à influência estrangeira (Gottman, 1975, p. 526).

Já o segundo aponta o alinhamento às ideias de Alexandre o Grande, em uma perspectiva cosmopolitana, seguindo pensamentos trazidos por Aristóteles, discípulo de Platão, que discordava de certos pontos abordados pelo filósofo. Essa perspectiva aponta como o território deve ser aberto para relações externas, facilitando o comércio exterior, ele deseja um território “de difícil acesso para o inimigo e de fácil egresso para os habitantes” (*idem*), que remete a abertura do território.

Fica evidente a construção entre a diferença do uso do território como abrigo e como recurso. O uso como recurso implica na necessidade de abertura do território, mas também, na exploração do mesmo, no imediato potencial econômico que esse recorte espacial oferece. O uso como abrigo já mostra o contrário, é a ação humana

como um bem comum, um elemento banal, sendo isolado para, justamente, permitir que todos dentro desse território possam usá-lo de maneira igualitária.

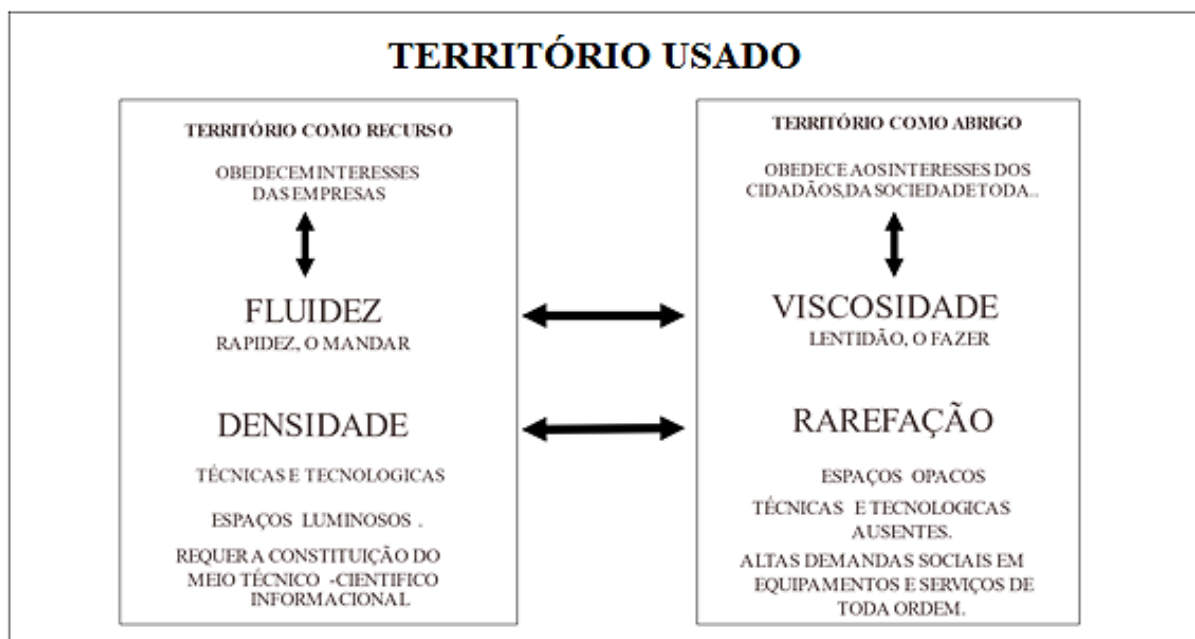
Retoma-se a ideia de uso como recurso e como abrigo. Santos (1996), mesmo que não diretamente, aponta sobre essas duas perspectivas do uso do território em trechos de sua obra, retomando a ideia de que o uso do território como abrigo se alinha às horizontalidades, ou seja, ao uso como direito humana, derivado do espaço banal, e o uso do território como recurso sendo realizado pelas ações corporativas que organizam e tratam o território como, justamente, um recurso.

Mais do que a formação socioeconômica é a formação socioespacial que exerce esse papel de mediação: este não cabe ao território em si, mas ao território e seu uso, num momento dado, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais. A utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles. Formas e normas, pois, trabalham como um conjunto indissociável (Santos, 1996, p. 229).

Uma contribuição de grande importância para o entendimento desse par analisado é feito por Souza (2021), afirmando que o uso do território como recurso é aquele onde empresas multinacionais, com suas próprias normas, utilizam do território (que por teoria pertence a todos) para o seu interesse próprio, promovendo a exploração típica do capitalismo no mundo globalizado, e o uso do território como abrigo, ou seja, o território banal, é àquele que pertence a todos, e como destaca Souza (2021) é um direito inalienável à existência.

Dessa forma, o território como abrigo permite o uso do território por todos, e dentro da temática trabalhada, pelos estudantes migrantes, ao contrário do que é oferecido pelo território como recurso. Na Figura 8, é utilizada uma elaboração de Souza (2021) para melhor exemplificar as questões tratadas acerca dessa categoria de análise.

Figura 8 - Território usado de acordo com Milton Santos, 2021



Fonte: Souza, 2021

Dessa forma, Souza (2021) destaca que o espaço é uma instância social, e por isso, não podendo ser produzida, ou seja, a função de produção cabe ao território usado. O uso do território constitui um conceito derivado, onde ele sim pode ser organizado, alterado, pois depende diretamente das dinâmicas da formação socioespacial e das ações humanas que tomam lugar em dado recorte espacial.

Como ressalta a autora, Milton Santos vai além de Karl Marx, realçando sua genialidade, ao formular sua variação do conceito de formação socioeconômica, a formação socioespacial. Esse conceito miltoniano implica a ideia de que a vida das pessoas em um território é historicamente determinada, e cabe explicitar como seus usos do território são os determinantes dessas dinâmicas.

Explica também que o lugar é um conceito intrinsecamente vinculada ao uso do território. Ao compreender o lugar como um “espaço do acontecer solidário” – ou seja, um espaço coletivo voltado para o interesse comum –, percebe-se que a apropriação do território como recurso impede a materialização desse significado.

Isso ocorre porque os interesses hegemônicos dificultam a garantia dos direitos da população. Dessa forma, o uso do território como abrigo representa seu verdadeiro propósito enquanto direito existencial e social, assegurando que todos possam usufruí-lo. Essa predominância dos interesses hegemônicos na apropriação do território como recurso torna-se evidente (Souza, 2021).

Essa decisão sobre investimentos prioritários de todos os governos na constituição do “território como recurso” está na origem complexa dos processos de desigualdade socioespacial, característica fundamental da sociedade brasileira nesta atualidade. E os governos insistem nessa perspectiva porque as suas análises e propostas se fazem sem a efetiva adoção do território usado como categoria de análise social, vale dizer, política. Os governos são setoriais, atuando em defesa dos interesses hegemônicos, e não territoriais, em defesa da população ali onde ela vive e usa seu território, que como já dissemos acima é condição essencial da existência. Isso é o território usado (Souza, 2021, p. 107).

Ainda enfatiza que todo uso do território tem origem em um lugar e, portanto, faz parte de um “espaço solidário”. Sob essa perspectiva, é fundamental reconhecer que o lugar pertence a todos. No entanto, a dinâmica excludente gerada pela fluidez do capital no mundo globalizado acaba marginalizando certos grupos, influenciada tanto por fatores culturais quanto pela lógica da mais-valia. Um exemplo dessa exclusão podem ser os migrantes (em toda a extensão de indivíduos que se caracterizam como migrantes), que enfrentam longas jornadas de trabalho e preconceitos na busca por melhores condições de vida, as quais não encontravam em seus territórios de origem. Mais uma vez, essa desigualdade evidencia a influência hegemônica sobre o uso do território.

Nesse contexto, Souza (2021) demonstra como a urbanização no Brasil reflete essa lógica, ao apontar que as políticas públicas – outro fator determinante no uso do território – frequentemente priorizam os interesses do capital em detrimento das necessidades da população brasileira. Cabe pensar, portanto, como o caso dos estudantes migrantes pode ser pensado através do uso do território como abrigo ou como recurso.

Em um território onde a gestão é feita pensando em um uso do mesmo como recurso, a população é defasada em sua totalidade, tendo em mente a exploração da população e a concentração no lucro. Para os estudantes migrantes, isso se manifesta em inacessibilidade a parcelas do território, uma qualidade de vida baixa (levando em contas fatores financeiros como aluguel e contas mensais), gerando limitações em seu uso do território e impedindo o uso como abrigo.

Pensando em evitar essas problemáticas (ou, ao menos, amenizá-las), é que surgem políticas estudantis que buscam auxiliar os estudantes a se estabelecerem em um novo território, tornando o processo de mobilidade estudantil um fenômeno mais acessível.

4.2 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SEU PAPEL NO USO DO TERRITÓRIO

A acessibilidade ao território depende de diversos fatores externos ao indivíduo. É aí que se entende melhor o método marxista, o materialismo histórico-dialético, já que não cabe ao indivíduo a escolha de usar o território, pois será usado de qualquer maneira, sendo imperioso apontar, então, quais são os elementos presentes no território que condicionam esse uso.

Para o caso estudado, a mobilidade estudantil possui suas próprias dinâmicas. Um ponto de partida para analisar como o uso do território vêm sendo feito por estudantes migrantes é justamente a partir das Políticas de Permanência das universidades, que auxiliam a fixação do migrante e, além disso, permitem com que usem o território de maneira plena⁸.

4.2.1 O Plano Nacional de Assistência Estudantil nas Dinâmicas Territoriais

É interessante caracterizar e, de fato, esclarecer o que é o auxílio-permanência. Para isso, Palavezzini; Alves (2019) fazem uma interessante análise, destacando que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído em 2007 para garantir a permanência de estudantes no ensino superior público, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O financiamento das políticas públicas, incluindo a assistência estudantil, ocorre por meio da transferência de recursos do fundo público, sendo uma questão não apenas técnica, mas também política.

Destacam ainda que a expansão do ensino superior brasileiro foi impulsionada por políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O crescimento da rede pública federal resultou no aumento da demanda por assistência estudantil, tornando o PNAES essencial para garantir a permanência de estudantes

⁸ O termo “pleno(a)” remete a um uso do território sem limitações. Como é discutido na pesquisa, o uso do território pode sofrer empecilhos que não permitam com que partes do território sejam passíveis de uso para todos, criando assim recortes espaciais desiguais.

de baixa renda.

Um ponto interessante é apreciar e de fato tornar claro essa informação: a democratização do acesso ao ensino superior encontrava, até a instalação do PNAES, um obstáculo um tanto quanto geográfico: as limitações do território. De fato, agora era mais acessível a universidade, mas não o território ao qual ela se encontrava.

O desenvolvimento das políticas de assistência estudantil servira justamente como maneiras de driblar esses problemas, permitindo um possível uso do território como abrigo, já que, sem essas políticas, a universidade ainda não seria acessível aos discentes em maior vulnerabilidade e, assim, as relações capitalistas no território se tornariam maiores e vencedoras novamente, denotando o uso do território como recurso.

Palavezzini; Alves (2019) ainda apontam que, apesar do aumento do orçamento destinado ao PNAES entre 2008 e 2016, os recursos ainda são insuficientes para atender a todos os estudantes que necessitam do auxílio. Além disso, a distribuição dos recursos ocorre com base em critérios que não consideram as especificidades socioeconômicas dos estudantes, tornando o processo desigual entre as instituições.

Os resultados da pesquisa demonstram que houve aumento significativo dos recursos para a efetivação da assistência estudantil, porém, ainda não suficiente para a cobertura do público destinatário, caracterizando-se pelo localismo nos mais “carentes”, por meio da priorização do pagamento de bolsas, em detrimento às outras áreas prescritas no decreto (Palavezzini; Alves, 2019, p. 3).

O ponto destacado anteriormente sobre a priorização do pagamento de bolsas em detrimento de outras áreas fundamentais, como moradia, alimentação, saúde e apoio pedagógico remete a ideia que esse modelo reduz a assistência estudantil a um aspecto puramente financeiro, desconsiderando outras necessidades dos estudantes para sua permanência e desempenho acadêmico.

Emprestando um termo legal, o pagamento das bolsas pode ser visto como um *bail-out*, ou seja, uma espécie de “fiança”. Os programas de assistência realmente são importantes para fixação dos estudantes migrantes (e até mesmo dos não migrantes), mas ao pagar apenas as bolsas, ignorando as reais necessidades desses indivíduos, destaca o desinteresse pelo abrigo e a valorização pelo recurso no uso do território.

A discussão se enriquece com as contribuições de Recktenvald; Mattei; Pereira

(2018), que analisam o PNAES a partir de diferentes abordagens epistemológicas, no contexto das políticas sociais de desenvolvimento adotadas no Brasil entre 2003 e 2016. Os autores abordam o tema por seis diferentes perspectivas: positivismo, utilitarismo, funcionalismo, sistemismo, dialética e complexidade. Cada uma das perspectivas utilizadas permite discutir a assistência estudantil e sua relação como o uso do território.

A análise positivista apresenta o PNAES como um instrumento governamental voltado para o acesso-permanência nas universidades públicas federais. Criado pelo Decreto nº 7.234/2010, o programa busca democratizar o ensino superior reduzindo desigualdades socioeconômicas e regionais. No entanto, como apontamos autores, para consolidar-se como uma política pública efetiva e duradoura, o PNAES precisaria ser transformado em lei, uma vez que os decretos são suscetíveis a mudanças de governo.

Isso remete diretamente ao que foi tratado anteriormente com Santos (2005), onde a formulação de regras em um território por agentes externos à ele criam problemas e limitações no território. Pode-se pensar que, nessa perspectiva positivista, o auxílio-permanência não é consolidado como lei pois, para o capital externo investido na mão-de-obra qualificada, é interessante ter a possibilidade alterar dinâmicas para saciar as vontades capitalistas.

Na perspectiva utilitarista, Recktenvald; Mattei; Pereira (2018) mostram os benefícios do PNAES são analisados sob a ótica dos diversos *stakeholders* envolvidos. Para o governo, o programa fortalece a imagem política e promove a inclusão social. Para os estudantes, ele oferece suporte financeiro e estrutural, possibilitando a continuidade dos estudos. Para os pais, representa um alívio ao garantir que seus filhos recebam assistência adequada, enquanto professores e gestores universitários se beneficiam de um ambiente acadêmico mais estruturado.

Essa perspectiva reforça a ideia implantada pela Globalização onde o suporte financeiro é um sinônimo de inclusão e solução dos problemas ao uso do território. Na verdade, a realidade de muitos discentes é que o auxílio nem sempre acompanha o ato da matrícula, e a manutenção no território se torna nebulosa devido à incerteza de acesso a esse recurso.

A visão funcionalista enfatiza o papel do PNAES como um mecanismo de solidariedade dentro da universidade pública. No entanto, o estudo aponta uma disfunção relacionada ao SISU, pois ao permitir que alunos ingressem em

universidades distantes de sua residência, o sistema retoma o problema da permanência, pois muitos estudantes enfrentam dificuldades para se manter em cidades diferentes. A falta de infraestrutura e recursos adequados para moradia e alimentação reforça a dificuldade de usar o território, mesmo com a presença dos auxílios.

Precisamos entender que a abordagem funcionalista reconhece a função (ou papel) dos programas de permanência, mas também é possível identificar disfunções relacionadas a esses programas. Afastando-nos um pouco do PNAES e olhando para outros elementos que integram o sistema de educação pública brasileira, em específico ao binômio acesso-permanência, vemos que tanto o modelo de acesso quanto o de permanência precisam atuar em complementaridade, semelhantemente à divisão do trabalho de Durkheim (1978). Contudo, o fortalecimento do Acesso não observou um esforço correspondente na Permanência (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018, p. 412).

O olhar sistêmico reconhece o PNAES como um subsistema dentro do modelo educacional brasileiro, interligado a outras políticas como o REUNI, a Lei de Cotas e o SISU. Sugere que um maior equilíbrio entre os investimentos no acesso e na permanência é essencial para evitar descompassos no sistema educacional. Em vez de reduzir investimentos no acesso, os autores defendem um aumento proporcional nos recursos para a permanência estudantil.

Na abordagem dialética, os autores destacam a necessidade de melhorias contínuas no PNAES. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) propõe ações como a ampliação de equipes de profissionais para assistência estudantil, a criação de creches universitárias, a construção de restaurantes universitários (RU's) e moradias estudantis, além da transformação do PNAES em uma política de Estado.

Considerando os desafios a serem superados, podemos nos reportar a Benson (1987), que defende que quatro elementos fundamentais devem ser desenvolvidos nos estudos organizacionais: a produção social, a totalidade, as contradições e a prática. O PNAES foi resultado de uma produção social do FONAPRACE e *stakeholders* afetados; faz parte de um sistema maior que precisa ser investigado na totalidade das suas relações; tem contradições que precisam ser dialeticamente complementadas em melhorias contínuas, para ter uma nova prática que componha um sistema equilibrado no futuro (Recktenvald; Mattei; Pereira, 2018, p. 417).

Essa última perspectiva permite, como foi apontado no início deste subcapítulo, perceber os fatores materiais atrelados ao território que limitam ou viabilizam o uso do

território são importantes para a compreensão do papel das políticas de auxílio-permanência para o entendimento da temática. Creches, RU's, moradias estudantis, são elementos que fazem parte da configuração territorial de um município que abriga uma Instituição de Ensino Superior Federal, ou pelo menos deveria ser.

Ausentar-se de tais aparelhos cria um problema importante ao analisar o uso do território: o estudante migrante, que se fixa em um novo território, não usa apenas os serviços e espaços limítrofes à universidade. Esses estudantes estão presentes no funcionamento da cidade, através do acesso à serviços como bancos, lojas, farmácias, hospitais, entre tantos outros.

As políticas de auxílio-permanência precisam levar em conta que o uso do território deve ser feito como abrigo, ou seja, um bem comum, um direito a ser exercido. Desse modo, esses discentes necessitam da capacidade de participar ativamente do território de destino.

4.2.2 A PRACE da UNIFAL-MG: condicionante no uso do território

A execução correta de políticas públicas de assistência estudantil é importante para o funcionamento da universidade, da qualidade de vida dos discentes e do uso do território como abrigo. Desse modo, ao analisar o caso específico de Alfenas (MG), através do auxílio permanência⁹ oferecido pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) da UNIFAL-MG, evidencia-se como existem lacunas presentes no entendimento dos auxílios, desde seu orçamento até sua aplicação de fato.

Entende-se que as ações do Plano Nacional de Assistência Estudantil são coordenadas na UNIFAL-MG pela PRACE, por meio de programas, projetos e auxílios articulados às demais políticas institucionais (UNIFAL-MG, 2025). Cada Universidade federal possui uma Pró-reitoria que desempenha essas funções, podendo ter nomes diferentes, como Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) na UFRGS, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) na UFS ou Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PROEST) na UFES, por exemplo. De certo modo, possuem a mesma função: analisar,

⁹ É interessante ressaltar que em maio de 2024, enquanto esta pesquisa já estava em execução, houve uma alteração no valor do auxílio permanência da UNIFAL-MG. Como informou a PRACE (2024), os perfis de maior vulnerabilidade socioeconômico, ou seja, os classificados entre 0 e 7, irão receber o mesmo valor de R\$ 700,00, além de poderem acessar outros serviços oferecidos pelo PNAES e aplicados pela PRACE, como por exemplo, o auxílio alimentação.

manter e coordenar, de maneira correta, os auxílios aos discentes.

Para melhorar explicar, é importante o que aponta Barbosa (2014), que afirma como a exclusão social tem sido um fator determinante na dificuldade de acesso ao ensino superior, especialmente nas universidades públicas. A UNIFAL-MG, por meio da PRACE, oferece auxílios como alimentação, permanência, creche, apoio pedagógico e participação em eventos. Esses auxílios são financiados pelo PNAES, criado para garantir melhores condições de permanência no ensino superior.

A autora inda destaca que os auxílios são distribuídos pelas Universidades, mas a orçamentação dos valores necessários para atender a população total de discentes em situação de vulnerabilidade (maior ou menor) não é feita pela instituição, mas sim pelo próprio Ministério da Educação (MEC). Desse modo, o dinheiro que a PRACE recebe do PNAES não é, realmente, pensado na realidade do território alfenense, já que não leva em conta como o território de Alfenas (MG) é usado e, justamente, as limitações em seu uso.

Afirma também que a verba do PNAES destinada à UNIFAL-MG aumentou significativamente entre 2011 e 2014, refletindo a crescente demanda dos alunos por assistência financeira. Em 2014, a universidade recebeu R\$ 4.693.014,00 para financiar os auxílios estudantis. Barbosa (2014) aponta que a cada sete estudantes, um recebe algum tipo de bolsa, denotando a importância do programa para a manutenção dos alunos em vulnerabilidade na universidade.

Um dos desafios enfrentados pelos estudantes de baixa renda em Alfenas (MG) é o alto custo de vida na cidade (*idem*), incluindo moradia e transporte. Muitos alunos moram em bairros periféricos e não possuem condições de trabalhar devido à carga horária dos cursos, o que os torna dependentes das bolsas assistenciais.

Por tratar-se de uma cidade universitária, o custo de vida em Alfenas é bastante elevado para todos os universitários, inclusive para aqueles que são alfenenses e que também dependem de algum tipo de bolsa-auxílio da PRACE. Muitos deles, inclusive, moram em bairros distantes e por conta, dos estudos ficam impossibilitados de trabalhar, principalmente nos cursos ofertados em período integral (Barbosa, 2014, p. 2).

Como será apontado na próxima subseção desse capítulo, pode-se notar atualmente que os estudantes, em especial os migrantes, vêm ocupando residência no centro da cidade, principalmente pela proximidade com a Sede da UNIFAL-MG. Formam-se as repúblicas, onde ocorre a divisão do valor do aluguel entre estudantes,

normalmente entre dois ou mais.

Porém, o que aponta Barbosa (2014) está muito correto, mesmo vendo esse movimento contrário em relação aos bairros que habitam, os discentes preferem o centro pela proximidade geográfica à universidade, mas também, pois o uso do território se torna mais palpável ao pensar a proximidade com os serviços em geral promovidos por Alfenas (MG), que à grosso modo, não apresenta subcentros desenvolvidos que podem saciar a necessidade da população, criando no centro o típico papel de estruturação das atividades econômicas e essenciais como um todo.

O que não acaba sendo comentado com a frequência e importância que tem é a estrutura das residências no centro. Também característico de uma cidade com um centro mais antigo, as casas ali presentes possuem estruturação datada na década de 1970, sendo assim, boa parte não possui manutenção ativa, ou até mesmo, qualidade como um todo. Cria-se um uso do território como recurso, visto que a valorização do custo e do lucro ultrapassa o entendimento que o território deve ser usado por todos com equidade e qualidade.

O uso do território, portanto, fica parcialmente limitado nessa realidade. Ao necessitar dos auxílios, e pensando que os mesmos são orçamentados pelo MEC e não pela própria universidade, assim, muitas vezes alguns elementos importantes para a vida em um território são deixados de lado, por exemplo, o lazer, que mesmo não parecendo essencial, é sim um ponto extremamente importante no uso do território.

Ao utilizar a palavra “limitação”, entende-se também que, no período da Globalização, as dinâmicas capitalistas se instalam no território como um todo (aí a escala local-global do capital), e assim, torna-se necessário o uso de dinheiro para que se possa acessar ao território de maneira plena.

É possível pensar em exemplos ao olhar para os serviços que tornam a cidade atrativa, lembrando do que foi dito anteriormente com Contel (2010). Para acessar a universidade pública, o aluno não precisa pagar uma mensalidade. Porém, precisa sim pagar aluguel, contas (em geral), transporte, entre outros. O auxílio oferecido pelo PNAES ajuda e, em muitos casos, realmente cobre essas despesas.

O grande problema se encontra ao pensar que, como citado, outras coisas se tornam importantes e não estão, necessariamente, pensadas no valor do auxílio. São exemplos disso lazer, compra de coisas básicas como roupas (principalmente para

cursos que realizam trabalho de campo, como Geografia e Biologia), entre outros.

Esses serviços, que se tornam de difícil acesso pois não fazem parte, necessariamente, do orçamento, criam, portanto, recortes do território que são de difícil uso. Não é difícil visualizar porque algumas partes do território alfenense são usadas apenas por certos grupos de pessoas, fica claro observando como a limitação do uso do território é causada, justamente, por fatores financeiros.

Abordar com mais profundidade essas limitações no uso do território pelos estudantes migrantes acabam sendo essenciais, visto que suas vivências no território são importantes para o entendimento de como Alfenas (MG) permite ou deixa de permitir um uso do território como abrigo.

4.3 USO DO TERRITÓRIO PELOS ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG

É interessante pensar quem são os estudantes migrantes assistidos pela PRACE na UNIFAL-MG, ou seja, caracterização desses indivíduos. Abordando aspectos demográficos que são relevantes para o entendimento de quais indivíduos realizam a mobilidade estudantil com fim de instalação temporária no território de destino.

4.3.1 Perfil dos Discentes com auxílio permanência da UNIFAL-MG

A primeira pergunta buscou analisar a idade dos estudantes migrantes assistidos pela PRACE. Pode-se observar que as idades variam entre 19 e 29 anos, porém, nota-se uma concentração de discentes que estão entre 21 e 24 anos de idade. Aqui detecta-se o que foi dialogado anteriormente com Rigotti, Signorini e Hadad (2020), onde a migração ocorre em peso dentro de um determinado recorte etário.

Indivíduos mais jovens possuem mais facilidade de migrar do que pessoas que já possuem a idade um pouco mais avançada, visto que jovens, mesmo possuindo suas responsabilidades, ainda se encontram com maiores possibilidades de deslocamento, justamente pela ausência de filhos, por exemplo.

A segunda questão tratou o gênero ao qual os participantes se identificam. As opções de resposta buscaram ser mais abertas, deixando como opções: feminino, masculino, não-binário e outro. Porém, as respostas giraram em torno de apenas duas

opções: feminino e masculino.

Os dados primários mostraram que a grande maioria é feminina, com 65% de participantes sendo mulheres, e o restante, 35%, sendo homens. Esse elemento também foi abordado anteriormente, sendo a 7ª Lei de Ravenstein (1885), onde o autor afirma que mulheres migram mais que os homens.

Mas acaba sendo uma afirmação simplista e necessita de uma reflexão sobre o dado. Mulheres migram mais pois os movimentos espaciais estão historicamente atrelados com a busca por oportunidades e, de certo modo, melhora na qualidade de vida. Para o caso feminino não é diferente, a opressão de gênero presenciada mundialmente ao longo da história e que se mantém de certo modo até hoje, cria a necessidade de migrar.

A mulher não migra mais buscando o ensino superior público e de qualidade pois é um “sonho” ou uma “boa ideia”, pois como dito anteriormente, são debates supérfluos. A mulher migra mais pois, como pode ser compreendida a realidade partir do método materialista histórico-dialético, ela está diante dinâmica de mercado capitalista que irá exigir dela um preparo muito maior para poder ser tratada com dignidade, não exigido da mesma maneira do homem.

A terceira questão indaga a etnia ao qual se identificam. Existe uma predominância de discentes que se identificam como brancos (60%), enquanto em seguida vêm os pardos (25%) e por fim os negros (15%). É notável que, mesmo com as políticas de cotas e assistência estudantil, a universidade pública ainda apresenta uma enorme dificuldade em tornar acessível o ensino superior público para pessoas pretas e pardas.

Isso na verdade não é exclusivo da UNIFAL-MG. Schwartzman (2006) aponta que, durante o período de expansão das universidades pelo REUNI, no início do século XXI, nota-se que a inclusão de indivíduos pretos e pardos começa a aumentar, principalmente pelo desenvolvimento como a política de cotas, mas que na verdade o grande problema é o “gargalo” no ensino médio, ou seja, a dificuldade que essas pessoas encontram ao tentar terminar o 2º grau.

Essa dificuldade reflete na ausência desses indivíduos em sua totalidade nas universidades públicas, pois mesmo que os serviços oferecidos nas cidades médias atraiam essas pessoas, ainda sim a dificuldade que é imposta a elas pelo processo histórico brasileiro, cria um uso do território limitado, já que o ensino superior público

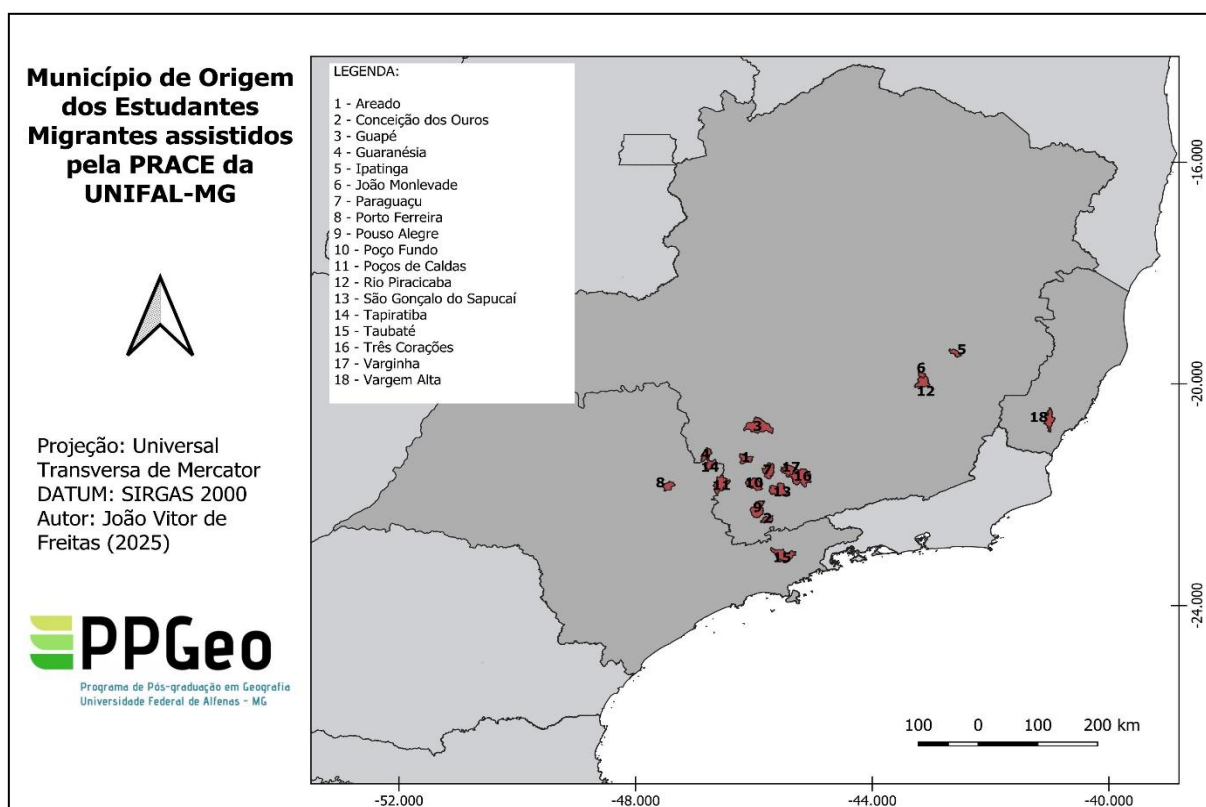
se torna, muitas vezes, um objetivo quase inatingível.

Outras informações foram requisitadas aos participantes, pensando na possibilidade de entender melhor o perfil dos mesmos. Foi levantado a questão sobre os municípios de origem de cada um. Como foi possível observar, dos vinte estudantes analisados, apenas quatro não são de Minas Gerais, sendo eles de Porto Ferreira (SP), Taubaté (SP), Tapiratiba (SP) e Vargem Alta (ES).

Esse dado remete à discussão do primeiro do capítulo, sobre a região de influência que cada cidade possui. Em Alfenas (MG), o ensino superior exerce influência em sua hinterlândia, em municípios como Areado (MG), Varginha (MG), Poços de Caldas (MG), Poço Fundo (MG), entre outros, mas ao mesmo tempo, atinge outros estados e, até mesmo, outras regiões brasileiras.

A Figura 9 auxilia no diálogo entre os dados primários obtidos e a espacialização dos mesmos, mostrando melhor a região de influência da cidade de Alfenas (MG).

Figura 9 - Municípios de origem dos estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG em 2025.



Fonte: Questionários, 2025, org.: João Vitor de Freitas.

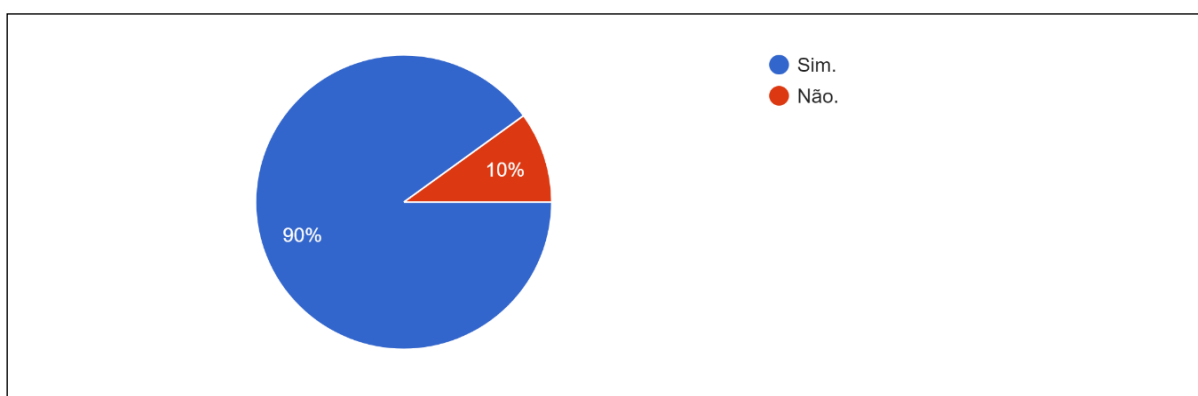
Como pode-se observar, mesmo a maioria dos participantes sendo

provenientes de municípios mineiros, ainda é notável que a facilitação do acesso ao ensino superior, através do ENEM e do SISU, ajudou a ampliar o número de discentes que chegam à UNIFAL-MG vindos de outro estado.

4.3.2 Acessibilidade e Limitações no Uso do Território

A mobilidade estudantil voltada para Alfenas (MG), em foco para a UNIFAL-MG, reforça o que foi trabalhado no capítulo anterior. Os principais fatores que tornaram Alfenas uma escolha para os estudantes, além da oferta de ensino superior, foram a proximidade com suas cidades natais, custo de vida relativamente mais acessível e oferta de emprego. Muitos relataram que a distância entre suas cidades de origem e Alfenas impossibilitava o deslocamento diário, justificando a necessidade de residir no município. Esse dado fica mais ilustrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - A relação entre a distância de Alfenas (MG) e do município de origem na escolha de migrar em 2025.



Fonte: Questionários, 2025.

Como pode-se observar, a distância é um fator determinante. Isso retoma a importância da cidade média na rede urbana regional, como já mencionado anteriormente nessa pesquisa. Os serviços, como apontou Contel (2010) remetem a atratividade que a cidade possui. Assim, a escolha de migração deixa de ser uma escolha de fato, já que se torna, muitas vezes, a única possibilidade de acesso ao ensino superior público.

É errado pensar, muitas vezes, que caso as Universidades públicas em cidades médias não existissem, o próximo destino seria realizar uma graduação nas capitais.

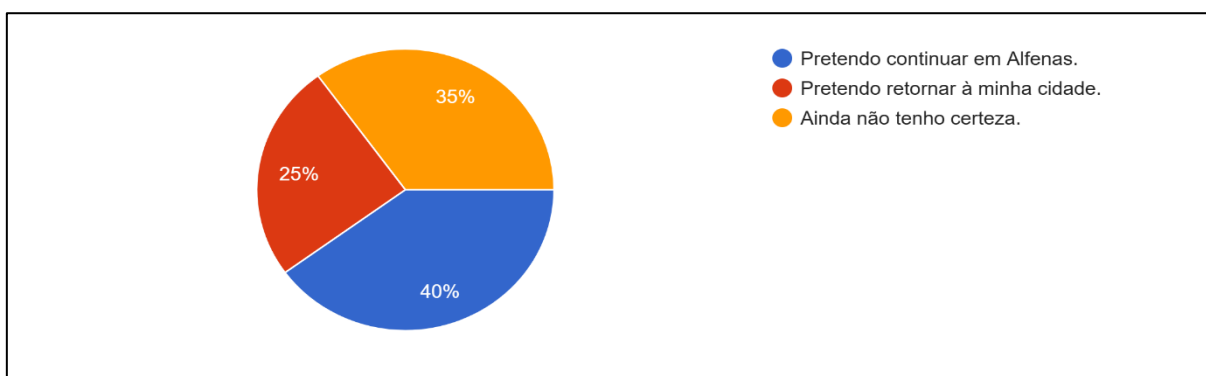
Na verdade, muitas vezes, o destino mais provável seria buscar uma universidade particular na própria cidade (ou na cidade vizinha) ou, em como pode-se perceber em vários casos, realmente não realizar o ensino superior.

Esse argumento é reforçado por outra questão presente na obtenção dos dados primários, que é a quantidade de vezes da qual os discentes retornam aos municípios de origem durante um semestre letivo. Como pode-se observar, 60% dos participantes retornam entre 4 a 5 vezes ou, até mesmo, mais de 5 vezes durante um período da universidade.

Isso remete a ideia de que, mesmo optando por instalar-se em Alfenas (MG), é a possibilidade de deslocamento com certa frequência que garante a escolha do território pelo estudante migrante. Somado a isso, em 2022, a viação Santa Cruz, empresa de transportes rodoviários presente em Alfenas (MG), após acordo com a universidade, começou a oferecer aos discentes do ensino superior da UNIFAL-MG a possibilidade de pagar a passagem com desconto de 30%.

Esse acordo foi renovado em 2024, o que reforça a questão já debatida aqui anteriormente: a oferta de serviços, como o transporte intermunicipal com um valor mais acessível, aumenta a possibilidade de migração e instalação de indivíduos e acaba por configurar uma cidade média. Como pode-se analisar pelo Gráfico 5, os discentes também afirmaram, em sua maioria (40%), que pretendem manter-se na cidade alfenense após a conclusão da graduação.

Gráfico 5 - Pretensão de estadia em Alfenas (MG) após a conclusão da graduação dos estudantes migrantes da UNIFAL-MG em 2025.



Fonte: Questionários, 2025.

Pensando em elaborar esse argumento, uma outra questão foi tratada, sobre os motivos que os levaram a migrar para o município, fora o ensino superior. A

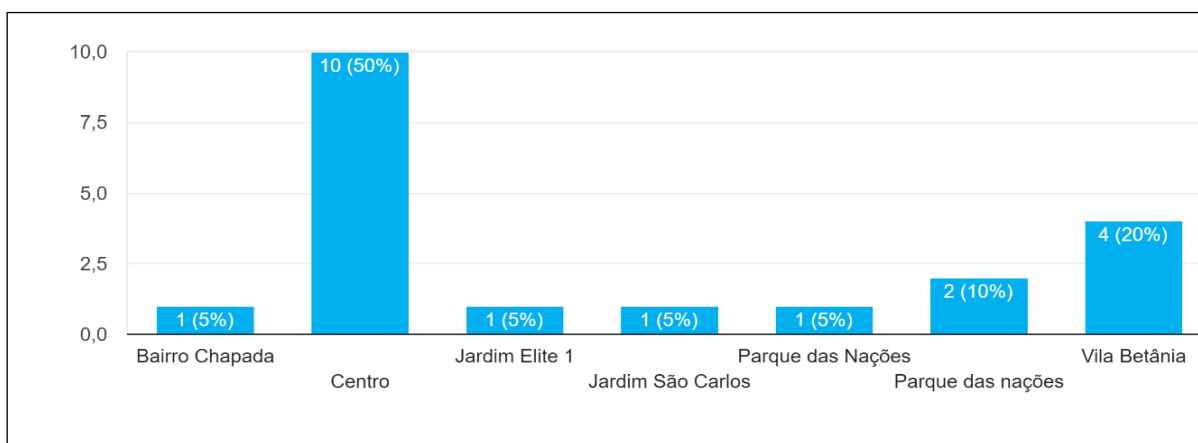
instalação desses discentes está fortemente atrelado com o que já foi tratado anteriormente através de Amorim Filho; Serra (2001), onde a fixação de migrantes está relacionada com as cidades médias e suas competências, entrelaçando-se com Contel (2010), onde os serviços são os responsáveis por isso.

Desse modo, os discentes afirmaram que existem serviços além do ensino superior público e de qualidade que os interessam no território alfenense, como por exemplo, a oferta de emprego, a presença de mais de uma modalidade em alguns cursos (bacharelado e a licenciatura), proximidade de amigos, oportunidades de lazer que não possuem em seu município de origem, a proximidade com a casa dos pais e o custo de vida mais baixo.

Em Alfenas (MG), os discentes se organizam de modo a compreender a realidade por eles vividas. Os estudantes moram predominantemente no Centro (50%) e em bairros como Vila Betânia (20%) e Parque das Nações (10%). A UNIFAL-MG é apontada como um dos principais pontos de encontro e circulação dos alunos.

Aqui pode-se resgatar o debate com Barbosa (2014), onde a autora aponta que diversos discentes assistidos pela PRACE encontram-se em bairro periféricos de mais difícil acesso. Essa realidade acaba sendo notada principalmente entre os alunos da UNIFAL-MG que já são de Alfenas (MG), mas aos estudantes migrantes, percebe-se uma concentração no centro da cidade, como apontaram os dados acima e como reforça o Gráfico 6.

Gráfico 6 - Bairros residenciais dos estudantes migrantes em 2025.

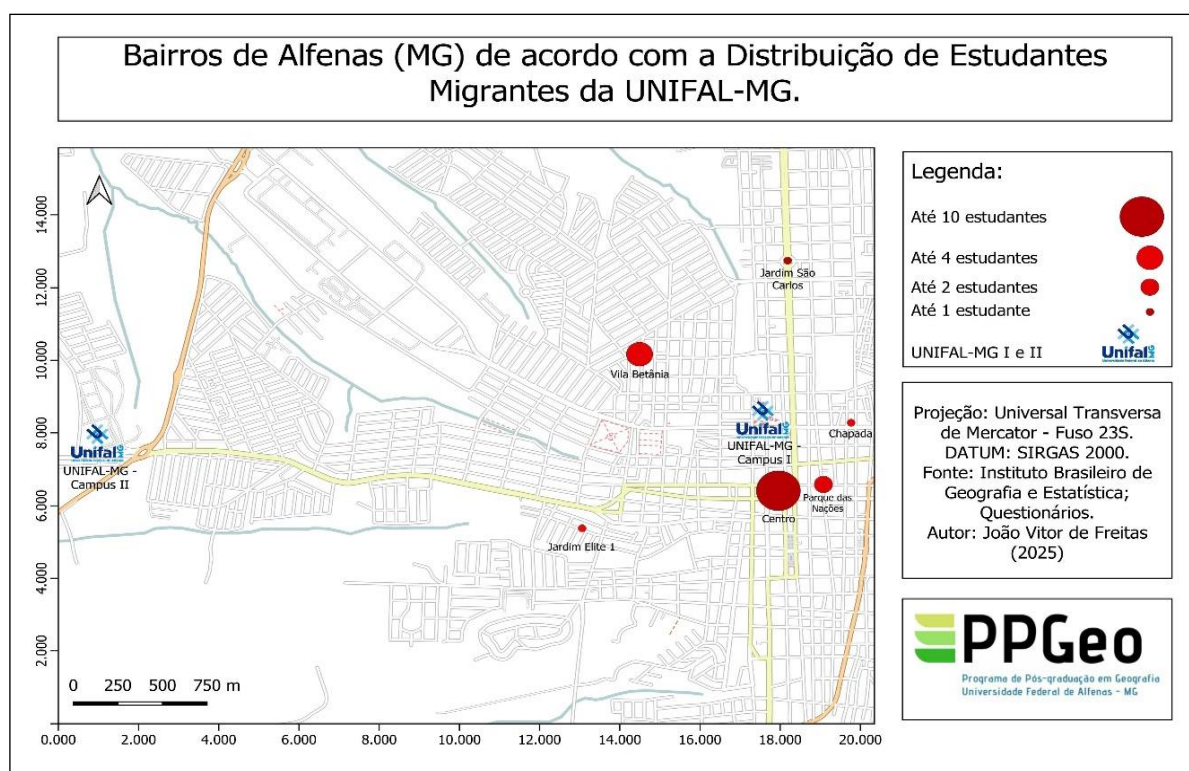


Fonte: Questionários, 2025.

Isso se deve pois, dentro das cidades esses serviços se organizam

especialmente de maneiras diferentes. Porém, é muito comum em municípios que se estruturam historicamente a partir de uma base rural forte, que os centros das cidades tenham uma concentração de certos elementos importantes à vida, como acesso à saúde e educação. A proximidade com a UNIFAL-MG sede, por exemplo, cria uma preferência pelo bairro, como mostra a Figura 10. Desse modo, os estudantes migrantes encontram no Centro de Alfenas (MG) uma oportunidade de acessar os serviços com maior facilidade, ao mesmo tempo que conseguem se mobilizar em repúblicas, facilitando a instalação desses indivíduos.

Figura 10 - Bairros de Alfenas (MG) de acordo com a distribuição de estudantes migrantes da UNIFAL-MG em 2025



Fonte: Questionários, 2025, org.: João Vitor de Freitas.

A habitação desses discentes é, de certo modo, geograficamente pré-condicionada, ao pensar que mesmo o Centro possuindo aluguéis mais caros, ainda é a preferência dos alunos que são assistidos pela PRACE. Outro elemento interessante é a questão do lazer, que faz parte da vida com qualidade e de um uso do território pleno.

Os estudantes migrantes afirmaram que são diversos os locais que frequentam, sendo eles lanchonetes, bares, praças, igrejas e o comércio central. Em modo geral,

a maioria desses serviços se encontram na parte central de Alfenas (MG), e torna o acesso mais fácil ao pensar que a proximidade a esses serviços é importante levando em conta um problema alfenense enfrentado pelos discentes: mobilidade urbana.

No ano de 2025, a Alfetur, empresa responsável por prover o transporte público através de ônibus circulares em Alfenas (MG), informou que o preço da passagem é R\$ 3,90. Pode-se imaginar como um valor acessível ao pensar que outras cidades médias em proximidade à Alfenas (MG) possuem uma passagem mais cara, como Poços de Caldas, que é R\$ 7,00.

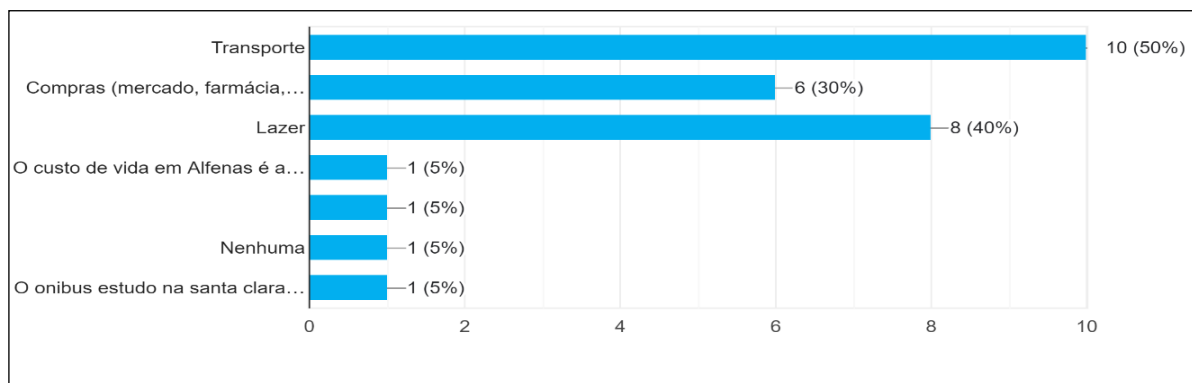
O estudante migrante que possui uma vulnerabilidade econômica, o transporte público se torna não uma opção, mas sim uma necessidade. De modo a esclarecer essa informação, é possível analisar, por exemplo, os cursos que apresentam aulas no campus II da UNIFAL-MG, no Bairro Santa Clara (também mostrado anteriormente na Figura 09).

Mesmo que a UNIFAL-MG ofereça horários de transporte próprio, ainda sim é necessário que os estudantes utilizem o ônibus circular da Alfetur devido aos horários limitados do ônibus universitário. Para um estudante que vai e volta de circular, durante 5 dias na semana, seu gasto é de R\$ 39,00 por semana, ou seja, R\$ 156,00 por mês.

Considerando que o auxílio permanência para os perfis de 0 a 7 da UNIFAL-MG são do valor de R\$ 700,00, a quantidade de dinheiro gasta pelos discente por um transporte que não é opcional a eles é 22,1% do o auxílio. Isso quer dizer que o uso do território do discente será limitado pelo transporte, já que ele acabará sempre sendo colocado em uma escolha difícil, já que conhecer lugares diferentes de Alfenas (MG) significa um gasto a mais de um valor que não compreende sua realidade.

Essa informação é muito esclarecida pelo Gráfico 7, onde os discentes, ao serem questionados sobre quais eram suas principais dificuldades ao usar o território de Alfenas (MG), destacaram o problema com transporte, e, especificamente, tratando do transporte público intramunicipal.

Gráfico 7 - Principais dificuldades no uso do território pelos estudantes migrantes em 2025.



Fonte: Questionários, 2025.

É importante esclarecer que, na verdade, os problemas relacionados a compras e lazer também são problema que envolvem mobilidade urbana. Pode-se pensar como exemplos o fato de um dos maiores mercados atacadistas do município, o Mart Minas, se encontrar na saída da cidade. Torna-se quase impossível ir e voltar de ônibus com uma compra feita para um mês.

Do mesmo modo, o lazer se limita, uma vez que os discentes demoram mais para conhecer parcelas do território de Alfenas (MG) que não são facilmente acessíveis a partir do Centro, como por exemplo, o Clube do Serviço Social da Indústria (SESI), que permite atividades variadas e sem custo, porém, existe um curto no transporte para ir e voltar de lá.

Nota-se o mesmo exemplo ao tocar em um assunto extremamente importante, que é a saúde. Os serviços de saúde também foram citados como de difícil acesso para os universitários não residentes originais de Alfenas. Tanto o Hospital Universitário Alzira Vellano quanto a Santa Casa de Alfenas se encontram distantes do centro e são, principalmente com alguma enfermidade, de difícil acesso. Isso esclarece o motivo de 80% dos questionados considerarem o preço da passagem de ônibus inadequado para a realidade estudantil.

O uso do território não é totalmente limitado, mas sim parcialmente. Os estudantes migrantes não possuem total ausência de lazer, transporte e possibilidade de compras, mas possuem um déficit. Isso significa que a limitação por eles vivida, em um período de quatro anos (pensando em uma graduação), gera um desgaste e

insatisfação com o território.

4.4. A CIDADANIA DOS ESTUDANTES MIGRANTES ASSISTIDOS PELA PRACE DA UNIFAL-MG

O conceito de cidadania tem sido amplamente debatido e evoluiu ao longo da história. Ser um cidadão na Grécia Antiga, como afirmam Costa; Ianni (2018), significava ter direitos políticos e participar das decisões da *polis*, mas era restrita a um grupo seleto de homens livres. Com o tempo, a cidadania passou a ser fundamentada no contrato social (visível em contratualistas como John Locke e Thomas Hobbes), que destacaram a relação entre indivíduos e o Estado. A Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ajudaram a consolidar a noção de que os direitos devem ser garantidos pelo Estado.

Como apontam os autores, no século XX, T.H. Marshall propôs um modelo de cidadania dividido em três dimensões: direitos civis (século XVIII), direitos políticos (século XIX) e direitos sociais (século XX). Esse mesmo modelo é amplamente discutido e vêm sendo abordado nessa pesquisa por Haguette (1982).

Com base no resgate histórico realizado pela autora, percebe-se que o status de cidadão se manifesta ao reconhecer um indivíduo como parte de um Estado-nação. No entanto, é fundamental compreender que esse status não implica automaticamente o pleno atendimento de seus direitos. Um exemplo disso é a impossibilidade de exercer certos direitos políticos, como o voto.

Dessa forma, a conquista desses direitos ocorreu de maneira gradual ao longo da história, marcada por eventos que contribuíram para a consolidação da cidadania na forma que conhecemos hoje. Contudo, como destaca Haguette (1982), há uma distinção fundamental entre ter consciência da existência desses direitos e efetivamente exercê-los, sendo essa questão um ponto central desta pesquisa.

A autora evidencia também que o problema da cidadania no Brasil é estrutural, pois a principal dificuldade em sua plena implementação reside no fato de que o Estado tende a adotar uma abordagem limitada, atendendo apenas de forma superficial alguns aspectos básicos da cidadania.

O processo de desenvolvimento da cidadania no Brasil, assim como em outros países da América Latina, esteve estreitamente associado a políticas populistas que colocaram o Estado em difícil situação: forçados a

implementar os direitos dos cidadãos no sentido de obterem legitimidade e poder, não foram capazes de, realmente, garantir o exercício efetivo dos mesmos direitos (Haguette, 1982, p. 125).

A autora também contribui ao definir as três esferas da cidadania: direitos civis, políticos e sociais (assim como fizeram Costa; Ianni, 2018). Os direitos civis estão diretamente ligados à liberdade de expressão e crítica do indivíduo, enquanto os direitos políticos dizem respeito à participação em processos eleitorais, sindicatos e formas de oposição. Já os direitos sociais referem-se às necessidades básicas, como alimentação, saúde e moradia, garantindo condições dignas de vida.

Se a cidadania está diretamente vinculada ao Estado, pode-se afirmar que há um déficit de cidadãos em todo o território brasileiro. Para esclarecer essa ideia, considera-se o seguinte raciocínio: como a cidadania é composta pelas três esferas mencionadas – civil, política e social –, a ausência de qualquer uma delas, mesmo que apenas uma, impede a existência plena da cidadania.

Costa; Ianni (2018), apontam que na sociedade contemporânea, a Globalização ofusca a noção tradicional de cidadania, criando situações em que o vínculo com o território nacional pode ser relativizado. A cidadania ainda é um instrumento de inclusão e exclusão, sendo usada para definir quem tem acesso a direitos e quem é marginalizado. Esse fenômeno é evidente nas crises migratórias e na luta dos refugiados por reconhecimento e direitos.

Mas também é notada de maneira interna ao território. É possível que o desrespeito a uma das três esferas da cidadania, como apontado acima, possa gerar um empecilho na caracterização de um indivíduo como cidadão. Acredita-se que esse desrespeito possa ser atrelado a limitações no uso do território, visto que priva indivíduos de direitos básicos.

Para Costa; Ianni (2018), a cidadania pode ser classificada em diferentes níveis. O cidadão pleno participa ativamente da política e tem garantidos seus direitos e deveres. O cidadão politicamente passivo possui direitos, mas não se engaja politicamente. Já o cidadão tutelado depende do Estado para exercer seus direitos, como crianças e pessoas com deficiência.

O que mostram os autores é visível na grande obra de Santos (1987), onde o autor trabalha não necessariamente com as diferentes classificações, mas cria uma tipologia para o cidadão brasileiro: o cidadão mutilado. Em seu livro, explora a relação entre cidadania e espaço geográfico, demonstrando como a organização do território

influencia o acesso aos direitos e a participação na sociedade, argumentando que a cidadania não se resume ao *status* jurídico, mas envolve também a capacidade de exercer direitos de forma plena e igualitária, algo que, no Brasil, é profundamente desigual.

Santos (1987) inicia o livro questionando a existência real da cidadania no Brasil. Observa que, embora todos os indivíduos tenham direitos formais garantidos, na prática, esses direitos não são efetivamente acessíveis a todos. Essa situação se dá devido a uma série de fatores estruturais, incluindo a desigualdade socioeconômica e a distribuição territorial dos serviços e oportunidades. Para o autor, o Brasil é um país onde há cidadãos de diferentes classes, e muitos sequer têm consciência de sua condição de não-cidadãos.

Nos países capitalistas avançados, os serviços essenciais são, sobretudo, incumbência do poder público, e sua distribuição geográfica é consentânea com o provimento geral. As distâncias porventura existentes são minimizadas por transportes escolares ou hospitais gratuitos. Não se trata de salário indireto, pois tudo isso é devido a todos os cidadãos, com ou sem emprego, ricos ou pobres. Trata-se da busca de uma equidade social e territorial. Outros países capitalistas, como o Brasil, ainda não quiseram definir o que são tais serviços, nem adotar um distributivismo geográfico que sirva de base à desejada justiça social (Santos, 1987, p. 142).

O autor compara países que possuem uma tradição de cidadania consolidada com aqueles onde essa construção é frágil. No Brasil, a cidadania tem sido historicamente limitada a determinados grupos sociais, e sua evolução ocorreu de maneira fragmentada. O neoliberalismo, como aponta, agrava essa situação ao enfraquecer direitos sociais e políticos, criando uma "cidadania atrofiada", na qual muitos são excluídos dos benefícios que o Estado deveria garantir.

Analisa também o conceito de "não-cidadão" no Terceiro Mundo, especialmente no Brasil, onde a combinação de fatores históricos e políticos gerou um modelo de exclusão. O crescimento urbano acelerado, a precarização do trabalho e a falta de acesso a serviços essenciais contribuíram para a formação de uma sociedade desigual. Nesse contexto, muitos indivíduos são reconhecidos como cidadãos apenas formalmente, ou como afirma, um "estado de espírito", mas na prática não possuem acesso pleno a direitos fundamentais.

A cidadania, sem dúvida, se aprende. E assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se

manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções (Santos, 1987, p. 20).

O conceito de "cidadão mutilado" também é abordado pelo autor, que identifica como o Estado e suas instituições contribuem para a fragmentação da cidadania. Funcionários públicos sem mandato, estruturas burocráticas excludentes e políticas fiscais injustas reforçam desigualdades e impedem a plena participação dos indivíduos na vida política e econômica (*idem*). A arrecadação de impostos, por exemplo, penaliza mais as camadas populares do que as grandes corporações, o que evidencia um viés estrutural que prejudica os mais pobres.

Outro ponto central no livro é a influência do consumo na cidadania. Santos (1987) argumenta que, no Brasil, o cidadão foi transformado em consumidor, criando a ilusão de inclusão social através da capacidade de compra. No entanto, essa forma de inserção na sociedade é limitada e não substitui os direitos políticos e sociais que garantiriam uma cidadania plena. A mídia, segundo o autor, tem um papel fundamental nesse processo, ao reforçar a alienação e estimular o consumo desenfreado como forma de pertencimento social.

Pode-se concluir que, recuperando o que foi debatido com Costa; Ianni (2018) e pelo que foi apresentado com Santos (1987), a cidadania é de fato mutilada no Brasil. Pode-se pensar então que, como trouxeram os autores, o cidadão politicamente passivo e o cidadão tutelado são, na verdade, cidadãos mutilados, enquanto o cidadão pleno é aquele que goza de direitos que não são comuns a todos.

Se a cidadania é mutilada no território brasileiro pois existe uma prevalência do consumo, então, é possível que existam cidadãos que sejam mais mutilados que outros? E, se sim, como poderia ser explicado tal argumento? A resposta para ambas as perguntas está na categoria de análise território usado.

É possível refletir o seguinte: se a cidadania está interligada a acesso aos serviços que são direitos de um indivíduo, limitações no uso do território também geram limitações ao acesso desses serviços, o que gera uma cidadania mutilada. É, porém, evidente que o uso do território não é idêntico para todos os que habitam esse recorte espacial.

Os dados coletados e discutidos na subseção anterior revelam uma divisão quanto ao sentimento de cidadania desses indivíduos. Enquanto 35% dos participantes afirmam se sentir cidadãos em Alfenas, 40% dizem não ter certeza e 25% afirmam não se sentir cidadãos na cidade. Entre as justificativas para essas

respostas negativas em relação à cidadania, destacam-se: o distanciamento familiar e emocional, a pouca inclusão nos serviços municipais e a sensação de serem vistos apenas como estudantes temporários.

Como apontado, a cidadania é elemento contrário ao consumo (Santos, 1987), ou seja, o indivíduo vive, na realidade capitalista, uma cidadania mutilada pela máscara criada através do consumo, dando uma falsa sensação de pertencimento nas decisões que possui em sua vida. Para os estudantes migrantes assistidos pela PRACE da UNIFAL-MG, o espaço que habitam não é diferente.

Pode-se utilizar como um importante exemplo disso a pouca inclusão nos serviços do município. A visibilidade que o estudante migrante possui como uma população apenas temporária exclui os mesmos do planejamento do território. Desse modo, como podem ser incluídos os direitos civis, sociais e políticos, de maneira plena, se são vistos apenas como “passageiros”? A limitação no uso do território reforça essas características.

Essa limitação é reforçada pois são pessoas que “vivem no Centro”. Não estão nos bairros mais periféricos em grande número, não estão nos trabalhos registrados durante o dia, e desse modo, não usam o território da mesma maneira que usam os alfenenses, propriamente ditos. É criada uma ideia de “estrangeiro”, uma pessoa que, ao chegar em Alfenas (MG), não vêm necessariamente para ficar.

Mas os estudantes migrantes não deixam de fazer tais coisas por uma vontade própria: são condicionados a isso. Seu uso do território é diferente e limitado. Não estão nos bairros periféricos pois os meios de transporte extremamente caros limitam até onde podem usar o território, se torna quase uma barreira física. Não estão nos empregos formais pois, em grande maioria (principalmente cursos de saúde), estão em cursos integrais, então só lhes restam trabalhos informais, como os *free lances*.

Uma questão indagada aos discentes nos questionários ajuda a pintar uma imagem do que está sendo discutido, onde perguntou-se sobre a sensação de não ser bem vindo em determinados espaços de Alfenas (MG) por ser um estudante migrante. Os participantes informaram em suas respostas que, em sua perspectiva, nunca se sentiram repelidos de parcelas do território alfenense.

Cabe esclarecer, porém, que as informações são extremamente válidas, já que mostra como esse grupo de pessoas está condicionado a pensar pela organização territorial alfenense. Porém, pode-se analisar o seguinte: em Alfenas (MG), bairros mais nobres, como o Jardim Aeroporto, onde moram pessoas que possuem uma

renda maior, são bairros que estão segregados do restante da cidade.

Segregados, mas não de maneira negativa aos seus residentes. São bairros geograficamente separados, seja por falta de transporte público frequente até lá, seja por dificuldade de chegar fisicamente (caminhando, por exemplo) até lá devido ao alto declive, entre outros. É comum um discente, que estudou anos no território alfenense, ter ido pouquíssimas vezes até o Jardim Aeroporto.

Mas afinal, o que tem de tão interessante para que o aluno queira ir para esse bairro, ou outros bairros, toda semana, por exemplo? O território. Não é apenas sobre os serviços que existem em um bairro e que o tornam “interessante” (que no caso do Jardim Aeroporto, são vários, como clube de campo, pista de caminhada, praças, lanchonetes, entre outros), mas sim a capacidade de usar o território em sua plenitude.

Os discentes que não sentem que são repelidos ou bem vindos em certas parcelas do território não estão errados em pensar assim, até mesmo porque não é uma divisão escancarada, apenas nota-se após uma certa reflexão sobre o espaço de Alfenas (MG). A mutilação da cidadania já se torna presente, visto que o uso do território é feito, principalmente, pelo rico, em sua total capacidade.

O sentimento de cidadania, por si só, não é suficiente para um indivíduo ser caracterizado como cidadão. Possuir seus direitos respeitados sim, mas não apenas isso, perceber que o uso do território pleno é o que garante que esses direitos serão postos a prática. Se a psicosfera é parte do espaço e o território como sua materialização na tecnosfera, a cidadania em si está presente no espaço como algo imaterial, mas pode ser visualizada pela maneira com que as pessoas usam o território.

Ao mostrar as limitações no uso dos estudantes migrantes, como a dificuldade em se movimentar pelo território e pela dificuldade em utilizar de certos serviços pelo mesmo motivo, entende-se que vivem, de fato, uma cidadania mutilada. Mesmo os auxílios buscando sanar as necessidades desses estudantes, ainda é possível notar como sua realidade e suas limitações no uso do território ainda fazem parte do dia-a-dia vivido por esses discentes.

Portanto, pode-se evidenciar que existe também uma cidadania “menos” mutilada entre os estudantes migrantes que são auxiliados pela PRACE, já que possuem possibilidades de usar o território que alguns habitantes que são alfenenses, por exemplo, não possuem. Porém, ainda é claro a limitação, já que o valor do auxílio permanência não reflete a realidade de um uso do território pleno que tem como

produto uma boa qualidade de vida.

Os dados primários reforçam o argumento, pois como pode-se observar, os discentes que participaram afirmaram que, em suas perspectivas, Alfenas (MG) apresenta serviços que são de mais difícil acesso aos alunos. Pode-se entender que essa dificuldade está atrelada ao alto custo do transporte público e baixo investimento em lazer público por parte da gestão municipal. Observe as respostas no Gráfico 8.

Gráfico 8 - A dificuldade de acesso a serviços em Alfenas (MG) pelos estudantes migrantes da UNIFAL-MG em 2025.



Fonte: Questionários, 2025.

A dificuldade de acesso a esses serviços, porém, não é exclusiva dos estudantes migrantes. Os residentes naturais de Alfenas (MG), e aqui inclui-se os discentes da UNIFAL-MG que são de Alfenas (MG) também, passam por essa mutilação em sua cidadania e limitação em seu uso do território.

Desse modo, ao propor que o auxílio permanência oferece uma cidadania “menos” mutilada, refere-se ao fator comparativo com as pessoas que estão em Alfenas (MG) a priori, ou seja, que já vivem lá e já possuem, em sua realidade, uma cidadania mutilada, mas que nem sempre possuem amparo para suas necessidades, como pode-se perceber pelo auxílio.

Porém, mesmo os alunos recebendo o valor de R\$ 700,00, não pode-se classificar como “livres” da realidade do cidadão brasileiro: apenas possuem condições de acesso ao território levemente melhores que uma parcela da população

alfenense, pois ainda sim, não possuem sua realidade de estudante migrantes respeitada no valor do auxílio.

É preciso pensar, então, que as políticas públicas de auxílio permanência buscam garantir uma dignidade mínima aos indivíduos, mas ainda não permitem um uso do território pleno e, conseqüentemente, não permitem que um indivíduo se torne cidadão. A realidade socioespacial vivida por esses discentes abordados durante esta pesquisa resume um importante ponto: as políticas precisam partir da realidade local.

Esse argumento é presente na discussão feita por Santos (1996), onde o autor inicia sua argumentação defendendo que a geografia deve retomar seu foco no ser humano e na construção da cidadania, destacando que a desigualdade social impede que todos sejam cidadãos de fato. Dessa forma, a geografia cidadã deve atuar tanto na construção da cidadania quanto na construção da própria geografia a partir desse conceito. Discute, portanto, a oposição entre a "geografia do cidadão" e a "geografia dos *experts*", argumentando que a última, por ser elaborada por especialistas externos, muitas vezes não compreende a realidade local e política das comunidades.

O problema com o expert, pessoa geralmente externa às coletividades às quais vem estudar, é a sua frequente incapacidade em participar do cotidiano e em perceber, sem *partis pris*, o funcionamento político das coletividades. Na medida em que, a partir do cotidiano, o lugar hoje se impõe como dado central das pesquisas em ciências sociais, daí vem a fragilidade da geografia dos experts (Santos, 1996, p. 8).

Além disso, ele critica a fragmentação da geografia em especializações excessivas, que acabam por analisar apenas partes isoladas do espaço, sem considerar sua totalidade. Para ele, o espaço deve ser entendido em sua forma plena, como "espaço banal", um conceito que engloba todas as interações humanas, independentemente de classe social ou instituição.

Também enfatiza o autor a importância do cotidiano como categoria de análise geográfica (*idem*). Ele sugere que o cotidiano deve ser estudado a partir de três dimensões: corporeidade (a realidade física do indivíduo), individualidade (a consciência e percepção do mundo) e socialidade (as interações coletivas). Essas dimensões ajudam a explicar como o espaço influencia a vida das pessoas e vice-versa.

Aqui, fica claro como a formação territorial é um processo histórico único, e desse modo, Alfenas (MG) é um produto de seu processo histórico de formação. Quer

dizer que a realidade do uso do território no município é diferente do que se nota nas grandes capitais. É diferente do que se nota até mesmo em outras cidades médias, por exemplo.

Então, por que a realidade do estudante migrante auxiliado devido a vulnerabilidade socioeconômica deve ser enquadrada a uma realidade padronizada e generalizada? As políticas de assistência precisam levar em conta o que é proposto por Santos (1996), já que a corporeidade, individualidade e socialidade fazem parte da estruturação do cidadão.

É preciso repensar certos elementos do auxílio permanência, como o valor pago aos alunos. É necessário compreender que a realidade do uso do território não pode ser tratada como uma escala nacional, mas cabe a realização de estudos como esse, que entendem as particularidades do município e as limitações em seu uso, destinando assim o auxílio para pontos mais necessários aos discentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se notar, a cidadania é de fato mutilada para os estudantes migrantes, mesmo recebendo o auxílio permanência. O uso do território se mostra limitado, o que cria a ideia de que, mesmo em um território com grande oferta de serviços, ainda sim é possível que a cidadania e o acesso a esses serviços não sejam respeitados.

No primeiro capítulo, pode-se perceber que a atratividade das cidades médias acaba por ser um elemento importantíssimo na rede urbana regional e, como a pesquisa mostrou, para Alfenas (MG) é extremamente necessário, visto que sua oferta de serviços depende do mercado consumidor de sua região de influência. Porém, nota-se que a oferta de serviços não é necessariamente algo acessível para todos presentes no território

Alfenas (MG) possui oferta de serviços como transporte (entre cidades), mas apresenta horários limitados e que dificultam a circulação de pessoas. Apresenta uma universidade pública, mas que possui diversos cursos integrais, o que descarta o discente que necessita trabalhar durante o dia. Oferece cursos em uma universidade particular, porém os preços são abusivos em muitos cursos.

Essa ideia remete que, mesmo possuindo diversos serviços que a tornam importante em sua hinterlândia, não são serviços do qual toda população que migra para Alfenas (MG) ou, até mesmo, já é natural do município, consegue acessar. Cria-se a ideia de que, mesmo as cidades médias não apresentando os problemas das “deseconomias de aglomeração”, ainda não conseguem fornecer acessibilidade a serviços de maneira igualitária.

No segundo capítulo, a migração mostra-se como um fenômeno multifacetado, sendo assim, é preciso entender suas diversas características. A mobilidade estudantil com foco nos movimentos pendulares não é mais o elemento mais visível, visto que a mobilidade estudantil com intuito de instalação temporária, como foi visto nesta pesquisa, reforça que as políticas de auxílio permanência criaram novas trajetórias migratórias.

É preciso, porém, pensar que os movimentos pendulares ainda possuem grande importância e continuarão sendo discutidos, já que o auxílio permanência, mesmo sendo extremamente importante e uma ajuda financeira necessária, não é capaz de sanar todas as necessidades dos estudantes migrantes no território de

destino.

Além disso, foi visto que o uso do território é importante para a compreensão dos movimentos migratórios, já que mostra a trajetória do migrante como algo perceptível, ou seja, é possível entender a migração e sua relação com o espaço geográfico de acordo com as maneiras que os grupos migratórios (nesse caso, os estudantes migrantes) usam o território.

No terceiro capítulo, a cidadania toma posição central na discussão, e é formulada a partir da ideia de que, no Brasil, os cidadãos já são mutilados, possuem uma falta ideia do que é ser cidadão, abafada pelo consumismo, e por isso, não reivindicam seus direitos políticos, civis e sociais que, em muitas realidades territoriais, são desrespeitadas.

Pode-se observar como na realidade do estudante migrante em Alfenas, as políticas estudantis ajudam, mas não são suficientes para permitir um uso do território pleno, gerando, portanto, problemas em uso do território e acesso a serviços que são básicos para uma cidade, como o transporte. Pode-se esclarecer também outro ponto importante, onde a cidadania não deve ser pensada apenas quando a migração é internacional, já que migrantes internos também precisam de seus direitos respeitados em um novo território.

Portanto, trabalhar a cidadania junto ao uso do território pode fazer parte das pesquisas que virão e que envolvam a migração, já que a temática é pouca debatida. Um exemplo é pensar como outras variáveis atreladas ao migrante criam limitações no uso do território, como a criminalidade no ponto de destino ou, até mesmo, a marginalização do migrante como um fator de impedimento de sua formação como um cidadão.

É também interessante pensar como outras universidades no Brasil, não apenas a UNIFAL-MG, vêm passando por situações parecidas, onde seus discentes não usam o território de maneira plena e não exercem sua cidadania onde habitam para cursar o ensino superior. Essa escala nacional torna-se um ponto interessante para futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. C. As cidades médias e suas inserções nos espaços regionais: o contexto do Sul de Minas. **Revista Territorium Terram**, São João del-Rei, v. 3, n. 5, p. 64–79, 2015. Disponível em: https://seer.ufsj.edu.br/territorium_terram/article/view/865. Acesso em: 15 mai. 2025.
- AMORIM FILHO, O. B. **Contribution à l'étude des villes moyennes au Minas Gerais, Formiga et le Sud-Ouest du Minas Gerais**. 1973. 361 f. Tese (Doutorado de IIIème cycle) – Université de Bordeaux III, Bordeaux, França, 1973.
- AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**, Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 15–40.
- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **RA'E GA – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 13, p. 7–18, 2007. DOI: 10.5380/raega.v13i0.7784.
- ARAÚJO, A. C. **Relação entre a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a migração interna por motivo de estudos nas cidades-polo de apoio presencial em Minas Gerais**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais e cidadania. *In*: TURRA, C. M.; CUNHA, J. M. P. (org.). **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, 2012. v. 4.
- BARBOSA, L. S. A política de assistência estudantil da UNIFAL-MG e a desigualdade socioespacial entre os alunos alfenenses. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais eletrônicos [...]** Vitória: AGB, 2014. Disponível em: <https://www.cbge2014.agb.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2025.
- BARTLETT, L.; RODRÍGUEZ, D.; OLIVEIRA, G. Migração e educação: perspectivas socioculturais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 15–30, jan./mar. 2015. DOI: 10.1590/S1517-97022015012001.
- BARUFI, A. M. B. Impactos do crescimento de vagas em cursos universitários sobre a migração de estudantes: uma análise preliminar com o Censo Demográfico de 2010. São Paulo: **NEREUS/USP**, 2012. (Texto para Discussão NEREUS, n. 13). Disponível em: https://ideas.repec.org/p/ris/nereus/2012_013.html. Acesso em: 15 maio 2025.
- BECKER, O. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319–367.

BENEVIDES, M. V. M. Cidadania e democracia. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 33, p. 5–16, 1994. DOI: 10.1590/S0102-64451994000200002.

BIAGIONI, D. **Mobilidade social e migração interna no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2012. Disponível em: <https://centrodametropole.fflch.usp.br/>. Acesso em: 15 maio 2025.

BOMTEMPO, D. C. Migração, indústria e cidade média. **Revista Faz Ciência**, Cascavel, v. 15, n. 21, p. 53–67, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8728>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRAGA, F. Migração interna e urbanização no Brasil contemporâneo: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil (1980/2000). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Anais [...]** Belo Horizonte: ABEP, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/238666090>. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Informações sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Estudantil**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Informações sobre o Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <<https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CALVO, M. C. M. *et al.* Estratificação de municípios brasileiros para avaliação de desempenho em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 767–776, out./dez. 2016. DOI: 10.5123/S1679-49742016000400006.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA. **Principais informações das empresas de agronegócio em Alfenas, MG**. [S.L.]: Econodata, 2022. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/empresas/mg-alfenas/busca-agricultura>. Acesso em: 30 maio 2024.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA. **Principais informações das empresas de indústria em Alfenas, MG**. [S.L.]: Econodata, 2022. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/empresas/mg-alfenas/busca-industria>. Acesso em: 30 maio 2024.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA. **Principais informações das empresas de comércio varejista em Alfenas, MG**. [S.L.]: Econodata, 2022. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/empresas/mg-alfenas/comercio-varejista>. Acesso em: 30 maio 2024.

CONTEL, F. B. Rede urbana e cidades médias: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. *In*: HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. (org.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

COGO, D. Migrações contemporâneas como movimentos sociais: uma análise desde as mídias como instâncias de emergência da cidadania dos migrantes.

Fronteiras – estudos midiáticos, v. 9, n. 1, p. 64–73, jan./jun. 2007.

CORREIA, G. G. S.; FREIRE, M. R.; ALVES, F. D. S. C. Cidades médias e os consumos produtivos do agronegócio: o caso de Alfenas e Campos Gerais. **Revista Territorium Terram**, v. 6, Edição Especial 1, p. 69–82, 2023.

COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. O conceito de cidadania. *In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica*. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018. p. 43–73.

CHIAPETTI, R. J. N. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **Revista GEOTextos**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 139–162, 2010.

DAMIANI, A. **População e geografia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. Migração interna em tempos de crise no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 344–359, maio/ago. 2019. DOI: 10.22296/2317-1529.2019v21n2p344.

FIGUEIREDO, R. S. C.; ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A. Universidade e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média: o caso da UNIFAL-MG, em Alfenas, Minas Gerais. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garças, v. 12, n. 1, jul. 2022.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FREITAS, J. V. **O uso do território de Alfenas (MG) por estudantes migrantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (MG)**. UNIFAL-MG, 2022. Relatório de Estágio Curricular Obrigatório.

FREITAS, J. V. de; PORTO, G. C. S. Qualidade de vida e uso do território por imigrantes haitianos no município de Andradas (MG). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 34, p. 415–438, 24 dez. 2021.

GEBARA, J. J.; BACCARIN, J. G.; BORBA, M. M. Z. Fatores condicionantes e formas da migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 39–51, jan./mar. 1988.

GÓMEZ, S. M. Experiencias migratorias de estudiantes universitarios: estudio cualitativo en la Universidad Nacional de Córdoba. **Práxis Educativa**, v. 23, n. 1, p. 1–13, abr. 2019. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.23n1.001.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAGUETTE, T. M. F. Os direitos de cidadania no nordeste brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 12/13, n. 1/2, p. 121–145, 1981/1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desafios do desenvolvimento**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/>. Acesso em: 25 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Alfenas (MG) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Araraquara (SP) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Belo Horizonte (MG) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo_horizonte. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Ponta Grossa (PR) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta_grossa. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Poços de Caldas (MG) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pocos_de_caldas. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre São Paulo (SP) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao_paulo. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Salvador (BA) no Censo de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Alfenas (MG) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Araraquara (SP) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Belo Horizonte (MG) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo_horizonte. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Ponta Grossa (PR) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta_grossa. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Poços de Caldas (MG) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível

em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pocos_de_caldas. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre São Paulo (SP) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao_paulo. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informações sobre Salvador (BA) no Censo de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/salvador>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 1999**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/regic>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/regic>. Acesso em: 25 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/regic>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81–101, jan./jun. 2011.

MARGULIS, M. Migración y marginalidad en la sociedad argentina. Buenos Aires: **Paidós**, 1968.

MARTINS, H. *et al.* **Expansão das universidades federais e interiorização do desenvolvimento em Minas Gerais**. Brasília – DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022, p. 593–614.

MATTIAZZI, G. Cidadania e migração: da integração nacional à participação local. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, v. 3, n. 2, p. 1–20, 2011.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa: nova ortografia conforme acordo ortográfico da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MOREIRA JUNIOR, F. de J.; PEREIRA, M. S.; SCHARDONG, P. L.; TERMIDOR, P. L.; RIBEIRO, T. F. Avaliação da qualidade dos serviços prestados pela UFSM aos estudantes imigrantes e refugiados. Experiência – **Revista Científica de Extensão**, Santa Maria, RS, v. 8, n. 1, p. 72–96, maio 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/68887>. Acesso em: 15 maio 2025.

MUNIZ, A. M. V.; QUEIROZ, E. A. N.; SOUZA, B. S.; SILVA, J. B. Relações entre os circuitos superior e inferior no comércio confeccionista em Fortaleza-CE. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 39, n. 1, 2022.

NASCIMENTO, M. L. B. P.; MORAIS, C. G. P. Visibilidade das crianças imigrantes na

cidade de São Paulo: questões para pensar a cidadania da pequena infância. **Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 2, 2020, p. 437-458.

NOGUEIRA DE QUEIROZ, T. A. Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154–161, 2014.

OBSERVATÓRIO DE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Atlas Digital da Migração Internacional em Minas Gerais**.

Observatório de Migração Internacional do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG – PUC MINAS, 2021. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNDBmNGVIM2UtMjRiNi00YTU4LTk3YjAtZTI4ZDY2Y2VjNzQzliwidCI6IjdlZTQzN2UyLWJhNDItNGM4MS1iImJk0LTI4NTkxZTMwOGRmYyJ9>. Acesso em: 7 mar. 2025.

OJIMA, R.; AGUIRRE, M. A. C.; SILVA, B. L.; LIMA, W. M. Migrações internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 166–189, 2014.

PALAVEZZINI, J.; ALVES, J. M. Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) garante a permanência do estudante? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 3., 2019, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2019.

PORTO, G. C. S. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimentos**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PORTO, G. C. S. Trajetórias socioespaciais de migrantes internacionais e território usado no Brasil no período atual. *In*: **ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA**, 14., 2021.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167-235, jun. 1885.

RAMOS, S. F. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)**. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RECKTENVALD, M.; MATTEI, L.; PEREIRA, V. A. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 405-423, 2018.

RIGOTTI, J. I. R.; CAMPOS, J. Movimentos populacionais e as cidades médias de Minas Gerais. *In*: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES**, 6., 2009, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABEP, 2009.

RIGOTTI, J. I. R.; SIGNORINI, B. A.; HADAD, R. M. Migração intermunicipal de estudantes do ensino básico do Brasil entre 2007 e 2015. **Revista do Centro de Ciências da Educação**, v. 38, n. 4, dez. 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 1. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EdUSP, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 1987.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: **Hucitec**, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. OSAL: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, C. R. A universidade e o desenvolvimento regional: análise sobre a Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG. *In: ENCONTRO SUL-MINEIRO DE GEOGRAFIA & JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA UNIFAL-MG*, 1., 2023, Alfenas. **Anais** [...]. Alfenas: UNIFAL-MG, 2023.

SILVA, B. D. O.; SILVANE, F. I. Intercâmbio cultural Univates-Brasil/Universidade Pedagógica Nacional-Colômbia: um relato de experiências da formação cultural de estudantes de cursos de licenciatura. **Caderno Pedagógico**, Lajeado, v. 10, n. 2, p. 35-46, 2013.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *In: MOURA, H. (org.). Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 31-47.

SOARES, R. S.; LOBO, C.; MENESES, I. L. Redes de pendularidade estudantil dos polos sub-regionais do interior de Minas Gerais. **GeoTextos**, Salvador, v. 17, n. 1, 2021.

SOUZA, G. A. F. **Uso e apropriação do espaço da Universidade Federal de Alfenas – MG por alunos em mobilidade acadêmica**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas,

Alfenas, 2019.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Usos do território: soberania e liberdade. Fundamentos para discussão de um Projeto Nacional. *In*: KAHIL, Samira Peduti *et al.* (org.). **O tamanho do Brasil: território de quem?** São Paulo: Max Limonad, 2021.

SOUZA, P. H.; ROCHA, T. W. P.; SILVA, L. A. Padrões de sustentabilidade urbana: o caso de Alfenas/MG. **CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro (SP), v. 7, n. 1-2, p. 122-149, 2012.

SCHWARTZMAN, Simon. A questão da inclusão social na universidade brasileira. *In*: SIMPÓSIO UNIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL – EXPERIÊNCIA E IMAGINAÇÃO, 2006, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SPOSITO, M. E. B. *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. *In*: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Informações sobre a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis**. Alfenas, MG: UNIFAL-MG, 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/prace/sobre-a-prace/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Informações sobre a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis e o PNAES na UNIFAL-MG**. Alfenas, MG: UNIFAL-MG, 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/prace/sobre-a-prace/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Informações sobre os estudantes da UNIFAL-MG**. Alfenas, MG: UNIFAL-MG, 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/prace/sobre-a-unifal/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO. **Informações acerca da UNIFENAS e do Hospital Alzira Velano**. Alfenas, MG: UNIFENAS, 2020. Disponível em: <https://www.unifenas.br/institucional.asp>. Acesso em: 29 maio 2024.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates**, n. 7, 2012.

VASCONCELOS, P. A. **O universo conceitual de Milton Santos**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2020.

VENDRAMINI, C. R.; PEROCCHO, F. A escola é para todos? As contradições em torno da presença de estudantes imigrantes nas escolas italianas. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 31, 2023. Dossiê: Educação, migração e direitos humanos.

APÊNDICE A – ROTEIRO DOS QUESTIONÁRIOS

O roteiro de perguntas proposto para o questionário se organizou em dezenove questões, sendo elas:

1. Qual sua idade?
2. Com qual gênero se identifica? Feminino, Masculino, Não Binário, Prefere não se identificar?
3. Com qual cor ou raça/etnia você se identifica? Branco (a), Negro (a), Pardo (a), Amarelo (a), Indígena?
4. Qual curso e modalidade (bacharelado ou licenciatura) você estuda?
5. Em qual bairro de Alfenas (MG) você mora?
6. Qual seu município/estado de origem?
7. Além da oferta do ensino superior, qual/quais outro/outros motivos tornou/tornaram a cidade de Alfenas (MG) atrativa para você?
8. Há quanto tempo você mora em Alfenas?
9. Por que você decidiu se instalar na cidade de Alfenas ao invés de se deslocar todos os dias?
10. A distância entre a cidade de Alfenas e seu município condicionaram sua escolha de morar na cidade de Alfenas? Sim, não, outros?
11. Em média, quantas vezes você retorna ao seu município de origem durante um semestre letivo? Uma vez, duas a três vezes, quatro a cinco vezes ou mais de cinco vezes?
12. Quando se formar, você pretende continuar em Alfenas ou retornar ao seu município de origem? Pretende se manter em Alfenas, pretende voltar à sua cidade ou ainda não tem certeza?
13. Quais são os locais que mais tem frequentado em Alfenas (MG)?
14. Em sua opinião, o município de Alfenas possui equipamentos de lazer para os estudantes? Justifique sua resposta.
15. Existem locais em Alfenas (MG), onde estudantes como você não são bem-vindos(as)? Justifique sua resposta.
16. Qual sua principal dificuldade relacionada ao uso do território alfenense? Transporte, compras (mercados, farmácias, etc.), lazer ou outros?
17. Em sua opinião, existem serviços que são de difícil acesso para os estudantes universitários que não são de Alfenas? Sim ou não?

18. Em sua opinião, os ônibus circulares possuem preços na passagem que compreendem a realidade do estudante? Sim ou não?

19. Você se sente cidadão em Alfenas? Justifique sua resposta.